



# Sociologia do Trabalho



# **Sociologia do Trabalho**

Wilson Sanches

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

**Presidente**

Rodrigo Galindo

**Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica**

Mário Ghio Júnior

**Conselho Acadêmico**

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

**Revisão Técnica**

Raquel de Oliveira Henrique

Emanuela Patricia de Oliveira

**Editorial**

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Leticia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Sanches, Wilson  
S211s Sociologia do trabalho / Wilson Sanches. – Londrina :  
Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.  
232 p.

ISBN 978-85-522-0637-8

1. Sociologia. I. Sanches, Wilson. II. Título.

CDD 300

---

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018  
Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza  
CEP: 86041-100 – Londrina – PR  
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br  
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

# Sumário

<b>Unidade 1   Trabalho: aspecto ontológico, histórico e social</b> _____	<b>7</b>
Seção 1.1 - Trabalho: princípio transformador do homem e da sociedade _____	9
Seção 1.2 - O trabalho nas diferentes sociedades _____	22
Seção 1.3 - O trabalho para os clássicos da Sociologia: aspecto moral e função social do trabalho _____	37
<b>Unidade 2   Trabalho, exploração e resistência</b> _____	<b>55</b>
Seção 2.1 - O trabalho como mercadoria _____	57
Seção 2.2 - O trabalhador nas linhas de montagem _____	70
Seção 2.3 - Organização dos trabalhadores _____	86
<b>Unidade 3   Trabalho, inovações organizacionais e precarização</b> _____	<b>107</b>
Seção 3.1 - Trabalho e flexibilidade _____	109
Seção 3.2 - Superexploração do trabalho _____	124
Seção 3.3 - Trabalho precário _____	139
<b>Unidade 4   Trabalho e sociedade brasileira</b> _____	<b>163</b>
Seção 4.1 - A questão do trabalho no Brasil _____	165
Seção 4.2 - Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil contemporâneo _____	184
Seção 4.3 - Sociologia e direitos dos trabalhadores no Brasil _____	202



## Palavras do autor

Estamos iniciando a disciplina de Sociologia do Trabalho, sendo a Sociologia uma ciência que surge conjuntamente com o modo de produção capitalista para analisar as suas possibilidades e consequências na vida das pessoas. O capitalismo, por sua vez, introduz uma nova forma de organizar o trabalho, cuja inovação torna-se objeto de discussão de todos os clássicos da Sociologia. Podemos afirmar que o trabalho é um dos principais objetos de estudo da Sociologia, desde seu início; é um objeto de estudo instigante, desafiador e necessário. Instigante porque nos ajuda a compreender a maneira como os homens produziram e continuam produzindo sua existência material, isto é, tudo o que é necessário para que possam se manter vivos; como essas formas de produção impactaram a maneira como os homens se relacionaram e se relacionam com a natureza, bem como a forma como os homens pensam sobre a sua realidade. Por essa razão, o nosso primeiro objetivo neste livro é discutir o conceito de trabalho para, então, compreendermos sua importância para o ser humano.

O trabalho também é um objeto de estudo desafiador, pois como ele não é um dado natural, mas social, é preciso compreender como as suas formas de organização se deram ao longo da história. Diante disso, temos, então, outro desafio: será que conhecemos, de fato, o trabalho nas sociedades capitalistas? É claro que nós temos a experiência prática do trabalho, mas quais são as relações que o fundamentam? De que forma o trabalho no século XXI se difere do trabalho no século XX? Essas questões nos levam ao segundo objetivo deste livro: discutir o trabalho de maneira crítica dentro do modo de produção capitalista, compreender suas características, suas contradições, suas possibilidades e suas consequências para a sociedade.

Estudar o trabalho é algo que continua necessário, pois, até hoje, para que possamos atender às nossas necessidades, sejam elas de ordem física (alimentação, saúde) ou material (casa, carro, roupas), precisamos trabalhar. Compreender como o trabalho se configura na atualidade e quais os seus impactos em nossa sociedade é um ato fundamental. Por isso, será nosso objetivo discutir as características

atuais do trabalho na atualidade e suas especificidades dentro do território brasileiro.

O trabalho é uma atividade que todos nós realizamos, conhecê-lo de maneira crítica é fundamental, e esse é o objetivo principal desta disciplina. Portanto, convido você a me acompanhar neste percurso, cada um de nós realizando o seu trabalho. Não esqueça: o autoestudo é um elemento fundamental para podermos aprofundar cada vez mais nossos conhecimentos.

Vamos iniciar nossos trabalhos!



## Trabalho: aspecto ontológico, histórico e social

### Convite ao estudo

Estudar a categoria trabalho é estudar um elemento fundamental da vida humana. Por essa razão, a primeira unidade, dividida em três seções, é dedicada a compreender o significado do trabalho para o homem e para a sociedade.

Na primeira seção, discutiremos o trabalho enquanto princípio formador e transformador do homem e da própria sociedade; na segunda, trataremos as diferentes configurações do trabalho nas diferentes sociedades e, por fim, na terceira e última seção, compreenderemos a categoria analítica trabalho sob o viés de dois importantes sociólogos, Max Weber e Emile Durkheim.

O objetivo fundamental desta unidade é compreender o conceito trabalho para a Sociologia, bem como analisar as diferentes formas de trabalho ao longo do tempo e como alguns pensadores discutiram suas características na sociedade capitalista.

Foi dito acima que o trabalho ocupa uma posição central em nossa vida. No ano de 2012 o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) publicou uma pesquisa sobre o tempo de trabalho dos brasileiros. Foram realizadas diversas entrevistas e se apurou que no ano de 2009, 68,2% dos entrevistados trabalhavam até 44 horas por semana e 31,8% trabalhavam mais de 45 horas por semana.

Se imaginarmos que a jornada de 44 horas de trabalho semanais geralmente é realizada em 6 dias, deixando um dia para o descanso, ela seria responsável por 30% do tempo nesses dias. Se calcularmos ainda o tempo que se gasta no deslocamento da casa para o trabalho e do trabalho para casa, incluindo tempo para o repouso e alimentação, que tempo

nos sobra para o resto da vida? Mas será que o trabalho é central em nossas vidas só porque nos toma muito tempo? O trabalho sempre ocupou a maior parte da vida humana? Sempre houve jornadas de trabalho predeterminadas às quais o homem deveria se submeter?

Imagine nossas vidas na atualidade, as roupas que usamos, os meios de transporte que utilizamos, os alimentos que compramos, todos esses itens e muitos outros são frutos do trabalho de alguém. Como chegamos a uma divisão tão complexa do trabalho? Será que na época em que os homens produziam as coisas necessárias para o próprio sustento o trabalho era menos necessário? Trabalha-se somente por necessidade, ou o trabalho possui outro valor?

Imagine todas as coisas que foram construídas pela humanidade: os meios de transportes, as tecnologias de comunicações e informação, o mapeamento do código genético humano, o aumento vertiginoso da produção alimentar, entre tantas outras coisas que poderíamos enumerar. Acaso não são todas essas coisas obras do trabalho humano? Como a humanidade desenvolveu a capacidade de construir coisas tão admiráveis? Qual a particularidade humana para que ela, e somente ela, pudesse desenvolver tais coisas?

Gostaríamos de convidá-lo a percorrer o instigante caminho do conhecimento de nós mesmos por meio do trabalho.

# Seção 1.1

## Trabalho: princípio transformador do homem e da sociedade

### Diálogo aberto

Para iniciar o percurso sobre o trabalho na transformação do homem e da sociedade, é preciso retomar a ideia das coisas espantosas que a humanidade foi capaz de construir, como os transportes, as comunicações, o mapeamento do código genético, a produção de alimentos, e tantas coisas que foram criadas pelo homem.

Em 1968, foi lançado um filme chamado *2001 – Uma odisseia no espaço*. Esse filme, dirigido por Stanley Kubrick, foi lançado no ano de 1968 e se tornou um clássico do cinema. Há um pequeno trecho bem no início do filme, como um preambulo, que é significativo para a nossa discussão: um hominídeo, que é a espécie a qual os ancestrais humanos pertencem, está mexendo em uma porção de ossos espalhados no chão. Ele pega um osso maior e começa a bater nos outros ossos, percebendo que aquilo poderia aumentar a sua força. Enquanto ele bate nos ossos, o filme mostra alguns animais caindo no chão abatidos, dando a entender que o homem estava utilizando aquela nova ferramenta para melhorar a forma como ele conseguia alimento. Há um corte para outra cena em que dois grupos de hominídeos se enfrentam. Os membros de um desses grupos estão com os ossos nas mãos e os membros do outro grupo não. Quando um membro do grupo, que está com as mãos vazias, avança sobre o outro grupo, é acertado na cabeça com o osso que carregava nas mãos, indicando que aquela ferramenta além de melhorar a caça ainda poderia conferir ao grupo detentor de tal objeto superioridade em relação aos outros. Por fim, a cena termina com o hominídeo lançando o osso para o ar ao som da música *Assim falou Zaratustra*, de Richard Strauss; a câmera acompanha o osso girando e o osso se transforma em uma estação espacial.

O filme pode dar margem a várias interpretações, no entanto, para as finalidades desta seção, a cena do osso ter se transformado em uma estação espacial é fundamental, pois pode-se inferir a estreita ligação que há entre a mais rudimentar ferramenta utilizada pelos ancestrais humanos e a mais moderna construção humana. Qual a característica

essencial que fez que o homem, e somente o homem, fosse capaz de tal feito? Como ligar a ferramenta mais rudimentar da humanidade às mais avançadas tecnologias presentes nos dias atuais por meio dessa característica? Por que os seres humanos foram os únicos a construir tais coisas? O que nos torna diferente dos outros animais? Vamos juntos buscar as respostas para essas questões.

## Não pode faltar

Com base nos estudos sobre as espécies animais, pode-se afirmar com toda certeza que o homem é um animal, mamífero da ordem primata, família homínido, gênero *homo*, espécie *sapiens*. Sabe-se que o corpo humano é uma máquina que se constituiu como resultado da evolução de alguns milhões de anos e por combinações de hidrogênio, carbono, azoto e oxigênio (MORIN, 2000). A partir dessas informações, sabe-se que o homem é um ser pertencente ao mundo natural, mas esses dados não ajudam a compreender porque o ser humano foi capaz de escapar das amarras da natureza a fim de construir um reino independente, subjugando a própria natureza às suas necessidades e desejos.

Diversos autores, ao longo da história, tentaram compreender qual a característica essencialmente humana nos diferencia das outras espécies de animais.

### 1.1 A natureza humana

Os primeiros filósofos gregos, que se situam cronologicamente entre os séculos VII e o século V a.C., dedicaram-se a pensar qual a origem do mundo e quais as causas para a transformação da natureza. Entre esses primeiros filósofos, que são chamados também de pré-socráticos, podemos citar: Tales de Mileto, Anaximandro, Heráclito, Leucipo e Demócrito. Esses filósofos apresentavam a ideia de que a natureza possui um princípio eterno e imutável chamado *physis*. Em grego, *physis* significa fazer surgir, fazer brotar, fazer nascer. Ao estudar a natureza, esses pensadores estavam tentando identificar qual o princípio eterno e imutável que fez surgir o mundo e como a natureza se transforma em um ciclo interminável de nascer, crescer e morrer.

Aristóteles, que viveu muito tempo depois desses filósofos, afirmou que *physis* é um princípio de movimento e repouso inerentes a todas as coisas e, que, por esse princípio, todos os seres aspiram um determinado lugar no mundo natural. Os seres vivos, no entanto, segundo Aristóteles, possuem outro princípio de movimento, a *psyche*. A *psyche* indica as capacidades e qualidades específicas de cada ser vivo.

**Os movimentos das plantas são o crescer e o murchar: a planta tem uma alma [*physche*] vegetativa. Animais e homens podem se movimentar, deslocar-se de lugar em lugar; eles têm impulsos e inclinações, sentem necessidades, etc.; isso tudo é possível graças à sua alma [*physche*] apetitiva, o *thymós*. Além de tudo isso, o Homem possui uma alma racional, isso é, o homem é capaz de pensar e planejar suas ações. (KESSELRING, 2000, p. 156)**

Assim, o que diferencia o homem dos demais animais e do restante da natureza é sua alma racional, que lhe dá a capacidade de pensar e planejar suas ações e se separar do mundo natural. Essa é uma característica que faz parte do próprio homem, faz parte de seu ser, de sua essência.

Com o fim da idade antiga e o início da Idade média, houve uma outra compreensão sobre o homem e a natureza, guiada pelo sistema de pensamento cristão. A natureza não tem um princípio em si, mas o princípio de toda a natureza é Deus. Nesse sentido, todas as coisas que existem na natureza seriam obras de Deus e da expressão de sua sabedoria e bondade. O homem, dentro desse contexto, seria a principal criação divina, feito à imagem e semelhança de Deus. Afirma Santo Agostinho:

**Em relação a nós mesmos, que gozamos e usamos de todas as coisas, somos de certo modo também uma coisa. E, certamente, uma grande coisa é o homem, pois, feito à imagem e semelhança de Deus! (AGOSTINHO apud BERNARDO, 2013, p. 31)**

Para Santo Agostinho, o homem é uma coisa criada por Deus, e entre todas as outras coisas criadas, o homem é o que possui maior dignidade, não pela sua composição corpórea, mas por possuir

uma alma racional, fruto da própria dádiva divina, uma vez que para todas as outras coisas criadas, Deus se utilizou do *fiat* (do latim, que em português significa faça-se). O homem foi moldado pelas próprias mãos do criador e sua vida surgiu do sopro divino de Deus, transmitindo ao homem um espírito vivente, uma alma racional.

Na modernidade, a natureza passou a ser compreendida como algo que se comporta de acordo com leis universais possíveis de serem descobertas. O homem se afasta da natureza e começa a ser pensado como agente capaz de dominá-la. Kesselring (2000) afirma que a modernidade, com base em uma visão cartesiana, separou o mundo em *res extensa*, que é o mundo dos corpos materiais e, portanto, o reino da natureza, e *res cogitans*, que é o mundo do pensamento, logo, o reino dos homens. Assim, o homem é colocado como um ser acima da natureza, pertencendo a um outro reino, o do pensamento, coisa que não estaria presente na natureza. Para René Descartes a razão é a base da distinção entre os seres humanos e os outros animais; afirma o autor que a razão, ou o bom senso “[...] é a única coisa que nos torna homens e nos distingue dos animais” (DESCARTE, 1987, p. 29). Mas de que tipo de razão estamos falando? Para Descartes, a razão é a capacidade de encontrar a verdade, e como verdade aqui é descobrir como o mundo funciona, o ser humano, para essa fase do pensamento, torna-se o sujeito do conhecimento. Também John Locke atesta isso ao afirmar que a razão é o que distingue os homens das bestas (LOCKE, 1987); para Locke a razão é a capacidade humana de formular conhecimento.

Até aqui, em uma formulação geral, foi apresentada as concepções idealistas sobre a relação homem e natureza. Nestas concepções apresenta-se a ideia de um homem separado da natureza que, em última análise, forma um reino especificamente humano. No entanto, outros autores irão propor uma análise materialista da relação homem e natureza, então, vamos a eles.

## 1.2 O trabalho na transformação do homem

A partir do século XIX, o homem é recolocado como produto da natureza. A teoria da evolução das espécies põe fim à ideia do homem como um “milagre” e o coloca como ser inexoravelmente

ligado à natureza e às suas leis universais. Sendo assim, o que diferencia a humanidade dos demais animais? Marx e Engels oferecem uma resposta:

**Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos demais animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consciência de organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 1998, p. 10)**

Para esses autores a consciência não possui um caráter autônomo, ou seja, ela não pode existir sem a existência dos homens vivos e em condições de fazer a história. A consciência é algo atribuído à existência material do homem, e mais, a consciência é autofundada pelo homem em seu fazer histórico, pois “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 20).

Entendendo que é a vida que determina a consciência, é preciso analisar como o homem produz e reproduz a sua vida material para compreender como sua consciência é determinada. A base que se parte para compreender isso são “os indivíduos reais, sua ação e sua condição material de existência, tanto a que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação” (MARX; ENGELS, 1998, p.10). O primeiro dado natural é que os homens estão inseridos na natureza e, para sobreviver, interagem com ela por meio do trabalho. O trabalho gera a interação do homem com a natureza e a interação do homem com outros homens, formando a sociedade.

**O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 326-327).**



## Exemplificando

Pensando sobre o “trabalho” dos demais animais, pode-se afirmar que suas ações, em grande parte, são guiadas por reflexos e instintos, isso implica que os animais não agem por finalidade, mas reagem aos estímulos habituais, com uma resposta que já nascem com eles, ou seja, respostas inatas. Alguns animais que se encontram em uma escala zoológica mais alta não agem somente por instinto, mas desenvolvem uma série de raciocínios lógicos para resolver problemas e situação novas, por exemplo: os chimpanzés, para conseguirem comida, pegam galhos verdes de árvores e raspam esses galhos, depois introduzem em um formigueiro para que as formigas grudem na seiva do galho e assim eles possam se alimentar. No entanto, esse tipo de raciocínio deve ser chamado de “inteligência concreta”, porque depende da experiência vivida “aqui e agora”. O ato desses animais esgota-se no momento em que o objetivo é atingido, pois uma vez satisfeita suas necessidades, os objetos que utilizaram são descartados, em nenhuma espécie animal se observou a conservação e o aperfeiçoamento de instrumentos para uso posterior.

O trabalho para Marx é qualquer dispêndio de força humana com vista a realizar um determinado objetivo previamente definido. Por que o trabalho distingue o homem dos demais animais? Porque, segundo Marx, os animais quando realizam suas atividades, a fazem por instinto, eles ignoram a finalidade da ação. Por outro lado, o trabalho humano é dirigido por uma finalidade consciente. Para Marx, “os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2013, p. 328). Assim, Marx compreende que o objeto de trabalho é tudo aquilo que o homem extrai da natureza para satisfazer sua necessidade – cabe ressaltar aqui que, para Marx, a necessidade pode ser fruto do estômago, das necessidades básicas, ou da mente, os desejos. Os meios de trabalho são “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador põe entre si e o objeto do trabalho”. (MARX, 2013, p. 328).



## Assimile

Para Marx o desenvolvimento dos meios de trabalho indica o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, as condições sociais nas quais se trabalha. Por essa razão, a análise das distintas sociedades não se dá em relação ao que elas produzem, mas em como elas produzem, pois o que as sociedades e os homens são coincide com o modo como produzem.



O desenvolvimento dos meios de trabalho, isto é, das ferramentas é, para Engels (2004), o começo do trabalho. O trabalho não permite ao homem apenas extrair da natureza aquilo tudo que ele necessita para a sobrevivência, mas permite transformá-la de maneira objetiva para que a natureza se adeque ao seu modo de vida.

**O trabalho é fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 2004, p. 11)**



A afirmação categórica de Engels (1876, p. 4), o trabalho criou o próprio homem, ou mesmo o nome desse texto, *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, de 1876, transparece uma visão evolucionista, reducionista e mecanicista da formação do homem. É preciso levar em consideração que Engels está escrevendo na segunda metade do século XIX, influenciado pelas teorias evolucionistas e se contrapondo diretamente às correntes idealistas sobre uma interpretação abstrata da história humana. O objetivo do autor não era oferecer ao leitor um conjunto de dados e conclusões acabadas sobre a evolução humana, mas defender a interpretação materialista da própria evolução, reafirmando a ideia de que é a produção da vida material que determina a consciência e não o seu contrário. Mais tarde, em 1890, o próprio Engels, em uma carta a Joseph Bloch, afirma que o materialismo histórico não quer reduzir o homem ao componente econômico, mas indicar que a forma como os homens produzem e reproduzem suas vidas materiais torna-se a base para a constituição de uma superestrutura política, jurídica e ideológica que também exercerá influência sobre o processo histórico. Os homens não fazem a história como querem, mas sob as condições que já encontraram pronta. O processo histórico se move por meio dos conflitos individuais, e o resultado não é aquilo que os homens querem, mas um resultante comum que compreende a contribuição de todos. Apesar dessa ressalva, o texto, *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, é uma leitura bastante instigante sobre o desenvolvimento

materialista e histórico da humanidade. Por essa razão, alguns aspectos desse texto serão tratados a seguir.

Engels inicia o texto afirmando travar um diálogo com a visão evolucionista de Darwin, mas em vários momentos, a ideia de evolução que ele utiliza não é a de adaptação das espécies, mas dos usos e desusos. Por essa razão, o autor afirma que a utilização das mãos para a produção de ferramentas rudimentares foi moldando, não só os instrumentos que os homens construíam, mas a própria mão humana, ajustando os músculos e lhe dando habilidades que posteriormente seriam herdadas pelas gerações seguintes e sofreriam novas adaptações a partir da construção de novas ferramentas. Engels afirma que a mão é órgão do trabalho, mas também o produto desse mesmo trabalho.

O trabalho produziu a mão do homem e esse órgão junto aos outros produziu o desenvolvimento integral do homem. Engels afirma que com o domínio da natureza pelo aumento da destreza da mão humana, abria-se o horizonte humano para novos progressos. O homem sempre foi um animal sociável, mas o aperfeiçoamento do trabalho contribuía para aproximar ainda mais os homens por meio das ajudas mútuas e do esclarecimento sobre os benefícios que essa colaboração comum poderia obter. Esse aumento da colaboração entre os homens levou-os a perceberem que “tinham alguma coisa para conversar” (ENGELS, 2004, p. 14). A necessidade de conversar transformou a laringe dos primeiros hominídeos e a tornou aptas para a fala.

Para Engels surge primeiro o trabalho e depois a fala; juntamente com a palavra articulada, esses dois estímulos desenvolvem o cérebro e as sensações. Todos esses desenvolvimentos, que são lentos e graduais, fazem aparecer a consciência esclarecida e a capacidade de abstração. Quando o homem está plenamente desenvolvido, aparece a sociedade.



Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a se propor e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração,

estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a fiiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política e, com eles, o reflexo fantástico das coisas do cérebro do homem: a religião. (ENGELS, 2004, p. 20)



Refleta

Ao se contrapor ao idealismo em virtude da premissa de que a razão cria o mundo, afirmando que é o trabalho que cria o homem e a própria sociedade, Engels não estaria, em um certo sentido, fazendo a mesma coisa quando aponta o trabalho como responsável pela criação do próprio homem?

O trabalho formou a sociedade, mas também diferenciou as gerações de homem, tornando-se cada vez mais completo e variado; a cada domínio de um instrumento, de uma habilidade, abria-se a possibilidade de se criar novos instrumentos e novas habilidades. Na medida em que as necessidades básicas estão satisfeitas, os homens põem-se a criar novas necessidades; estas implicam em novas formas de produção da vida material, que implicam em novas formas de cooperação. As forças produtivas de uma determinada sociedade determinam, também, o estado social dessa realidade, e o estado social determina a consciência.

Gyorgy Lukács é um filósofo húngaro que, no século XX, ocupou-se em pensar o trabalho como categoria fundante do ser social. Para esse autor, a questão não é limitar a vida social à categoria trabalho, mas identificar o trabalho como tendo prioridade ontológica para análise do ser social. A ideia de prioridade ontológica não significa uma hierarquia de uma categoria sobre as demais, mas que uma categoria só pode existir em relação à outra. Assim, o trabalho é, em Lukács, uma atividade originária que possibilita a análise do ser social.

O primeiro passo para esse autor é diferenciar os seres meramente orgânicos dos seres sociais. Não é possível, segundo ele, observar uma linha de continuidade histórica na passagem do homem enquanto ser exclusivamente orgânico para um ser social. Por essa razão, Lukács afirma que há um salto ontológico que faz que o homem passe de um nível de ser (orgânico) para outro nível

(ser social). Isso não implica em pensar que o homem, enquanto ser social, deixa de existir enquanto ser orgânico, pois sua existência está intimamente ligada à reprodução de sua vida biológica. A questão da prioridade ontológica retorna nesse debate, pois o ser biológico pode existir sem que exista o ser social, no entanto, o contrário não é verdadeiro. "A humanidade, para continuar a existir e a se reproduzir enquanto tal, deve ser capaz de levar a cabo com sucesso as exigências postas pela sua própria reprodução biológica" (LESSA, 1992, p. 41-42). Assim, com base no pensamento de Lukács, Lessa afirma:



Todavia, esta ineliminável ligação entre a natureza e a categoria do trabalho, entre a reprodução biológica e a reprodução social, apenas esclarece um aspecto do problema aqui envolvido. A ineliminável conexão do ser social com sua base biológica nos permite entrever a prioridade ontológica da reprodução material da vida na processualidade social. (LESSA, 1992, p. 42)

Para Lukács (2013, p. 126), "a reprodução é a categoria chave para o ser em geral: a rigor, ser significa o mesmo que reproduzir a si mesmo". Os elementos fundamentais dos seres meramente biológicos são: o nascimento, a vida e a morte. O ser social, por sua vez, tem como elemento determinante de sua reprodução o trabalho. Assim, "a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade" (LUKÁCS, 2013, p. 43).



### Pesquise mais

Outro autor que pensa o trabalho com categoria fundante do ser social é Georg Lukács. Não obstante o autor concorde com Marx e Engels sobre a centralidade da categoria trabalho, ele afirma que a saída do homem de um ser puramente orgânico em um ser social se deu por meio de "salto ontológico". Sobre essa consideração indicamos a leitura do seguinte texto: ESCURRA, Maria Fernanda. O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital. **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, on-line, ano XI, n. 22, p. 12-28, out./2016. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.2349637776938861.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2017.

## Sem medo de errar

Após o debate sobre o trabalho na formação do ser social do homem, vamos voltar a pensar na obra de Kubrick. Pode-se inferir que o filme, de uma maneira poética, está afirmando que a mesma mão que produziu a primeira ferramenta é a mão responsável pela criação das mais avançadas tecnologias. Os autores idealistas apontam que essa façanha só foi possível porque o homem é um ser racional em sua essência. No entanto, autores que partem das bases materiais entendem que a racionalidade humana, ou seja, essa capacidade de planejar e executar as mais diversas obras foi sendo construída ao longo do tempo e são influenciadas pela forma como se vive e trabalha ao longo do tempo.

O trabalho é qualquer dispêndio de força humana com vista a realizar um determinado objetivo previamente definido. Assim, os homens se diferenciam dos demais animais porque, quando trabalham, realizam uma atividade consciente com vistas a um determinado fim.

Segundo Engels, o trabalho fez que a mão do homem fosse se aperfeiçoando à medida em que fosse sendo utilizada. A mão humana, ou seja, a capacidade humana de construir e dominar a natureza, não é só uma ferramenta de trabalho, mas é produto do próprio trabalho. O maior domínio sobre o mundo natural possibilitou o aumento significativo no grau de sociabilidade humana por meio da cooperação mútua; a cooperação trouxe a necessidade do desenvolvimento da fala e, por conseguinte, o desenvolvimento do próprio cérebro humano. Nesse sentido, os homens foram desenvolvendo habilidades de executar operações cada vez mais complexas e a sociedade como um todo foi se propondo a atingir objetivos cada vez mais elevados.

Conforme aumentava o grau de sociabilidade do homem sobre a natureza e as novas necessidades foram sendo produzidas, o trabalho foi se diversificando e se aperfeiçoando. Nesse aperfeiçoamento contínuo por meio do trabalho, as mãos humanas produziram a capacidade atual de criar as tecnologias mais avançadas.

Relendo o texto, busque repensar a linha do tempo, as mudanças pelas quais o homem e a humanidade passaram e o papel do trabalho – e suas transformações ao longo do tempo – nesse processo.

## Faça valer a pena

**1.** O trabalho para Marx é qualquer dispêndio de força humana com vista a realizar um determinado objetivo previamente definido. “Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2013, p. 328.)

Com base nesse conceito assinale o que pode ser considerado um objeto de trabalho.

- a) A terra in natura.
- b) As florestas.
- c) Os peixes.
- d) A terra arada.
- e) O mar.

**2.** O trabalho produziu a mão do homem e esse órgão junto aos outros produziu o desenvolvimento integral do homem. Engels afirma que com o domínio da natureza pelo aumento da destreza da mão humana, abria-se o horizonte humano para novos progressos. O homem sempre foi um animal sociável, mas o aperfeiçoamento do trabalho contribuía para aproximar ainda mais os homens por meio das ajudas mútuas e do esclarecimento sobre os benefícios que essa colaboração comum poderia obter. Esse aumento da colaboração entre os homens os levaram a perceber que “tinham alguma coisa para conversar”.

Assinale a alternativa correta para o pensamento de Engels sobre o processo de evolução do homem.

- a) Para Engels surge primeiro o trabalho e depois a fala, juntamente com a palavra articulada, esses dois estímulos desenvolvem o cérebro e as sensações.
- b) Para Engels surge primeiro o pensamento, o homem como ser pensante torna-se senhor da natureza e a controla para atender suas necessidades.

- c) Para Engels surge primeiro a sociedade; os homens a partir de suas vidas em sociedades passam a ter a necessidade de dominar a natureza.
- d) Para Engels surge primeiro a natureza como obra divina e depois o homem como coroa de toda a criação, com a vocação de controlar a natureza.
- e) Para Engels surgem conjuntamente a res extensa, que é a própria natureza, e a res cogitans, que o ser pensante como elemento fora e acima da natureza.

**3.** Tendo em vistas os pressupostos essenciais do materialismo histórico proposto por Marx e Engels avalia as proposições a seguir:

I. A consciência do homem é um produto social.

PORQUE

II. A consciência do homem é o resultado de como esses homens produzem e reproduzem a suas vidas materiais.

De acordo com o materialismo histórico, podemos afirmar que:

- a) As duas proposições estão erradas.
- b) A proposição I está correta e a proposição II está errada.
- c) A proposição I está errada e a proposição II está correta.
- d) As duas proposições estão corretas, no entanto a proposição II não explica a proposição I.
- e) As duas proposições estão corretas, e a proposição II explica a proposição I.

## Seção 1.2

### O trabalho nas diferentes sociedades

#### Diálogo aberto

Todos os dias muitas pessoas acordam cedo para se dirigirem ao trabalho. Muitas delas devem cumprir um determinado horário na empresa que trabalham e desempenhar atividades previamente definidas. Essas pessoas trabalham o mês todo e ao final recebem um salário relativo à sua jornada de trabalho e ao seu cargo na empresa. No entanto, essa forma de organização do trabalho é um dado recente na história da humanidade, assim, o objetivo desta seção é discutir como ela se constituiu a partir de um processo histórico em que diversas outras formas já existiam. Para tanto, será apresentado o trabalho na antiguidade, na Idade Média até a constituição do tipo de trabalho presente nas sociedades capitalistas.

Os brasileiros gastam uma grande parte do seu tempo no trabalho. Em 2009 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou uma pesquisa sobre o tempo de trabalho dos brasileiros, *Carga horária de trabalho: evolução e principais mudanças no Brasil*. Foram realizadas diversas entrevistas e se apurou que, naquele ano, 68,2% dos entrevistados trabalhavam até 44 horas por semana. Talvez esse dado não seja impressionante, porque ter uma jornada de trabalho como essa seja algo “natural” para aqueles que nasceram dentro da sociedade capitalista. Essa naturalidade em relação à jornada de trabalho é, muitas vezes, reafirmada pelos produtos da indústria cultural, como o cinema, as novelas e até mesmo os desenhos.

Os *Flintstones* foi um desenho animado produzido por William Hannah e Joseph Barbera, na década de 1960. A história se passa na era “pré-histórica” em uma cidade chamada Bedrock. (Utilizamos o termo “pré-histórico” entre aspas pois não há uma precisão de quando ocorre a trama. Mas, afinal, no que ela consiste?).

A série foi centrada na história de uma família de classe média, os Flintstones, cujo pai, Fred Flintstone, trabalha em uma pedreira como *operador de dinossauro*. O interessante, entre outras coisas,



é que Fred é um trabalhador assalariado contratado pela empresa *Slaterock Gravel Company*; bate seu cartão ponto quando entra e quando sai da empresa, recebe um salário mensal e, em muitas ocasiões, tenta conseguir junto a seu empregador uma promoção. O trabalho de *operador de dinossauro* é uma analogia ao trabalho como operador de máquinas pesadas. O personagem pré-histórico trabalha da mesma maneira que se trabalha nos dias atuais, mas, será que a humanidade sempre trabalhou da mesma maneira? Não existe nenhuma diferença entre as formas de trabalho da antiguidade até as formas atuais de se trabalhar?

Responder a essas questões envolve a continuação da discussão do trabalho como categoria formadora do homem enquanto ser social. Portanto, mãos à obra.

## Não pode faltar

### O trabalho na Antiguidade

Vimos na Seção 1.1 que o trabalho é toda atividade humana que busca atender uma determinada necessidade, sejam as necessidades básicas ou a necessidade da mente (desejos), que, quando atendidas, tão logo os homens se colocam na busca por novas necessidades. Ao trabalhar para atendê-las, os homens se colocam em uma determinada relação com a natureza e também com os outros homens, criando assim determinadas relações sociais. Em um certo sentido, podemos afirmar que essas relações são determinadas pela condição histórica, porque quando os homens nascem já encontram prontas determinadas condições de trabalho. Assim, alguém que nasceu na pré-história encontrou algumas ferramentas rudimentares, dependendo do período em que nasceu, ao mesmo tempo encontrou algum tipo de organização social que tinha como objetivo a manutenção da própria vida. Cada época histórica é determinada por essa organização, a qual iremos nos referir de agora em diante como **modo de produção**.

A pré-história é o período em que o homem luta pela adaptação e transformação do meio em que vive na busca pela satisfação de suas necessidades vitais. O passo importante no desenvolvimento humano é a sedentarização. O homem se fixa em um determinado local e passa a viver da produção agrícola, ainda que rudimentar,

e da criação de alguns tipos de animais. Nesse momento temos a formação primitiva da economia, em que se pressupõe a existência de um grupo natural no qual o trabalho é coletivo e a terra o meio básico de produção. A posse da terra pode ser considerada de duas formas distintas: como propriedade da comunidade, assim todos são coproprietários da terra; ou como derivada das famílias que constituem a comunidade, assim, todos seriam proprietários privados independentes e as terras comuns existiriam como propriedade privada da comunidade. O importante é ressaltar que nos dois casos, os indivíduos que fazem parte da comunidade se comportam como proprietários dos meios objetivos de trabalho (a terra) dentro de uma comunidade em que trabalham.



**O primeiro pressuposto desta forma inicial da propriedade da terra é uma comunidade humana, tal como surge a partir da evolução espontânea (naturwüchsig): a família, a tribo formada pela ampliação da família ou pelos casamentos entre famílias, e combinações de tribos. (MARX, 1985, p.66)**

A comunidade humana é, portanto, o primeiro pressuposto para a propriedade da terra. A terra proporciona à comunidade os meios de trabalho, os objetos de trabalho, bem como a sua localização. Nesse período os homens se consideravam como proprietários comunais da terra, isto é, como “membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo” (MARX, 1985, p. 67). Os homens somente possuem a terra porque são membros de uma comunidade, portanto, a propriedade aparece como “cessão da unidade global ao indivíduo, através da mediação exercida pela comunidade particular” (MARX, 1985, p. 67). Surge aqui o chefe do grupo, que é o pai de numerosas comunidades pequenas e realiza a unidade entre elas.



### Assimile

O trabalho vivo é o trabalho humano propriamente dito, realizado no presente em que o homem atua sobre a natureza, de modo a produzir algo útil. Esse termo está em oposição ao trabalho morto, que é o trabalho passado, objetivado em um determinado produto, por exemplo, uma ferramenta qualquer. No modo de produção capitalista o trabalho vivo é o elemento essencial do processo de valorização da mercadoria.

Para Marx (1985), a propriedade comum apresenta as condições de produção de suas necessidades, bem como a produção a mais que o necessário para satisfazer as necessidades da família. O chefe das numerosas pequenas comunidades, que Marx chama de déspota, passa a se apropriar do excedente produzido por elas e a partir de então começa a dissolução da formação primitiva da economia.

Pensando em explicar o aparecimento do modo de produção capitalista no Ocidente, Marx formulou a hipótese de que, com a dissolução da formação primitiva da economia, apareceu um outro tipo de organização que ele denominou de **modo de produção asiático**. Essa tese está assentada sobre duas perspectivas: em primeiro lugar, Marx aponta que seus estudos são puramente empíricos, ou seja, possíveis de ser comprovados, assim ele utiliza os materiais de pesquisa disponíveis no século XIX que apontavam para a existência, na Ásia, de sociedades que quase não modificaram as suas estruturas ao longo do tempo. Para Marx, estudá-las significava estudar como eram as estruturas econômicas das sociedades pré-capitalistas empiricamente; a segunda perspectiva diz respeito à explicação histórica do aparecimento das formas de propriedade de terra. O resgate histórico feito por Marx sobre os diversos modos de produção tem como finalidade entender os elementos que foram se conjugando para a formação da sociedade capitalistas; um desses elementos diz respeito a entender o momento em que a terra deixa de ser algo disponível a todos e passa a ser propriedade de alguém. (GODELIER, 1975).



### Pesquise mais

Vimos que a teoria sobre o modo de produção asiático foi construída por Marx a partir das informações que ele tinha disponível na época. No entanto, alguns autores se debruçaram sobre o modo de produção dessas sociedades, e para conhecermos um pouco melhor os novos estudos, sugerimos a leitura do seguinte texto:

CARDOSO, Ciro Flamarion. As comunidades aldeãs no antigo Egito. **PHOÏNIX**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 96-129. Disponível em: <[https://digitalis.uc.pt/files/previews/94852\\_preview.pdf](https://digitalis.uc.pt/files/previews/94852_preview.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2017.

## Segundo Oliveira:



O modelo teórico do modo de produção asiático é aplicado na análise das sociedades que resultam da dissolução das relações dominantes nas formações primitivas, ou seja, dominadas pelo Estado, em que o poder político é exercido pela comunidade superior. Toda sociedade asiática nasceu de contradições surgidas no funcionamento das comunidades primitivas em que o avanço das forças produtivas promoveu a ruptura das relações comunitárias fundamentais, permitindo o domínio de uma unidade produtiva sobre as demais quando a agricultura se desenvolve a ponto de constituir excedentes regulares, que geram desigualdades na distribuição e na redistribuição. (1987, p. 17)



### Reflita

A organização econômica primitiva é o único momento em que parece não haver a exploração do homem pelo homem, mas seria possível, nos dias de hoje, não existir tal exploração?

O modo de produção asiático se caracteriza pelo predomínio de uma unidade produtiva sobre as outras; o que isso quer dizer? Que as formações asiáticas, segundo Oliveira (1987), davam-se por meio de comunidades aldeãs, ou seja, o Estado era formado por várias aldeias autossuficientes. Essas comunidades aldeãs exerciam as funções produtivas nas terras pertencentes ao Estado. Uma dessas comunidades, que era designada como comunidade superior, exercia o controle jurídico, político e ideológico sobre as comunidades inferiores. Assim, por meio de diversos mecanismos, as comunidades superiores legitimavam a sua função exploradora sobre as demais comunidades. A comunidade superior se apropria do excedente de produção, bem como do excedente de trabalho, para realizar obras públicas. Assim, o excedente de trabalho aparece como uma forma de tributo ao Estado e como trabalho comum para a glória da comunidade (MARX, 1985). Segundo Fioravanti (1974), é no modo de produção asiático que a exploração do homem pelo homem vai tomando forma.

As cidades surgem ao lado das comunidades superiores, em pontos que podem favorecer a troca de excedentes com as

comunidades estrangeiras. As cidades nesse período são formadas pela união de grupos tribais, por acordo ou conquista. “A história antiga é a história das cidades, mas de cidades baseadas na agricultura e na propriedade rural, [...] é uma espécie de unidade indiferenciada entre cidade e campo” (MARX, 1985, p. 74). As transformações das tribos originais levam a cidade a se tornar a base da economia. Evidentemente a produção ainda era efetivada na terra, mas a cidade propiciava a troca dos excedentes com as comunidades externas. O único obstáculo que poderia aparecer nesse momento de controle do cultivo do solo eram as outras comunidades. Assim, torna-se necessário uma organização para defender o Estado e as terras da comunidade.

**A guerra é, portanto, a grande tarefa que a todos compete, o grande trabalho comunal, e se faz necessária, seja para a ocupação das condições objetivas da existência, seja para a proteção e perpetuação de tal ocupação. (MARX, 1985, p. 69)**



A defesa da terra contra os agentes externos à comunidade impõe uma nova forma de propriedade da terra, a propriedade privada. A terra pertence ao indivíduo ou à família que faz parte da comunidade e age para a manutenção de sua integridade. A organização para a manutenção da comunidade envolvia também, na medida em que fossem necessárias, não só a manutenção da terra, mas as conquistas de novas terras de outras comunidades. As terras recém conquistadas pertenciam aos membros da comunidade e todas os meios de trabalho que se encontravam na terra também pertenciam à comunidade, inclusive os homens que eram os antigos proprietários da terra. Surge dessa configuração o escravismo.

Quando se passa a pesquisar a organização do trabalho no mundo greco-romano é que o processo de exploração do homem pelo homem torna-se mais evidente. As formações dos povos gregos e romanos seguem, mais ou menos, a ideia de que se formou uma comunidade superior, com a posse da terra, e uma comunidade inferior, que trabalhava em terras comunais para seu sustento; no entanto, importa-nos perceber que aparecem nessa fase duas figuras que até então não existiam: o trabalhador contratado para

tarefas diárias, em especial para colheita, (esse trabalhador recebia em pagamento, uma parcela de produto que havia ajudado a colher) e o escravo. A escravidão, por sua vez, era resultado da prisão militar ou da sujeição por dívida. Segundo Oliveira:



**As formações escravistas (Grécia e Roma) resultam historicamente da dissolução das relações fundamentais antigas. A mercantilização da economia, que constitui o móvel do escravismo, promoveu a extensão da propriedade dos meios de produção aos cidadãos livres de diferentes categorias, o aprofundamento da apropriação privada do excedente de trabalho e da produção, a ampliação da organização do Estado. (1987, p. 29)**

Segundo a análise de Oliveira (1987), o surgimento de economia mercantil, ou seja, de uma economia voltada para o comércio, resultou em diferentes formas de organizar os cidadãos livres na antiguidade clássica, bem como um determinado tipo de escravismo. O escravo era propriedade jurídica de outro homem, obrigado a trabalhar para o seu senhor prestando serviços gerais, mas também gerando riquezas. Oliveira ainda afirma que o escravo enquanto realizador do trabalho era produtor direto de riqueza, no entanto, também era meio de produção e propriedade que pode ser vendido.

Os homens livres exerciam seus trabalhos de diferentes maneiras e em função da sua posição social. Assim, por exemplo, os gregos dividiam o trabalho em três categorias distintas: labor, que estava relacionado ao esforço físico e às atividades de sobrevivência, como o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, sobretudo com a utilização de escravos; poiesis, que era o ato de fabricar algo, como o trabalho do artesão ou do escultor, e praxis, que era a atividade voltada ao bem-estar dos cidadãos, atividade do discurso, dos debates sobre os destinos da cidade, exercida por uma classe de notáveis e ricos. O trabalho escravo ganhou especial relevo, pois enquanto os cidadãos debatiam os destinos da cidade, a produção de bens materiais, necessários para a sobrevivência de todos, era produzida pelos escravos. Assim, esse tipo de organização produtiva assentado sobre o trabalho escravo é chamado de modo de produção escravista.

Apesar de citarmos apenas a divisão do trabalho entre os homens livres na Grécia, podemos afirmar que a sociedade romana se assemelhava muito a ela.

## O trabalho servil

A escravidão como modo de produção dominante entra em decadência juntamente com o Império Romano do Ocidente. Podemos citar entre as causas da decadência da escravidão as constantes rebeliões dos escravos, a presença cada vez maior de um colonato e as invasões dos povos denominados “bárbaros” aos domínios do Império Romano.

O colonato é uma maneira de explorar grandes propriedades rurais em que o dono das terras cede uma porção de terra para um colono a fim de que ele explore a terra. O proprietário da terra fica com uma parte do que é produzido e o colono fica com outra parte para o seu sustento. Em uma época em que a escravidão não era mais viável, essa alternativa foi amplamente utilizada.

Com as invasões bárbaras sob os domínios do Império Romano do Ocidente houve a fragmentação do território em diversas unidades políticas e sociais, chamadas de feudos. Apesar de apresentar algumas diferenças entre os feudos, podemos destacar algumas características gerais dessa organização.

A primeira característica é que a terra continuava a ser o principal meio de produção, e todas as relações sociais se realizavam em torno da terra. Como extensão do sistema de colonato, nos feudos a terra era propriedade de um senhor e os demais trabalhadores possuíam o direito de usufruir da terra, direito que se deu mediante alguns vínculos estabelecidos juridicamente entre o senhor feudal e o servo. Os servos eram os trabalhadores em um regime de servidão estabelecido a partir de um conjunto de direitos e deveres entre o servo e o senhor.

Segundo Tomazi:

**A propriedade feudal era constituída, no mínimo, de uma aldeia, das terras dos camponeses, da floresta, das pastagens comuns, da igreja, da casa paroquial e das terras pertencentes a ela, da casa do senhor, que possuía o moinho, o forno e o celeiro, bem como as melhores terras da propriedade. (1993, p.47)**

”

Os servos deveriam trabalhar nas suas terras para terem o suficiente para a sua subsistência, mas eram obrigados a trabalhar nas terras do senhor e em todos os outros trabalhos que eram necessários para a manutenção do feudo. Esse tipo de obrigação era chamado de corveia. Para se morar e usufruir das terras do feudo, seja um servo, seja um homem livre, era necessário uma série de obrigações: a talha, que era uma taxa sobre tudo o que se produzia na terra; as banalidades, que era a taxa paga pela utilização do moinho, do forno e do celeiro, entre outras.

A estratificação social no período feudal poderia ser resumida na seguinte categorias: *oratores*, religiosos que se dedicavam à oração *bellatores*, os guerreiros que se ocupavam da defesa, a nobreza fazia parte desse grupo; e os *laboratores*, homens livres e servos que trabalhavam com as próprias mãos. Assim, Tomazi afirma:



**Como se pode perceber, eram os servos, os camponeses livres, os aldeãos, ou seja, as classes servis quem efetivamente trabalhava nessa sociedade. Os senhores feudais e o clero viviam, pois, do trabalho dos outros. (1993, p. 47)**

Para além do trabalho no campo, desenvolvia-se também outras formas de trabalho nesse período, como as atividades artesanais e as atividades comerciais. As atividades artesanais eram exercidas por meio de associações de pessoas que tinham o mesmo ofício. Essas associações ficaram conhecidas como corporações de ofício, constituídas hierarquicamente do mestre, do oficial e do aprendiz.

No trabalho no campo, bem como no trabalho nas cidades, o feudalismo é marcado pelo trabalho servil e está diretamente relacionado aos direitos e deveres dos servos para com os seus senhores, seja o senhor feudal, seja o mestre da corporação.

A partir do século XIV a sociedade feudal passa por uma grave crise que provoca a fome, em virtude das chuvas que acabaram com as lavouras, além da peste negra. Esses dois eventos somados à Guerra dos Cem Anos dizimaram cerca de 40% da população da Europa. (TOMAZI, 1993).

Os senhores feudais tinham que se preocupar com outros acontecimentos dessa época: as revoltas camponesas. O aumento



da exploração dos senhores feudais produziu diversas revoltas em várias partes da Europa. Essas revoltas tornam-se o embrião do novo modo de produção, o modo de produção capitalista.

### **A constituição do modo de produção capitalista.**

Segundo Oliveira (1987), o modo de produção escravista e o modo produção servil, que é também chamado de modo de produção feudal, são os principais modos de produção pré-capitalistas. Compreender como se constituiu o modo de produção capitalista significa compreender o processo histórico que possibilitou o aparecimento do capitalismo.

A Baixa Idade Média se caracteriza pela crise do modo de produção feudal, pelo ressurgimento das cidades e do comércio.

**O desenvolvimento do comércio provocou o acúmulo de riqueza monetária, o que permitiu a compra de uma nova mercadoria, a força de trabalho, que se encontrava no mercado por causa da falência do sistema de produção feudal. (MARX, 2013, p. 99)**



O comércio era realizado por uma nova classe social, a burguesia. A colonização da América e a exploração do comércio dos mercados da Índia e da China aumentaram a necessidade de determinadas mercadorias. Assim, tornou-se necessário também uma nova forma de organização do trabalho.

O burguês financiava algumas guildas, ou corporações de ofícios, fornecendo matéria-prima e os rendimentos dos trabalhadores em troca de uma determinada produção. A organização do trabalho não se alterou muito em relação ao trabalho que era praticado nas corporações, permanecendo a hierarquia entre mestre e aprendiz. Houve a incorporação de diversos oficiais e alocação destes em um mesmo local para a produção em escala de um mesmo produto. O trabalhador continuava a desenvolver todas as etapas da produção, construindo um determinado produto do começo ao fim. Essa organização possibilitou ampliar a produção, mas não na escala suficiente para os interesses da burguesia que financiava a produção. Sobre esse aspecto, Marx e Engels afirmam:



O sistema feudal da indústria, no qual a produção industrial era monopolizada pelas guildas fechadas, agora não mais atendia às crescentes necessidades dos novos mercados. O sistema manufatureiro tomou o seu lugar. Os mestres das guildas foram postos de lado pela classe média manufatureira; a divisão do trabalho entre as diferentes guildas corporativas desapareceu em face da divisão do trabalho em cada oficina. (MARX & ENGELS, 2003, p. 27)



### Assimile

Atualmente entendemos a especialização como uma forma de qualificação no trabalho; no entanto, aqui, a ideia de especialização remete à desqualificação, pois o trabalhador deixa de conhecer o processo total de produção da mercadoria, para se especializar em um único fragmento do processo global de produção da mercadoria.

A manufatura que nascia naquele momento se caracterizava pelo início da fragmentação do trabalho. Ainda permaneciam os oficiais reunidos em um mesmo local para a produção, mas agora cada trabalhador realizava uma etapa do processo de produção. Aumentava-se, dessa forma, a velocidade da produção na medida em que o trabalhador se tornava especializado em uma única atividade, ao mesmo tempo em que a produção de uma determinada mercadoria não era obra mais de um único trabalhador, mas de um trabalhador coletivo, ou seja, a mercadoria é resultado do trabalho de muitos trabalhadores e pertence àquele que financiou a produção, o burguês. Segundo Marx:



A cooperação fundada na divisão do trabalho assume sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista, ela predomina ao longo do período propriamente manufatureiro, que, em linhas gerais, estende-se da metade do século XVI até o último terço do século XVIII (2013, p. 511)



## Exemplificando

Utilizar da manufatura para a produção de sapatos implica em fragmentar as etapas do processo de produção. Assim, por exemplo, um trabalhador irá ser o responsável por curtir o couro, outro por fazer as solas, outro ainda o responsável por costurar. O cadarço ficará a cargo de outro trabalhador, bem como a finalização. Ao final do processo produtivo, a mercadoria não foi fabricada por um trabalho individual, mas por um trabalho coletivo. O resultado desse processo será de propriedade do dono da empresa. O trabalhador vai se especializando em cada uma das partes, deixando de lado o conhecimento de como se fabrica um sapato do início ao fim.

A partir de então, no último terço do século XVIII, operou-se uma verdadeira revolução a partir dos meios de trabalho, a ferramenta tornou-se máquina. Qual a diferença entre as duas? A ferramenta tem como força propulsora o homem, a “máquina é movida por uma força natural diferente da humana” (MARX, 2013, p. 549). A máquina torna-se a base técnica e material da própria produção, alguns autores chamam isso de maquinofatura. Os trabalhadores desaparecem? De maneira alguma, mas agora são apêndices da máquina.



## Assimile

A Revolução Industrial marca a consolidação do modo de produção capitalista, no entanto, o processo histórico de construção do capitalismo deve ser pensado desde a cooperação simples, passando pela manufatura até chegar à produção industrial mecanizada.

O século XVIII é marcado pela Revolução Industrial com o surgimento da grande indústria mecanizada e do trabalhador assalariado, fruto de um processo histórico que tentamos brevemente descrever, culminando na consolidação do modo de produção capitalista, que caracteriza-se pela separação entre trabalho e capital; em termos práticos, isso significa afirmar que uma determinada classe social se tornou detentora dos meios de produção e outra classe social não detém nada além da própria força de trabalho. Essa separação implicou em uma submissão da classe que não detém os meios de produção à classe que os detém.

A partir do caminho percorrido foi possível verificar que os seres humanos sempre trabalharam, mas cada período histórico foi marcado por uma maneira diferente de trabalhar. Em um primeiro momento a produção, bem como a posse da terra, era coletiva; os homens produziam coletivamente os bens necessários para a sobrevivência da comunidade. À medida que a comunidade, passou a produzir mais do que o necessário para sua subsistência, esses excedentes de produção passaram a ser apropriados por um chefe de numerosas famílias e teve início o surgimento das cidades, que, como afirmado no texto, aparece como unidade indiferenciada entre o campo e a cidade, como postos de trocas de excedentes. Com os riscos das invasões por outras comunidades a terra deixou de ser posse da comunidade para se tornar propriedade privada de uma família; a produção não se dava mais de maneira coletiva, mas cada um produzia em sua própria terra com a ajuda de trabalhadores livres que se empregavam em troca de uma determinada quantidade de produto, ou pela utilização de escravos. Os escravos eram frutos de guerra ou de dívida, e assim se dava uma divisão entre os homens; havia homens proprietários de terra, havia também os que não eram. Essa divisão fica mais evidente na Grécia cujo trabalho era feito de acordo com a posição social que o sujeito ocupava.

A Idade Média marca o fim das cidades e também do trabalho escravo e o início do trabalho servil. A produção na Alta Idade Média era uma produção de subsistência em que havia o avanço do sistema de colonato para um sistema de obrigação entre o servo e o senhor da terra. O servo não era dono da terra, mas podia cultivar algumas áreas para sua subsistência, desde que também trabalhasse nas terras do senhor feudal e recolhesse todas as obrigações que devia a ele.

A Baixa Idade Média foi marcada pelo ressurgimento das cidades e pelo aparecimento de uma nova classe social que viveu do comércio: a burguesia. A expansão do comércio fez que se buscasse novas formas de organização do trabalho, tendo em vista a produção de excedente.

Também nesse momento começava a separação dos homens de suas condições objetivas de trabalho, ou seja, o homem foi separado do objeto de trabalho que não lhe pertencia, bem como dos meios de trabalho. Assim, houve o aparecimento de um tipo de trabalho típico do modo de produção capitalista, o trabalho assalariado. Portanto, o trabalho que Fred Flintstone realizava era um trabalho tipicamente capitalista, que teve lugar apenas recentemente na história da humanidade e foi fruto de um processo histórico que levou alguns homens a serem donos dos meios de produção e outros a não terem nada, além de suas forças de trabalho para vender.

Logo, estamos verificando ou percebendo que o trabalho como conhecemos e achamos natural e perpétuo, é, na verdade, uma construção histórica e mutável, construída pelos homens a cada momento.

## Faça valer a pena

**1.** Pensando em explicar o aparecimento do modo de produção capitalista no Ocidente, Marx apontou para a tese de que com a dissolução da formação primitiva da economia, apareceu um outro tipo de organização que ele denominou modo de produção asiático.

Sabendo disso, assinale a alternativa correta quanto ao modo de produção asiático.

- a) O modo de produção asiático se caracteriza pelo predomínio de uma unidade produtiva sobre as outras.
- b) O modo de produção asiático se caracteriza pelo trabalho livre e pela cooperação simples
- c) O modo de produção asiático se caracteriza pelo trabalho escravo e pela ausência do Estado nas relações de poder.
- d) O modo de produção asiático se assenta sobre a exploração da terra e o trabalho servil.
- e) O modo de produção asiático marca o uso da manufatura e se estabelece como a primeira etapa do capitalismo.

**2.** As formações escravistas (Grécia e Roma) resultaram historicamente da dissolução das relações fundamentais antigas. A mercantilização da economia, que constituiu o móvel do escravismo, promoveu a extensão

da propriedade dos meios de produção aos cidadãos livres de diferentes categorias; o aprofundamento da apropriação privada do excedente de trabalho e da produção, bem como a ampliação da organização do Estado. (OLIVEIRA, 1987, p. 29).

A partir dessa informação, analise as seguintes afirmações:

- I. O escravo era propriedade jurídica de outro homem.
- II. O escravo era obrigado a trabalhar para o seu senhor prestando serviços gerais, mas também gerando riquezas.
- III. O escravo enquanto realizador do trabalho era produtor direto de riqueza, mas enquanto propriedade não podia ser considerado meio de produção.

Sobre o escravismo na sociedade antiga, podemos afirmar:

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) As afirmações I, II e III estão corretas.

**3.** A consolidação do modo de produção capitalista se deu de maneira lenta, aos poucos as condições de trabalho foram se alterando, o homem foi separado das condições objetivas de trabalho e o resultado foi o aparecimento de duas classes sociais distintas em que uma delas possuía os meios de produção e a outra a força de trabalho para vender. Sabendo disso, analise as afirmações a seguir:

I. Com a manufatura se dá a consolidação do trabalho coletivo e o início da fragmentação do trabalho. Essa fragmentação implicou na perda do conhecimento da totalidade do processo produtivo por parte do trabalhador.

**PORQUE**

II. Na manufatura o trabalhador se especializava em apenas uma parte do processo de trabalho.

Assinale a alternativa plenamente correta sobre a mudança na estrutura do trabalho.

- a) As afirmações I e II estão corretas, no entanto, a afirmação II não explica a afirmação I.
- b) As afirmações I e II estão erradas.
- c) A afirmação I está correta e a afirmação II está errada.
- d) A afirmação I está errada e a afirmação II está correta.
- e) As afirmações I e II estão corretas e a afirmação II explica a afirmação I.

## Seção 1.3

### O trabalho para os clássicos da Sociologia: aspecto moral e função social do trabalho

#### Diálogo aberto

A frase “o trabalho traz dignidade ao homem” é ouvida com muita frequência, o seu significado seria diminuído se essa frase fosse reduzida ao aspecto material, isto é, se o trabalho trouxesse dignidade ao homem tão somente por lhe proporcionar os meios adequados para sua sobrevivência. No entanto, essa frase encerra um algo a mais, bem como a própria finalidade do trabalho encerra algo de maior valia que uma simples tarefa, realizada por um determinado tempo, em troca de um salário. Pois bem, o objetivo desta seção é discutir esse algo a mais a pensar sobre o trabalho; e para essa tarefa será necessária a abordagem de dois autores clássicos da Sociologia: Max Weber e Emile Durkheim.

Cada vez mais, nas sociedades modernas, dependemos uns dos outros para que possamos continuar a existir. Para dar um exemplo, imagine alguém comprando pães logo cedo; quantas pessoas tiveram que se mobilizar para que essa ação pudesse ocorrer? Alguém teve que colher o trigo, beneficiá-lo, transportá-lo até que a farinha pudesse ser usada para a fabricação do pão. Uma vez na padaria, a farinha será misturada a diversos outros ingredientes que, igualmente, foram produzidos e beneficiados por diversos trabalhadores; mas a farinha não se mistura sozinha, o padeiro deve realizar essa tarefa; logo, veja como algo tão simples, como comprar pães, depende, do trabalho de diversas pessoas. Uma animação lançada em 2007 retratou, não como tema central, a complexidade da vida em sociedade. *Bee Movie – a história de uma abelha*, uma animação da Dreamworks que retrata a história de uma abelha decepcionada com seu trabalho, pois, como era filha de operários, ela deveria também ser operária. Frustrada, foge da colmeia e descobre que o mel é vendido pelos seres humanos, que faturam muito sobre a produção da colônia. A abelha processa os homens e todo mel é devolvido às colmeias. Como tinham um grande estoque do produto, as abelhas entenderam que poderiam parar de

produzir, pois a produção perdeu o sentido, uma vez que elas tinham excedente para se manter por anos e, por consequência, deixaram de polinizar as flores. Sem a polinização não há reprodução da flora e, sem a flora, os pequenos insetos deixariam de existir; sem esses insetos os animais de menor porte perderiam sua alimentação, em seguida, seriam os animais de grande porte e, em pouco tempo, todos os animais deixariam de existir, o que poderia ser o fim das abelhas e da própria raça humana. Frente a isso, a animação levanta algumas questões importantes: quanto dependemos do trabalho uns dos outros para garantir nossa existência? As abelhas deixaram de produzir quando tiveram abundância de mel. Guardadas as devidas proporções em relação aos seres humanos, será que o trabalho só tem valor porque produz algo, ou há outro valor para além desse?

Observe como os sociólogos citados podem nos ajudar com essas questões.

## Não pode faltar

### O trabalho como vocação

Até o presente momento foi discutido o papel do trabalho na formação do homem, bem como o trabalho nas diferentes sociedades. O caminho percorrido partiu das bases econômicas, entendida em seu sentido mais lato, para se compreender como chegamos à moderna organização capitalista do trabalho.

No entanto, a análise de Max Weber (1864-1920) sobre o trabalho nas modernas sociedades capitalistas parte de outro pressuposto. Escrevendo já no final do século XIX e início do século XX, ele não nega a importância da base econômica para a constituição do capitalismo, no entanto, aponta que outros elementos podem explicar melhor a constituição do tipo de capitalismo ocidental e da forma de organização do trabalho dentro do capitalismo.

Para Weber, a sociologia é uma ciência compreensiva que deve privilegiar a compreensão e a inteligibilidade como propriedades específicas dos fenômenos sociais, mostrando que os conceitos de significado e de intencionalidade os separam dos fenômenos naturais.

Segundo Weber, o impulso para o ganho não é a característica fundamental do capitalismo ocidental, pois ela já estava presente



em outras formas desse sistema (as relações comerciais ocorridas em outras épocas também são consideradas por Weber como um tipo de capitalismo), o que o caracteriza é a “organização capitalística racional assentada no trabalho livre” (WEBER, 1987, p. 7). A organização racional do capitalismo se deu por dois importantes fatores: 1º) a separação da empresa da economia doméstica; 2º) a criação de uma contabilidade racional. No entanto, sem o trabalho livre e sua organização nos moldes capitalistas, a ideia do cálculo exato e do planejamento capitalístico, em termos ocidentais, não seriam possíveis. Weber entende que a origem do “sóbrio capitalismo burguês e de sua organização racional do trabalho” deve ser buscada na história universal da cultura, pois o racionalismo econômico é, em partes, determinado “pela capacidade e disposição dos homens em adotar certos tipos de conduta racional” (WEBER, 1987, p. 11).

A conduta racional capitalística é movida por um ethos que em nada tem a ver com a ganância, mas com o trabalho como um fim em si mesmo. “Ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna é, enquanto for feito legalmente, o resultado e a expressão de virtude e de eficiência em uma vocação” (WEBER, 1987, p. 33). A cultura capitalista tem como ética social a ideia de que o indivíduo possui um dever para com sua carreira; assim, os indivíduos, tanto o empresário quanto o trabalhador, devem se sentir obrigados a realizar o conteúdo de sua atividade profissional. O espírito do capitalismo não é a fome pelo ouro (*auri sacra fames* nos termos utilizados pelo autor), isso pode ser observado em tempos pré-capitalistas. O que motiva as ações econômicas no capitalismo não é a busca por lucros, mas a ética para com o trabalho. Para que essa disposição pudesse ser obtida, foi necessário que o capitalismo ocidental lutasse contra o seu mais hostil adversário, o tradicionalismo.

Para ilustrar a afirmação, Weber demonstra algumas tentativas de organizar o trabalho conforme o “espírito do capitalismo” que foram barradas pelo tradicionalismo arraigado nos homens; afirma sobre a tentativa de pagar mais aos trabalhadores para incentivá-los a produzir mais, citando como exemplo um agricultor que aumentou o valor pago por acre ceifados, mas essa ação teve o efeito de diminuir a produção, pois os trabalhadores, ligados aos valores tradicionais pré-capitalistas, preferiram trabalhar menos para ganhar

o mesmo valor do que trabalhar com mais diligência e aumentar seus rendimentos. O contrário também foi tentado, pensou-se em pagar menos pelas mesmas atividades para forçar os trabalhadores a trabalharem mais para obterem os mesmos rendimentos, no entanto, “de um ponto de vista puramente quantitativo a eficiência do trabalho decresce com um salário que seja fisiologicamente insuficiente” (WEBER, 1987, p.39). Além da questão quantitativa, os baixos salários são um impeditivo para o desenvolvimento qualitativo do capitalismo. Como, então, o espírito do capitalismo pode se instaurar nos trabalhadores? Weber responde:



O trabalho deve, ao contrário, ser executado como um fim absoluto por si mesmo – como uma “vocação”. Tal atitude, todavia, não é absolutamente um produto da natureza. Ela não pode ser provocada por baixos salários ou apenas por salários elevados, mas somente pode ser produto de um longo e árduo processo de educação. (WEBER, 1987, p. 39)



#### Pesquise mais

O conceito de vocação é extremamente importante para a obra de Weber, nesse sentido, indica-se, para aprofundar o assunto, o artigo:

BASSO, Sílvia Eliane de Oliveira. O conceito de vocação em Max Weber. **AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Umuarama, v. 14, n.1 p. 25-30, jan./mar., 2006. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/508/464>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Se na atualidade o capitalismo encontra certa facilidade em recrutar trabalhadores “vacionados”, no passado essa tarefa foi árdua e inglória. O hábito arraigado era uma muralha intransponível à apreensão de novas formas de trabalho, no entanto, se fosse encontrado um indivíduo com a disposição para o cálculo racional e o autocontrole, seria possível inculcar nesse sujeito o trabalho como um valor condizente ao do capitalismo, ou seja, um trabalho como um fim em si mesmo. Weber afirma que essa predisposição é mais facilmente encontrada nos indivíduos com uma educação religiosa derivada da Reforma Protestante.



Uma vez que, segundo Weber, a Reforma Protestante se mostrou como o elemento fundamental para o desenvolvimento do trabalho livre e do capitalismo ocidental na Europa, como as nações que não aderiram à Reforma Protestante chegaram à condição de países capitalistas? Seria realmente esse o elemento fundante da sociedade capitalista?

Weber aponta que a ideia de vocação foi ressignificada por Lutero, o que antes era entendido apenas como uma expressão da fé e do afastamento do mundo, é pensado como uma “valorização do cumprimento do dever dentro da profissão” (WEBER, 1987, p. 53). Nessa nova concepção a vocação para o trabalho expressa o amor ao próximo; assim, a Reforma Protestante aumentou “a ênfase moral e o prêmio religioso para o trabalho secular e profissional” (WEBER, 1987, p. 55). No entanto, em Lutero, a ideia de vocação ainda se atinha à vontade divina, cada um deveria permanecer na posição que Deus havia colocado, e ainda residia um certo tradicionalismo na interpretação luterana.

A doutrina calvinista, que é uma doutrina reformada, apresenta algumas características distintas em relação ao luteranismo, e essas doutrinas são importantes chaves para a compreensão do individualismo moderno, bem como da vocação ao trabalho. Segundo Weber, no calvinismo o homem é deixado só em seu processo de salvação; a impossibilidade da razão humana penetrar os desígnios de Deus impede que esse homem saiba quais são os critérios que Ele utilizará para designar os que estão predestinados à salvação. O sentimento e as sensações com as quais algumas religiões identificam a certeza da salvação são, para o puritanismo, superstições das quais os homens devem se afastar.

Como o homem poderia saber se estava predestinado à salvação? Não há, aparentemente, diferença nenhuma entre os homens que estavam predestinados à salvação e os que não estavam, no entanto, o calvinismo indicava que cada homem deveria se considerar um escolhido e combater todas as dúvidas, pois a dúvida indica falta de fé. Para alcançar essa autoconfiança, indicava-se uma intensa atividade profissional como meio mais adequado. O estado de graça do indivíduo era certificado por provas objetivas, “um tipo de

conduta cristã que servisse para aumentar a glória de Deus” (WEBER, 1987, p. 79).

Assim, a conduta puritana indicava que o homem renascido e santificado poderia, por meio de suas boas obras verdadeiras, aumentar a glória de Deus. No entanto, essas boas obras não poderiam ser ocasionais e esporádicas, mas deveriam ser sistematicamente calculadas para que atingissem todos os momentos da vida. As boas obras não dariam ao homem a possibilidade da salvação se ele não tivesse a graça para isso, mas o resultado obtido pelo seu trabalho era sinal de que Deus o possibilitava para as atividades cotidianas e o desejava junto de si, e assim esse indivíduo teria a certeza de ser possuidor da graça. “Na prática isto significa que Deus ajuda quem se ajuda” (WEBER, 1987, p. 80). Assim, dentro dessa doutrina, a ideia de vocação aplicada ao trabalho cotidiano é ampliada em relação à mística de Lutero, pois o homem não deveria ficar restrito e confortavelmente preso à sua condição. O trabalho era um fim em si mesmo, mas a operação da graça divina no homem predestinado o leva a resultados melhores, que não fazem que esse homem relaxe em sua vida cotidiana, mas que se aplique cada vez com mais diligência para que seu trabalho se torne cada vez melhor e todos os dias ele possa ter certeza da graça.

O homem não precisa ficar restrito à “posição” que Deus lhe colocou, mas a mudança de posição, a melhora qualitativa e quantitativa do trabalho e os resultados do trabalho, são a certeza de que o homem é possuído do estado de graça. Essa predisposição para o trabalho com um fim em si mesmo e uma vocação, resultado da educação voltada para a ética puritana, serão essenciais para a existência do capitalismo ocidental. “O trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida. A expressão paulina “quem não trabalha não deve comer” é incondicionalmente válida para todos. “A falta de vontade de trabalhar é um sintoma da ausência do estado de graça” (WEBER, 1987, p. 113).

Assim, para Weber, o capitalismo não é obra da ganância dos homens, mas o resultado de uma mudança cultural em relação ao trabalho. Há, a partir do pensamento puritano, uma nova concepção moral em relação ao trabalho, que deixa de ser algo infelizmente necessário para a vida e passa ser a expressão de uma vida devotada e digna.

## A função da divisão social do trabalho

Emile Durkheim (1858-1917) produz suas obras sociológicas a partir da última década do século XIX, período em que os conflitos entre capital e trabalho, ou seja, patrões e empregados, estavam se acirrando, formando um quadro de forte instabilidade social.

Durkheim tem como influência teórica o positivismo de Auguste Comte, bem como de um conjunto de autores que podem ser denominados de organicistas. A ideia fundamental do organicismo é que a sociedade se assemelha a um organismo vivo e, à semelhança desse organismo, ela é constituída de um conjunto de organismos sociais que possuem determinada função para o corpo social. Um corpo social saudável é aquele cujo os organismos sociais, ou instituições sociais – na nomenclatura que Durkheim irá adotar – funcionam de maneira adequada e harmônica, assim, qualquer distúrbio de um organismo, como o conflito entre trabalhadores e patrões, pode levar o corpo social à falência. Por essa razão o quadro de instabilidade social é descrito por Durkheim como um “sintoma”, tal qual a manifestação de uma doença, de que o corpo social estaria padecendo. Sua obra intitulada *A divisão do trabalho social* é uma tentativa de mostrar a função social dessa divisão para a manutenção do corpo social.

Durkheim, portanto, reflete, sobre as bases teóricas do positivismo, a questão do trabalho na sociedade capitalista. Suas análises, como afirmado anteriormente, encontram-se, sobretudo, no livro *Da divisão do Trabalho Social* (1999) publicado originalmente em 1893. Pelo próprio nome do livro, pode-se inferir que a principal questão do autor não é trazer uma definição sobre o que é o trabalho, mas apontar qual a função social da divisão do trabalho social, ou seja, compreender a qual necessidade a divisão do trabalho corresponde.



### Exemplificando

A divisão do trabalho atinge as mais diversas estruturas da sociedade. A ciência, por exemplo, passou por um longo processo de especialização e divisão do trabalho. Há poucos séculos, as pessoas que produziam

conhecimento eram simplesmente chamadas de filósofos. Com o aumento do conhecimento produzido, não foi possível um único homem dar conta dos mais diversos tipos de saberes, assim, as ciências começaram a se especializar em diversas áreas. Primeiro em grandes áreas: Ciências Naturais e Ciências Sociais, depois em subdivisões dentro dessas grandes áreas. Por exemplo, na área das Ciências Sociais, temos: História, Economia, Geografia, Antropologia, Ciência Política, Sociologia, entre outras. Mas a divisão em várias especialidades não serviu para que a ciência fosse diminuída, ao contrário. A ciência, a partir de suas especializações, pode definir métodos específicos e mais adequados para determinados assuntos, bem como produzir um conhecimento mais adequado sobre suas áreas. As distintas especialidades científicas puderam, por meio de sua produção, complementar o conhecimento de outras ciências. É inegável, por exemplo, a importância dos conhecimentos históricos para a Sociologia, ao mesmo tempo que os conhecimentos sociológicos podem contribuir para os conhecimentos em História e assim o é em todas as ciências. Portanto, a especialização e a divisão do trabalho social na ciência contribuiu para a solidariedade entre os campos científicos.

Parece evidente que, à primeira vista, a finalidade da divisão do trabalho seja suprir uma necessidade econômica, aumentando a eficiência das forças produtivas da sociedade, bem como a destreza com que um trabalhador executa uma mesma tarefa. Adam Smith (1996) afirma que a divisão do trabalho foi responsável pelo aprimoramento das forças produtivas e pelo aumento da destreza com que o trabalho é realizado. No entanto, para Durkheim, a divisão do trabalho não é uma invenção das modernas sociedades capitalistas, mas estava presente desde sempre no mundo.



**Sabe-se, com efeito que, que desde os trabalhos de Wolff, von Baer, Milne-Edwards, que a lei da divisão do trabalho se aplica tanto aos organismos como às sociedades; pôde-se inclusive dizer que um organismo ocupa uma posição tanto mais elevada na escala animal quanto mais as suas funções forem especializadas. Essa descoberta teve por efeito, ao mesmo tempo, estender imensamente o campo de ação da divisão do trabalho e recuar suas origens até um passado infinitamente remoto, pois ela se torna quase contemporânea do advento da vida no mundo. (DURKHEIM, 1999, p. 3)**

A divisão do trabalho, portanto, não seria, para Durkheim, mais uma obra da inteligência humana, mas um fenômeno biológico geral. A divisão do trabalho atua nos organismos vivos dividindo as funções do corpo cada vez mais em grupos de organismos mais complexos e especializados, assim, parece uma tendência geral da natureza a vida começar como um organismo simples, unicelular, e se diversificar, bem como tornar-se complexa conforme as funções necessárias para que o funcionamento vital do organismo comece a ser executado por diversos órgãos especializados, agindo cada um em função do todo. Como isso é uma lei geral, as sociedades também pareciam seguir o mesmo caminho de uma divisão mais simples do trabalho até uma divisão mais complexa. A partir dessa observação, Durkheim levanta duas questões: 1ª) se a divisão do trabalho é uma lei universal da natureza, ela pode também ser considerada, ao mesmo tempo, uma regra moral da conduta humana? 2ª) qual o motivo leva a divisão do trabalho ser considerada uma regra moral da sociedade e em que medida ela afeta a ordem social?

Brevemente é preciso esclarecer o porquê de Durkheim pensar a divisão do trabalho como algo que é, também, uma regra moral da sociedade. A sociologia durkheimiana se ocupa com os elementos que são essencialmente sociais, assim, a moral, que pode ser pensada como conjunto de regras e normas que guiam a conduta do indivíduo em uma sociedade, é fundamental para o caráter essencialmente social dos estudos. A moral é, antes de tudo, o aspecto mais importante para a compreensão social, mas ela, aqui, não tem a ver com o moralismo, mas como a ideia de que a sociedade se move mediante um "espírito comum" arraigados nos homens, determinando neles certos estados mentais que não seriam possíveis sem a sociedade, ou seja, construindo nesses homens certas maneiras de pensar, sentir e agir que não seriam atingidos. Portanto, compreender o trabalho como elemento que atua na constituição e na consolidação das regras morais é estudar como a divisão do trabalho atua na constituição e manutenção da ordem social.

Durkheim aponta para o papel fundamental da divisão do trabalho na produção de um sentimento de solidariedade, ou seja, de cooperação entre os membros de um mesmo grupo. Isso

pode ser observado, segundo o autor, entre os agrupamentos mais simples, como, por exemplo, a família, ou em agrupamentos mais complexos, uma grande empresa ou até mesmo a ciência. Mas, interessa ao autor pensar se isso pode ser aplicado à todas as sociedades. Durkheim afirma que Comte foi o primeiro pensador a perceber que a divisão do trabalho é a condição mais essencial da vida social ao dizer que:



**A divisão do trabalho leva imediatamente a encarar não apenas os indivíduos e as classes, mas também, sob muitos aspectos, os diferentes povos, como participantes, ao mesmo tempo e de acordo com o um modo próprio e em um grau especial, exatamente determinados, de uma obra imensa e comum, cujo inevitável desenvolvimento gradual também liga, aliás, os atuais cooperadores à série de seus predecessores e mesmo à série de seus diversos sucessores. Portanto, é a repartição contínua dos diferentes trabalhos humanos que constitui principalmente a solidariedade social e que se torna a causa elementar da extensão e da complicação crescente do organismo social. (COMTE apud DURKHEIM, 1999, p. 29)**

Assim, a hipótese levantada por Comte e apresentada por Durkheim aponta três aspectos distintos e interligados, a saber: primeiro, a divisão do trabalho não é obra de uma sociedade ou classe social específica, mas está presente, em graus distintos, nos diferentes povos; segundo, a divisão do trabalho atua na constituição da solidariedade social – o termo solidariedade deve ser compreendido como um compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas; terceiro, a divisão do trabalho se torna a principal causa da evolução social dos organismos sociais simples para organismos sociais mais complexos.

Segundo o autor francês, à medida em que as sociedades evoluem, os vínculos que tornam os indivíduos solidários em uma sociedade mudam. Nas sociedades primitivas os vínculos sociais eram dados pela semelhança entre os indivíduos; nesse tipo de sociedade "cada indivíduo é o que são os outros; na consciência de cada um predominam, em números e intensidade, os sentimentos comuns a todos, os sentimentos coletivos". Nas sociedades modernas, as consciências individuais possuem uma



maior autonomia, os indivíduos, resguardam uma pequena parcela da consciência coletiva, mas é “pouca coisa [...] quando se pensa na extensão sempre crescente da vida social e, por repercussão, das consciências individuais”, que se tornam mais volumosas; ou seja, o aumento da densidade populacional de uma sociedade conduz ao aumento da densidade moral individual, assim, para que o indivíduo permaneça unido ao grupo, é preciso que se aumente a força e o número dos vínculos nessa ligação. (ARON, 2008, p. 459).

**Portanto, se não se formassem outros, além dos vínculos que derivam das semelhanças, o desaparecimento do tipo segmentário seria acompanhado de uma diminuição regular da moralidade. O homem já não seria suficientemente retido, já não sentiria o bastante à sua volta e acima dele essa pressão salutar da sociedade, que modera o egoísmo e que faz dele um ser moral. Eis o que constitui o valor moral da divisão do trabalho. (ARON, 2008, p. 423)**



### Assimile

O conceito de solidariedade social é extremamente importante para Durkheim. A solidariedade é o compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas. Para Durkheim há dois tipos de solidariedade: a solidariedade mecânica, nas sociedades em que o autor chama de primitivas, que mantêm a solidariedade social em função da semelhança entre os indivíduos, e a solidariedade orgânica, em que a solidariedade social é mantida pelo direito e pela divisão do trabalho social.

Portanto, a divisão do trabalho faz que o indivíduo recobre a consciência de seu estado de dependência em relação à sociedade, assim, a divisão do trabalho se torna a base da ordem moral nas sociedades evoluídas. Por essa razão, a tendência nas modernas sociedades capitalistas é a especialização, cada vez maior, em distintas atividades, não no sentido de ir o mais longe possível com essa especialização, mas o de ir tão longe quanto o necessário para a manutenção da coesão social.

## Sem medo de errar

As questões que nortearam esta seção foram: quanto dependemos do trabalho uns dos outros para garantir nossa existência? Será que o trabalho só tem valor porque produz algo, ou há outro valor para além desse?

Max Weber, ao discutir a existência do capitalismo moderno, apontou que um dos elementos fundamentais para esse sistema é o trabalho livre. No entanto, as tentativas de desenvolvê-lo por meio de incentivos financeiros fracassaram, pois os homens não estavam educados para tal atividade. Segundo Weber, para que o trabalho livre fosse possível, foi necessária uma predisposição a isso, que só foi possível mediante uma mudança da percepção moral em relação ao trabalho. Essa mudança foi propiciada pela Reforma Protestante, por sua vertente puritana, que incutiu nos homens a ideia de trabalho como um fim em si mesmo, como uma vocação. Essa mudança na concepção moral sobre trabalho fez que os homens se dedicassem de maneira mais diligente sobre suas atividades laborais, aperfeiçoando suas profissões e se dedicando cada vez mais a elas. Assim, o trabalho torna-se algo que é realizado, não somente para a produção de algo útil, mas como um valor que o homem deve exercer como uma característica fundamental de sua própria moral. Partindo desse pressuposto, o trabalho não é realizado somente pelos homens que não têm posses, mas é algo que deve ser realizado por todos, tanto empresários como operários, uma vez que todo trabalho tem seu valor.

Durkheim, por sua vez, afirmou que as sociedades capitalistas tiveram um aumento significativo no número de indivíduos que nelas habitam, conduzindo a um maior grau de autonomia das consciências individuais em relação à consciência coletiva, tornando os homens cada vez mais diferentes entre si. Essa diferença forçou que outras estruturas, além da consciência coletiva, atuassem na manutenção da coesão social. Segundo esse autor, duas estruturas foram importantes: o direito e a divisão do trabalho social. A divisão do trabalho não tem somente uma finalidade econômica, (aumentar a produção), mas uma finalidade moral (recobrar nos indivíduos a consciências da solidariedade social). A solidariedade social deve

ser compreendida como um compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas. A solidariedade social produzida pela divisão do trabalho sempre esteve presente em todas as sociedades, no entanto, nas sociedades capitalistas ela ganha uma relevância maior, como esfera privilegiada de produção e manutenção da ordem social. Durkheim aponta que a sociedade deve se especializar cada vez mais em profissões e dividir cada vez mais o trabalho social, como forma de garantir a coesão social em sociedades complexas; no entanto, a especialização não deve ser o máximo possível, mas o máximo suficiente para a manutenção da sociedade unida.

Cada um de nós tem um papel social que deve ser desempenhado da melhor forma possível para que a sociedade, em si, não deixe de existir.

### Faça valer a pena

**1.** A conduta racional capitalística é movida por um *ethos* que em nada tem a ver com a ganância, mas com o trabalho como um fim em si mesmo. “Ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna é, enquanto for feito legalmente, o resultado e a expressão de virtude e de eficiência em uma vocação” (WEBER, 1987, p. 33).

Assinale a alternativa que aponta um elemento essencial para a formação do moderno capitalismo ocidental, segundo Weber:

- a) O trabalho livre com uma ética voltada para o valor do trabalho em si mesmo é um dos elementos essenciais para a formação do capitalismo ocidental moderno.
- b) O capitalismo ocidental moderno só foi possível mediante à ganância dos homens em lucrarem cada vez mais.
- c) O capitalismo ocidental moderno tem seu fundamento no trabalho como punição necessária para que o homem possa expurgar os pecados e atingir a salvação.
- d) A esperteza do empresariado em se aproveitar do trabalho dos homens que nada tinham para sobreviver foi a única coisa que tornou possível o capitalismo ocidental.
- e) A ideia de que o trabalho é um castigo divino desde a expulsão do homem do paraíso está na base da ética do capitalismo moderno e é seu principal fundamento.

**2.** Segundo Weber, a doutrina calvinista, que é uma doutrina reformada, apresenta algumas características distintas em relação ao luteranismo e são importantes chaves para a compreensão do individualismo moderno, bem como da vocação ao trabalho.

Sabendo disso, analise as afirmações a seguir:

I. A doutrina calvinista acredita que a salvação do homem está na negação do mundo e de todas as coisas mundanas, por essa razão, ela se opõe a qualquer forma de trabalho que não seja o trabalho pastoral e religioso.

II. O sentimento e as sensações com os quais algumas religiões identificam a certeza da salvação são, para o puritanismo, superstições das quais os homens devem se afastar.

III. As boas obras não dariam ao homem a possibilidade da salvação se ele não tivesse a graça para isso, mas o resultado obtido pelo seu trabalho era sinal de que Deus o possibilitava para as atividades cotidianas e o desejava, dando-o a certeza de ser possuidor da graça. "Na prática isso significa que Deus ajuda quem se ajuda". (WEBER, 1987, p. 80).

Em relação à doutrina puritana, é correto afirmar que:

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) As afirmações I, II e III estão corretas.

**3.** Durkheim destacou a solidariedade social como um dos aspectos mais importantes para explicar a organização social. "Portanto, o estudo da solidariedade pertence à sociologia. É um fato social que se pode conhecer bem só por intermédio de seus efeitos sociais" (DURKHEIM, 1999, p. 34).

Sabendo disso, analise as afirmações a seguir:

I. Durkheim aponta para o papel fundamental da divisão do trabalho na produção de um sentimento de solidariedade, ou seja, de cooperação entre os membros de um mesmo grupo.

NO ENTANTO,

II. As sociedades primitivas não possuíam nenhum tipo de divisão do trabalho, portanto, elas não podem ser estudadas como sociedades que possuem solidariedade, somente as sociedades capitalistas produzem a solidariedade social.

Segundo a teoria de Emile Durkheim, podemos afirmar que:

- a) As duas afirmações estão corretas e a afirmação II complementa a afirmação I.
- b) As duas afirmações estão corretas e a afirmação II não complementa a afirmação I.
- c) A afirmação I está correta e a afirmação II está errada.
- d) A afirmação I está errada e a afirmação II está correta.
- e) As duas afirmações estão erradas.

# Referências

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BERNARDO, Carlos Eduardo. Santo Agostinho: a relação moral com o mundo na ordem do *frui aut uti*. **Kínesis**, Marília, v., n. 9, p. 26-34, jul. 2013.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea). **Carga horária de trabalho**: evolução e principais mudanças no Brasil. 2009, n. 24, 11p. Disponível em: <[http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/090729\\_comunicadoipea24.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/090729_comunicadoipea24.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2017.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. As comunidades aldeãs no antigo Egito. **PHOÏNIX**, Rio de Janeiro, n. 14, p.: 96-129, 2008. Disponível em: <[https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/33198/1/Phoinix14\\_artigo7.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/33198/1/Phoinix14_artigo7.pdf?ln=pt-pt)>. Acesso: 24 set. 2017.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- DURKHEIM, Emile. **Da divisão social do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FIORAVANTI, Eduardo. **El concepto de modo de producción**. Barcelona: Península, 1974.
- ENGELS, F. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. pp. 760-765. in TUCKER, Robert C. (org.) **The Marx-Engels reader**. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. Traduzido e anotado: por Vinicius Valentin Raduan Miguel (do Inglês para o Português) em 22 de setembro de 2009. HTML: Fernando A. S. Araújo. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Acesso em: 18 out. 2017.
- ENGELS, Frederich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In.: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- GODELIER, Maurice. **Teoria marxista de las sociedades precapitalistas**. Barcelona: Editora Laia, 1975.
- KESSELRING, Thomas. O conceito de Natureza na história do pensamento ocidental. **Episteme**, Porto Alegre, n. 11, p. 153-172, jul./dez. 2000.
- LESSA, Sergio. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 15, p. 39-51, dez. 1992. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31731992000100002&lng=en&nrn=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731992000100002&lng=en&nrn=iso)>. Acesso em: 17 out. 2017.
- LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. O Capital: **Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MORIN, Edgard. **O paradigma perdido**: a natureza humana. 6. ed. Portugal: Europa-América, 2000.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do trabalho**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 5. ed. São Paulo: Pioneiras, 1987.





# Trabalho, exploração e resistência

### Convite ao estudo

Em 2016 uma série de manifestações e paralisações ocorreu na França contra uma reforma trabalhista que alterava as condições de trabalho desse país. A greve produziu um desabastecimento dos postos de combustíveis. O poder Executivo francês afirmou que ela foi obra de uma minoria de trabalhadores ligada a um determinado sindicato que instaurava no país um caos de maneira ilegal. Por sua vez, os grevistas apontavam que as reformas, feitas por decreto, reduziam os direitos dos trabalhadores e poderiam vir a produzir um efeito negativo sobre a oferta de emprego, extinguindo, no mínimo, mais de 4 mil postos de trabalho (YÁRNOZ, 2016).

Isso aconteceu na França, mas evidentemente você já deve ter visto noticiários de greve no Brasil e em outras partes do mundo. Sempre que essas notícias aparecem uma série de sentimentos afloram, alguns apoiam, outros desaprovam as atitudes, mas a questão central é: por que as greves ocorrem?

As greves estão presentes desde a consolidação do modo de produção capitalista; são formas de lutar, dos trabalhadores, contra as condições de trabalho consideradas, no mínimo, injustas por eles. Mas por que os homens se submetem a condições injustas de trabalho?

Com o objetivo de debater mais profundamente essas questões, esta unidade abordará, em três seções, a temática do trabalho, da exploração e da resistência dentro do modo de produção capitalista. A primeira seção discutirá o trabalho como mercadoria; a segunda seção irá oferecer uma discussão do trabalho no século XX, a fim de pensarmos a condição do

trabalho nas linhas de montagem fordistas; e a terceira seção proporá uma discussão sobre a associação dos trabalhadores para autodefesa.

Para que os objetivos traçados sejam atingidos imagine a seguinte situação:

Você está em um grupo de estudo, a coordenadora do grupo atribui uma tarefa a cada um dos participantes. A sua tarefa é discutir conceitualmente o trabalho no modo de produção capitalista por meio de alguns filmes. A coordenadora indica três com os quais você deve trabalhar; são eles: "Metropolis" (disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LB-awsZAOjk>>), "Tempos Modernos" (disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CozWvOb3A6E>>) e "O germinal" (disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XF50LCnW-IM>>). As temáticas a serem trabalhadas com os filmes são: o trabalho como mercadoria; o trabalho sob o modelo fordista de produção; a formação sindical e as lutas dos trabalhadores.

A tarefa é árdua, mas muito prazerosa. Sendo assim, iniciemos!

# Seção 2.1

## O trabalho como mercadoria

### Diálogo aberto

O trabalho é a condição essencial da existência humana, não existe sociedade sem trabalho, no entanto, com a consolidação do modo de produção capitalista, a maioria dos homens, desprovida dos meios de produção, formaram um exército industrial, que tinha somente a sua força de trabalho para vender. Essa força, por sua vez, passa a ser uma mercadoria que se junta a outras mercadorias no processo de produção. Essa forma de trabalho marca a organização social da sociedade capitalista, bem como determina a relação do homem com seu trabalho. A discussão dessa seção é compreender as implicações do trabalho enquanto mercadoria no modo de produção capitalista.

Lembre-se, você está em um grupo de estudo, a coordenadora do grupo atribuiu uma tarefa a cada um dos participantes. A sua tarefa é discutir conceitualmente o trabalho no modo de produção capitalista por meio de alguns filmes.

O primeiro filme é Metropolis, esse filme é um clássico do diretor Fritz Lang, lançado em 1927. O filme mostra uma cidade futurista dividida em duas classes: os trabalhadores que moram embaixo da cidade e precisam trabalhar dez horas por dia, com revezamento de turnos para que a cidade não pare, e os planejadores da cidade, que vivem na superfície. As condições de vida da superfície são excelentes, a cidade moderna é retratada como um fluxo de veículos e de pessoas morando em uma mesma metrópole, ao passo que a vida abaixo da cidade é indigna e sombria. Os trabalhadores devem exercer suas funções com pouco descanso e sob o ritmo da máquina. Os trabalhadores aparecem como uma horda de autômatos rotineiramente massacrados pela rotina, os trabalhadores, em contraposição aos habitantes da superfície, aparecem como não homens, a negação da própria humanidade.

Porque o trabalho é retratado como algo perverso ao trabalhador? Por que os seres humanos aparecem desumanizados no trabalho? Por que a diferença entre os trabalhadores e os planejadores da superfície?

## Não pode faltar

Como organização social, o modo de produção capitalista se caracteriza pela separação do agente de trabalho dos meios de produção, essa separação é a condição sem a qual seria impossível a existência do trabalho assalariado, e a exploração do trabalho assalariado é a condição essencial para a acumulação e a reprodução do capital.



O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador. A necessidade da vitória capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele. [...]. Além disso, o proprietário fundiário e o capitalista podem acrescentar vantagens industriais aos seus rendimentos, [ao passo que] o trabalhador [não pode acrescentar] nem renda fundiária, nem juro do capital ao seu ordenado industrial. Por isso [é] tão grande a concorrência entre os trabalhadores. Portanto, somente para o trabalhador a separação de capital, propriedade da terra e trabalho é uma separação necessária, essencial e perniciosa. (MARX, 2008, p. 23)

Para Marx, ao contrário do que pensavam os economistas clássicos, o salário não é resultado exclusivo da oferta e da procura. O salário resulta da relação hostil entre os capitalistas, que desejam pagar o mínimo possível ao trabalhador, e o trabalhador, que pretende que seu salário seja suficiente para a manutenção da sua vida e da sua família. No entanto, os trabalhadores foram expropriados de todos os meios de produção e não possuem recursos para se manterem, materialmente, sem se sujeitarem às condições de trabalho impostas pelos capitalistas, que, por sua vez, possuem os meios de produção e os recursos necessários para se manterem mais tempo sem o trabalhador. Por essa razão, no modo de produção capitalista, o trabalhador está em uma condição de dependência em relação aos capitalistas. Nesse sentido, a separação

entre capital e trabalho é mortal para o trabalhador, pois ele vende sua força de trabalho ao capitalista, como valor de troca, e a aliena como valor de uso.

Sabe-se que o "trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza", permitindo-lhe apropriar-se de algo da natureza e tornar esse algo útil para a sua vida (MARX, 2013, p. 326). Ao trabalhar, o homem, põe em movimento uma série de forças, atuando sobre o objeto do trabalho e com os meios de trabalho adequados, para que ele consiga, ao final do processo, o que planejou antecipadamente.

**No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. (MARX, 2013, p. 331)**

Assim, ao utilizar os meios de produção, que são os objetos e os meios de trabalho, o homem produz um objeto útil para a sua vida. "A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso" (MARX, 2013, p. 158). O valor de uso se realiza à medida em que o produto do trabalho é utilizado ou consumido.

**Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar [o modo de produção capitalista], eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [stoffliche Träger] do valor de troca. (MARX, 2013, p. 158)**

O valor de troca é a relação quantitativa entre valores de uso diferentes, ou seja, é relação de troca que se estabelece entre duas mercadorias que servem para coisas distintas, desde que essas mercadorias estejam na proporção correta. Para que essa relação aconteça, é preciso que os distintos valores de uso possuam algo em comum. O elemento comum aos valores de uso distintos é o trabalho humano objetivados neles.

No entanto, os diferentes valores de uso são produzidos por diferentes tipos de trabalho, por mais que o trabalho seja o elemento comum entre esses valores, se o tomarmos também como tal, esse trabalho possui uma qualidade diferente. Por exemplo, o trabalho de um marceneiro é de qualidade diferente do trabalho de um pedreiro, que é diferente do trabalho de costureiro. Assim, sendo o trabalho humano também um valor de uso, que possui qualidades diferentes uns dos outros, as relações de trocas são dificultadas.

Para que a relação de troca entre mercadorias distintas, ou valores de uso, aconteça, é necessário a abstração dos valores de uso comum a todas elas. Abstração é a operação em que um objeto é isolado dos fatores que são a eles comumente relacionados, ocorrendo, assim, uma generalização. Assim, para a realização das trocas, é necessário que o elemento comum aos valores de uso, o trabalho humano, seja um elemento generalizado. Na prática, isso implica em não se ter mais distinção qualitativa entre os diversos tipos de trabalho, mas tão somente quantitativa. O trabalho, portanto, torna-se trabalho abstrato, isto é, um trabalho geral sem diferenças qualitativas entre eles.

Para se chegar à condição de trabalho abstrato, foi importante a fragmentação do trabalho em pequenas partes, o que implicou uma fragmentação e simplificação do processo de trabalho. A simplificação do processo de trabalho teve um duplo efeito sobre o trabalhador: de um lado ele reduziu o trabalho a uma série de operações básicas, tornando mais fácil para o capitalista encontrar trabalhadores aptos à execução do trabalho, ao mesmo tempo em que reduziu o tempo necessário para a formação do trabalhador e aumentou a concorrência entre os próprios trabalhadores. Todos esses elementos impactam diretamente o valor de troca da força de trabalho – orientado por duas perspectivas: primeira - deve ser o mínimo necessário para que o trabalhador se mantenha vivo e consiga se reproduzir, pois a produção das demais mercadorias depende da existência de trabalhadores vivos; segunda - o valor de troca da força de trabalho depende da quantidade de trabalho socialmente necessário para sua formação, assim, quanto menor o tempo depositado ao aprendizado do trabalhador, menor será seu valor. Assim, o valor de troca da força de trabalho é reduzido ao mínimo necessário para sua manutenção e reprodução. Marx utiliza

diversas vezes o termo “proletário” para se referir aos trabalhadores assalariados. O termo proletário tem sua origem etimológica na palavra prole, isto é, filhos. O termo era utilizado no Império Romano para designar os cidadãos mais pobres do império, que tinham por função gerar filhos para as fileiras do exército romano. Tal qual esses cidadãos, o trabalhador assalariado precisava também fornecer filhos para engressar as fileiras do exército industrial capitalista.

Porém, como valor de uso, a força de trabalho não se reduz a produzir sua própria existência, o trabalho vivo é a única força capaz de pôr em movimento os meios de produção, a fim de que sejam produzidos valores de uso ao capitalista, bem como a única mercadoria capaz de produzir valor e mais valor – dado essencial para a compreensão do processo de valorização.

A valorização do capital é a busca constante do capitalista, é a razão desse modo de produção. O capitalista não é um filantropo ou alguém movido apenas por uma ética que o faz produzir cada vez mais, ele tem o desejo de que seu capital se amplie. Mas como fazer isso, se as mercadorias são trocadas por outras mercadorias que possuem valores de troca semelhante? Imaginemos uma determinada situação: um capitalista é dono de uma fábrica com todas as matérias-primas e ferramentas necessárias para a fabricação de uma determinada mercadoria; ele contratada uma determinada força de trabalho para produzir essa mercadoria. Tudo isso implicou adiantamento de uma determinada quantia em dinheiro, que aqui chamaremos de D, para obter uma determinada mercadoria, que chamaremos de M; se ele trocar essa mercadoria por valores semelhantes ao que ele investiu para produzi-la, terá ao final do processo o mesmo dinheiro que investiu, ou seja, D. A fórmula para esse processo então é  $D \rightarrow M \rightarrow D$ . Marx chamou esse processo de inosso, pois é sem “sabor” para o capitalista, que não quer ter, ao final do processo de produção, a mesma quantidade de dinheiro que adiantou, mas sim a valorização do próprio capital. Só com a valorização no processo de produção é que o dinheiro se torna capital.

Marx aponta que quando um capitalista adianta uma determinada quantidade de dinheiro, “D”, para comprar todas as coisas necessárias para produzir uma mercadoria, “M”, ele espera que a venda dessa

mercadoria lhe traga mais dinheiro do que o que adiantou no início da produção, podemos chamar esse “mais dinheiro obtido na venda da mercadoria” de “D+”, o movimento de valorização do capital, portanto, segue a seguinte lógica esquemática, “D – M – D+”. Portanto, a valorização do capital não é um processo que acontece somente no mercado, por meio da relação de oferta e procura, mas sim no processo produtivo; na relação de mercado o que acontece é a realização do valor. Como isso acontece?

Segundo Marx (2013, p. 309), o primeiro movimento é a transformação de dinheiro em mercadoria (D – M) e o segundo movimento é a transformação de mercadoria em dinheiro (M – D), no entanto, o dinheiro que se obtém ao final desse processo não é a mesma quantidade que se adiantou, é mais, e é nesse processo que o dinheiro se transforma em capital. A condição geral para essa transformação de dinheiro em capital só pode ser compreendida pelo processo de mais-valia.

O capitalista comprou os meios de produção necessários para realização da produção, sendo eles: a matéria-prima, as ferramentas, as maquinarias e outros insumos necessários à produção bem como a força de trabalho. Todas essas mercadorias são compradas em função do seu valor de uso e são consumidas dentro do processo de produção, no entanto, a força de trabalho é capaz de gerar mais valor, um excedente, em razão de não se consumir plenamente no processo produtivo e de receber um valor que é o equivalente à sua própria manutenção e não ao que produz, isto é, dentro do processo produtivo, o trabalhador recebe um valor equivalente à sua necessidade de manutenção e reprodução, no entanto, ele produz mais valor do que recebe e esse excedente de valor é o que torna o trabalho, do ponto de vista capitalista, produtivo. O trabalho a mais do que a quantidade de dinheiro que ele recebe é chamado de mais-valia.



### Assimile

A mais-valia é um elemento importante para compreendermos o processo de transformação do dinheiro em capital. Marx (2013), apresenta uma fórmula que demonstra como se dá a valorização do capital de uma maneira um pouco mais complexa que  $D - M - D'$ . Ele utiliza a ideia de composição orgânica do capital para expressar o modo pelo qual o



capital se valoriza, para Marx, a fórmula é a seguinte:  $C' = c + v + m$ , em que "C'" é o capital (um valor superior ao dinheiro adiantado no início da produção), "c" é o capital constante (meios de produção), "v" (salário) é o capital variável e "m" é a mais-valia – o elemento fundamental para a valorização do capital.

A mais-valia, portanto, é o trabalho não pago. Para explicar melhor o trabalho não pago, tome o exemplo a seguir: um trabalhador recebe R\$ 600 por mês, por esse valor ele produz 30 peças (mensais) de determinado produto. Como o valor da mercadoria é determinado pelo tempo médio de trabalho, socialmente necessário para sua produção, e não pelo valor do trabalhador individual, o capitalista vende essas peças por R\$ 100 a unidade, sendo que os custos para a produção da peça são divididos da seguinte maneira: R\$ 50 reais de matéria-prima, insumo, desgaste de equipamento etc. e R\$ 50 reais com o custo da força de trabalho. O custo da força de trabalho é calculado levando em conta o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria e não o tempo particularmente necessário para que um trabalhador a produza. O capitalista que conseguir fazer com que o trabalhador produza mais em menos tempo extrairá uma quantidade maior de mais-valia, bem como aquele que aumentar a jornada de trabalho pelo mesmo valor pago por uma jornada normal ao trabalhador. Lembre-se que o capitalista compra a força de trabalho como valor de troca e, durante o período em que o contrato de trabalho está valendo, utiliza-a como valor de uso. O uso ou consumo dessa mercadoria (força de trabalho) deve ocorrer, dentro de determinados limites, da forma como o capitalista desejar. Ora, ao final de um mês terá sido produzido R\$ 3 mil em mercadoria, sendo R\$ 1,5 mil de conservação dos valores que havia na matéria-prima utilizada para a produção, e R\$ 1,5 mil relativo ao pagamento da força de trabalho. Assim, o trabalho apresenta aqui uma dupla função que lhe é peculiar: ao consumir os meios de trabalho (matéria-prima e desgaste de equipamentos), ele conserva o valor de ambos na mercadoria que está produzindo, ao mesmo tempo que acrescenta um novo valor por meio de seu trabalho.



Quando o trabalho produtivo transforma os meios de produção em elementos constituintes de um novo produto, o valor desses meios de produção sofre uma metempsicose. Ele transmigra do corpo consumido ao novo corpo criado. Mas essa metempsicose se dá como que por trás das costas do trabalho efetivo. O trabalhador não pode adicionar novo trabalho, criar novo valor, sem conservar valores antigos, pois ele tem sempre de adicionar trabalho numa forma útil determinada, e não tem como adicioná-lo numa forma útil sem transformar os produtos em meios de produção de um novo produto e, desse modo, transferir ao novo produto o valor desses meios de produção. A capacidade de conservar valor ao mesmo tempo que adiciona valor é um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, um dom que não custa nada ao trabalhador, mas é muito rentável para o capitalista, na medida em que conserva o valor existente do capital.

[...]

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 2013, p. 364 e 706)

Portanto, o trabalho produtivo é o trabalho capaz de criar coisas úteis, valores de uso, mas não só isso, o trabalho só pode ser considerado produtivo no modo de produção capitalista quando ele cria mais-valor.



### Pesquise mais

A discussão sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo ganhou força nos últimos anos em virtude da diminuição de trabalhadores na indústria e o aumento de trabalhadores no setor de serviço. O setor de serviço foi considerado, historicamente, como trabalho improdutivo, no entanto, alguns autores apontam para a possibilidade do trabalho produtivo, que gera mais-valor, nessas atividades. O artigo de Sadi Dal Rosso contribui muito para essa discussão, por isso é importante a leitura do artigo a seguir.

Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/19631/12631>>. Acesso em: 30 out. 2017.

Assim, para o modo de produção capitalista, somente o trabalho que produz mais-valia pode ser considerado trabalho produtivo, ao passo que os trabalhos que não atuam no processo de valorização do capital são considerados improdutos, que ocorrem geralmente na esfera da circulação, distribuição e consumo da mercadoria, pois eles atuam apenas para a realização do valor e não no processo de criação de mais-valor. Lembrando que essa análise é do capitalismo do século 19, de base industrial; na contemporaneidade, autores como Ricardo Antunes (2005) e Sadi Dal Rosso (2014) aponta para uma ampliação do conceito de trabalho produtivo uma vez que o último quartel do século 20 e início do século 21 apresenta mudanças significativas no mundo do trabalho. O primeiro autor aponta para uma ampliação do conceito de classe trabalhadora para classe-que-vive-do-trabalho, demonstrando que hoje a totalidade daqueles que vendem a sua força de trabalho pode ser incluído na categoria de trabalho produtivo, e o segundo faz uma discussão a partir da ampliação do setor de serviços que, originalmente, é entendido como um trabalho não produtivo, demonstrando que alguns serviços podem ser categorizados como produtores de mais-valor.



### Exemplificando

O trabalho improdutivo é aquele que não participa do processo de produção de valor. Em um capitalismo de tipo industrial, o trabalho na esfera de circulação de mercadoria não é considerado trabalho produtivo. Considere o trabalho de um vendedor de uma loja, por mais que o capitalista que o contratou queira que ele venda um determinado número de mercadorias, essa imposição não depende somente da habilidade do trabalhador, mas depende também da disposição dos clientes em entrarem na loja e de comprarem determinada mercadoria. Esse trabalhador pode vender diversas mercadorias em um dia, bem como passar dias sem vender nenhuma mercadoria. A extração de mais-valia, nesse caso, fica impossibilitada, por essa razão, esse trabalho não participa diretamente da produção de valor.

Sob o capitalismo, quanto mais produtivo é o trabalhador, menos sua mercadoria, que é sua força de trabalho, vale. "Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens." Assim, à medida em que o trabalhador produz as mercadorias para o capitalista, ele produz a si mesmo e ao seu trabalho como mercadoria". (MARX, 2008, p. 80).



Este fato nada mais exprime, senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação. (MARX, 2008, p. 80)

À medida em que o trabalhador mais produz, menos o seu trabalho lhe pertence. Depois que seu trabalho está objetivado em um determinado produto, esse produto é posse do capitalista. O trabalhador não realiza sua atividade laborativa como forma de suprir suas necessidades, mas como forma de suprir a necessidade que está fora dele, determinado pela produção de excedentes, assim, o que há no modo de produção capitalista não é o trabalho por finalidade, mas o trabalho como obrigação.



O capital, desvinculado do trabalho, aliena o ser humano da produção da sua existência social. A alienação inverte o sentido das relações sociais: o homem (sujeito) se torna objeto, enquanto o objeto (mercadoria) se torna sujeito. O processo de produção do capital se desprende do controle social dos indivíduos e passa a funcionar segundo sua própria lógica interna: a busca da acumulação. Por outro lado, o caráter impessoal, material, formal e racional de mercadoria passa a reger a vida dos homens e suas formas de organização social. (SELL, 2012, p. 64)



**Refleta**

Para além do trabalho assalariado, outros tipos de trabalhos realizados no capitalismo contemporâneo podem ser considerados também trabalho alienado?

No capitalismo, o trabalho perde sua dimensão ontológica e se transforma em uma mercadoria, em uma coisa, a ser incorporada no processo produtivo como produção de valor. O trabalhador não se reconhece no seu trabalho, pois ele é a sua própria negação.

“O trabalho aparece para o trabalhador como se não fosse seu próprio”, pois seu trabalho pertence a outro. O trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, parecendo-lhe algo estranho e poderoso. O homem não se reconhece como ser genérico, está estranhado em relação ao seu próprio ser, pois, no capitalismo, o comprador da força de trabalho tornou-se em ato aquilo que o homem não era senão em potência, ou seja, tornou-se força de trabalho em ação, trabalhador (MARX, 2013, p. 326). O trabalhador não se reconhece como sujeito da história.

Como dimensão ontológica, o trabalhador não externaliza somente as funções de seu corpo, mas também sua consciência. O trabalho alienado aparece, no capitalismo, como condição natural do trabalho. Assim, como em um mundo invertido, o trabalhador, que é sujeito, torna-se objeto e o objeto se torna sujeito.

### Sem medo de errar

Retomando às discussões do início da seção, percebe-se que, na visão de Marx, o trabalho sob o modo de produção capitalista deixa de ser um trabalho dotado de significado e passa a ser um trabalho abstrato. Esse processo se dá porque o principal objetivo do trabalho é a produção de valores. Todo processo de trabalho é a ação do homem sobre o objeto de trabalho, a fim de produzir algo útil, um valor de uso; no entanto, sob o modo de produção capitalista, o trabalho também produz valores de troca. O valor de troca é a relação quantitativa entre valores de uso diferentes. A possibilidade de troca se dá porque os diferentes valores de uso possuem um elemento comum, que é o trabalho humano objetivado. No entanto, o próprio trabalho humano é um valor de uso, sendo assim, os distintos trabalhos possuem qualidades diferentes; para que o trabalho possa ser o elemento comum das trocas, ele precisa ser reduzido a um trabalho abstrato, um trabalho qualquer. Isso é feito, sobretudo, pela fragmentação do processo produtivo. Com essa fragmentação, os trabalhadores passam a realizar apenas uma pequena tarefa dentro do processo produtivo.

O trabalho é um valor de uso, mas na medida em que o trabalho é separado dos meios de produção, o seu uso só pode se efetivar se o trabalhador vender sua força, que é o próprio trabalho, para

o capitalista, que é detentor dos meios de produção. Assim, o trabalho torna-se também um valor de troca determinado pelo tempo socialmente necessário para a formação do trabalhador, a simplificação das tarefas dentro do processo produtivo diminui esse tempo, impactando diretamente sobre o valor de troca de sua força de trabalho.

A força de trabalho é vendida como valor de troca pelo salário, no entanto, é alienada como valor de uso para o capitalista, que é “dono” da força de trabalho e a utiliza no período em que a ele ela está subordinada, e de maneira adequada para que ela produza a maior quantidade de mercadorias possíveis. O trabalhador, dessa forma, submete-se a um trabalho repetitivo e à ordem de outro. O assalariamento da força de trabalho atua de maneira nefasta para o trabalhador, pois ele se torna uma mercadoria cada vez mais barata à medida que produz mais valor.

O trabalho perde sua dimensão ontológica, o trabalho se torna, sob o modo de produção capitalista, apenas mais uma mercadoria a ser incorporada no processo de produção. Assim, o trabalho acontece como a própria negação do homem, como trabalho estranhado, que tem sua utilidade apenas como produtor de valor. Assim como no filme Metropolis, o trabalhador é a negação do homem, o trabalho estranhado aparece como a própria negação do trabalhador.

## Faça valer a pena

**1.** O valor de troca é a relação quantitativa entre valores de usos diferentes, ou seja, é relação de troca que se estabelece entre duas mercadorias que servem para coisas distintas, desde que essas mercadorias estejam na proporção correta. Para que essa relação aconteça é preciso que os distintos valores de uso possuam algo em comum.

Podemos afirmar que o elemento comum aos diversos valores de uso é:

- Ser regulado exclusivamente pela lei da oferta e procura.
- Conter trabalho humano objetivado.
- Pertencer ao trabalhador individual.
- Ter a mesma utilidade para todas as pessoas.
- Ser fruto do trabalho direto do capitalista.

**2.** A força de trabalho, enquanto valor de uso, é a única mercadoria capaz de produzir valor e mais-valor, e saber disso é essencial para a compreensão do processo de valorização.

Sabendo disso analise as afirmações a seguir:

I. No processo de produção a quantidade de dinheiro adiantado pelo capitalista na compra dos meios de produção é a mesma quantidade que ele recebe ao final da produção na forma de mercadoria.

II. O valor da mercadoria ao fim do processo de produção reflete a capacidade da mercadoria e a força de trabalho em conservar o valor dos meios de produção, ao mesmo tempo que acrescenta novo valor.

III. A mais-valia pode ser brevemente definida como trabalho não pago, ou seja, o trabalhador, por contrato, recebe uma determinada quantia por um determinado tempo, mas o que ele produz no tempo em que está à disposição do capitalista é um valor muito superior ao que ele recebe.

Sobre a produção de mais valor é correto afirmar:

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) As afirmações I, II e III estão corretas.

**3.** Leia atentamente a proposição a seguir:

I. O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza para a produção de algo útil, a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso,

NO ENTANTO,

II. Sob o modo de produção capitalista, o trabalho só produz valor de troca. Assinale a alternativa plenamente correta segundo o pensamento de Karl Marx:

- a) As proposições I e II estão corretas e a proposição II complementa a proposição I.
- b) As proposições I e II estão corretas, mas a proposição II não complementa a proposição I.
- c) A proposição I está correta e a proposição II está incorreta.
- d) A proposição I está incorreta e a proposição II está correta.
- e) As proposições I e II estão incorretas.

## Seção 2.2

### O trabalhador nas linhas de montagem

#### Diálogo aberto

A fábrica é a forma simbólica mais significativa do modo de produção capitalista, do final do século 19 até a metade do século 20; é uma construção racional em que um exército de trabalhadores passa oito horas de seu dia em um trabalho intenso e repetitivo. Essa forma de estruturar a produção começa a se constituir, de maneira mais racional, no final do século 20, com os princípios de administração científica de Frederick Taylor, e atinge seu apogeu com as indústrias de Henry Ford, com as esteiras mecânicas.

Esses dois personagens e as inovações por eles introduzidas impactaram de maneira significativa o trabalho e a organização social, política, econômica e cultural das sociedades capitalistas. Assim, o objetivo desta seção será compreender os fundamentos do taylorismo e do fordismo sobre o trabalho.

Para atingir esse objetivo, é preciso retomar a atividade que você ficou encarregado no grupo de estudo.

Você está encarregado de discutir conceitualmente o trabalho no modo de produção capitalista por meio de alguns filmes. Nesta seção, será utilizado o filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin, para se trabalhar as temáticas do trabalho sob o modelo fordista de produção.

O filme “Tempos Modernos” é um clássico de Charles Chaplin, lançado em 1936. Nesse filme, o famoso personagem “o vagabundo” se emprega em uma fábrica para sobreviver no mundo moderno. Na abertura do filme há uma frase emblemática: “Tempos modernos é uma história sobre a indústria, a iniciativa privada e a humanidade em busca de felicidade”. O personagem de Chaplin (“o vagabundo”) é um operário que deve realizar todas as tarefas de seu trabalho de acordo com o ritmo da esteira, que aumenta



a todo instante. Essas tarefas são operações simples e repetitivas, como apertar porcas, mas repetem tantas vezes que, quando o personagem está fora do trabalho, ele continua a repetir o mesmo gesto mecanicamente. Na fábrica, enquanto o personagem de Chaplin repete exaustivamente suas operações, os engenheiros buscam formas de diminuir o tempo gasto pelo trabalhador com coisas que não dizem respeito à produção, como a invenção de uma máquina que alimenta o trabalhador mecanicamente para que ele não desperdice o tempo de produção, "Time is Money" ("Tempo é Dinheiro"), o relógio é uma figura presente em vários momentos do filme. O dono da fábrica lê tranquilamente seu jornal, monta um quebra-cabeça enquanto vigia os trabalhadores por um monitor, até mesmo quando vão ao banheiro. A todo momento o personagem é considerado um desajustado para o mundo do trabalho, mostrando grandes habilidades em patinação e musicais enquanto está fora do ofício. Quando as atividades requerem criatividade e são executadas fora das atividades, a felicidade humana está presente no trabalho; nas atividades repetitivas exercidas sob o mando de outra pessoa, o personagem aparece como eterno desajustado. Por que o personagem não encontra a felicidade no trabalho? Qual o significado do tipo diferente de ação entre o trabalhador e o dono da fábrica? E, como questiona o filme, "para que tudo isso"?

Agora, torna-se necessário percorrer um caminho teórico para se tentar compreender "para que tudo isso".

## Não pode faltar

### Taylor e a organização científica do trabalho

A introdução da máquina-ferramenta no processo produtivo marca o início da Revolução Industrial. Esse fato altera de forma significativa a forma como os homens trabalham; é uma mudança quantitativa, pois os homens trabalham mais sob o controle da máquina-ferramenta, e qualitativa, pois ele deixa de ser a força motriz do processo de produção e passa a ser uma engrenagem da máquina (MARX, 2013).




Máquina-ferramenta é um termo utilizado por Marx para designar uma máquina que incorporou as ferramentas utilizadas pelos homens no processo produtivo e é movida por alguma força natural externa a ela, assim, a máquina-ferramenta é capaz de fazer o trabalho de vários homens, pois tem nela as ferramentas que eles utilizavam e realiza a atividade que esses mesmos homens realizavam, só que em uma escala muito maior. O homem deixa de ser o detentor do conhecimento e a força motriz da produção, pois ela é feita pela mecânica com a utilização de forças naturais, como a máquina a vapor, por exemplo, ou mesmo a elétrica. O homem agora está integrado e deve comandar, por meio de operações simples, a máquina, a fim de que ela não pare a produção.

Com o aumento da utilização da máquina-ferramenta, a ciência ganha cada vez mais relevância no processo produtivo. A ciência forneceu os meios necessários para que a máquina, tanto em relação à força motriz quanto em relação às funções que ela exerce, ampliasse sua capacidade e extensão.

A expansão do capitalismo foi viabilizada pela subordinação da ciência a esse modo de produção, cujo aumento da produtividade levou a novas formas de expansão do capitalismo para escoar a produção. Assim, o que se estabelece não é apenas um novo padrão técnico de produção, mas um novo padrão de acumulação e intensificação do trabalho (WOLFF, 1998).

O novo padrão de intensificação do trabalho determinou a necessidade de desenvolver novas formas de gestão do próprio trabalho. Dessa necessidade surge a "organização científica do trabalho", que tem em Frederick Taylor seu precursor.

A proposta de Taylor era aumentar o controle da gerência sobre o trabalhador. A gerência não conhecia todos os processos de trabalho e, portanto, seu controle sobre o ritmo dele era limitado, pois o ritmo da produção ficava, em certo sentido, sob o domínio do trabalho vivo.



O controle foi o aspecto essencial de gerência através de sua história, mas com Taylor ele adquiriu dimensões sem precedentes. Os estágios do controle gerencial sobre o trabalho antes de Taylor incluíram, progressivamente: a reunião de trabalhadores numa oficina e a fixação de jornada de trabalho; a supervisão dos trabalhadores para garantia de aplicação diligente, intensa e ininterrupta; execução de normas contra distração (conversas, fumo, abandono do local de trabalho etc.) que se supunha interferir na aplicação; a fixação de mínimo de produção etc. [...]. Mas Taylor elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado. (BRAVERMAN, 1987, p. 86)

A gerência, antes de Taylor, fixava algumas tarefas que os trabalhadores deveriam realizar, mas com pouca interferência no modo como essas tarefas seriam executadas. Taylor, portanto, procurou encontrar maneiras mais eficientes para controlar e extrair do trabalho e também do trabalhador a máxima eficiência (WOLFF, 1998).

O trabalhador, segundo Taylor, encontrava sempre maneiras de proteger o seu conhecimento (saber-fazer) e assim utilizá-lo na negociação com os empregadores. Quanto mais conhecimento possuíam os trabalhadores, mas eles o utilizavam para controlar o seu tempo e produzir no ritmo desejado. Era preciso, segundo Taylor, encontrar formas de fazer com que o trabalhador produzisse o tanto quanto fosse possível em um dia de trabalho, assim o trabalhador teria um dia ótimo de trabalho.

O dia ótimo de trabalho foi definido por Taylor como “todo trabalho que um operário pode fazer sem danos à sua saúde, em um ritmo que pode ser mantido através da vida de trabalho” (BRAVERMAN, 1987, p. 91). No entanto, esse equilíbrio jamais foi encontrado, a tendência geral era de que o trabalho fosse levado até o limite das condições fisiológicas do trabalhador, assim, a ideia de um dia ótimo de trabalho deve ser entendida como o máximo a ser obtido em um dia de trabalho.

Para conseguir o “dia ótimo de trabalho”, Taylor construiu uma forma de organização do trabalho com base naquilo que ele mesmo denominou de princípios científicos. Para fazer isso, era preciso, em primeiro lugar, decompor o saber-fazer do trabalhador.



Este mecanismo baseou-se, principalmente, em três táticas: 1) limitar a complexidade do saber operário, reduzindo-o a uma sequência marcada sob um princípio de tempos e movimentos destinados a cada função; 2) a partir dessa fragmentação, classificar as atividades de acordo com as demandas da produção capitalista; 3) selecionar cada operação que melhor se adapte a essa demanda e escolher apenas uma maneira, isto é, aquela que a direção da empresa julgue a mais apropriada, para reger cada atividade produtiva. É assim que o método de Taylor possibilita desconstruir todo o saber-fazer operário e reconstituí-lo em conformidade com os preceitos do capital, depositando-o nas mãos do capitalista. (WOLFF, 1998, p. 54-55)

Para decompor o saber-fazer operário pelo método empírico, Taylor (1970) utilizava-se do conhecimento do trabalhador mais hábil, colocava-o exercendo a atividade em condições variadas cronometrando cada etapa da atividade até chegar à forma mais adequada de realizá-la: aquela em que se gasta menos tempo para o trabalho ser realizado. Após definir a forma mais adequada de trabalho, ela é padronizada e todos os trabalhadores devem seguir essa maneira, que será repassada pela gerência. Tudo passado por fichas de instruções em que constam, inclusive, os resultados esperados pelo trabalho. A empresa, por meio da gerência, estipula como será feito cada trabalho, bem como quando, onde e quem faz o trabalho. Os trabalhadores são submetidos a uma disciplina rígida. Assim, o saber operário se separa do fazer. A organização científica do trabalho é a separação entre o trabalho de concepção e de execução, e se torna “um dos momentos chave para a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual” (CORIAT, 1976. p. 94). O controle do processo de trabalho sai das mãos do trabalhador e passa para as mãos da gerência.



Uma das experiências de Taylor foi na Bethlehem Steel Company. Essa empresa trabalhava com lingotes de ferro e tinha 75 funcionários. Cada funcionário carregava, em média, 12,5 toneladas de ferro por dia. Por meio de estudos, Taylor afirmou que cada carregador de primeira classe poderia carregar 47 toneladas de ferro por dia e não somente 12,5. Para conseguir tal façanha era preciso, segundo Taylor, encontrar o homem adequado para esse trabalho, entre os trabalhadores da companhia. Essa seleção seria feita segundo método científico. Estudou-se o comportamento de cada um dos trabalhadores, seus hábitos e suas ambições. Foi escolhido um trabalhador holandês que, além de trabalhar na empresa, havia comprado um terreno por meio de economias e, depois do trabalho, ainda se dedicava à construção de sua casa. Esse trabalhador ganhava US\$ 1,15 por dia, foi oferecido a ele US\$ 1,85 por dia caso ele realizasse o trabalho exatamente da maneira que Taylor descrevesse, parando nos momentos em que fosse mandado e tomando água nos momentos que fosse ordenado a fazer isso. O trabalhador aceitou a proposta. No dia seguinte o trabalhador realizou tudo o que Taylor determinava e da forma como ele indicava; o resultado foi que esse trabalhador passou a carregar 47,5 toneladas de ferro por dia. Um aumento de 60% do salário resultou em um aumento de mais de 300% de produtividade (BRAVERMAN, 1981).

### **Fordismo – trabalho e consumo em massa**

Henry Ford (1863 – 1947) fundou a Ford Motors em 1903. O sistema de produção que Ford implementou em suas fábricas foi tão significativo para o século XX, que as indústrias dos mais diversos ramos de produção a adotaram de forma que a expressão “fordismo” tornou-se um sinônimo para a produção do início do século XX.

O fordismo pode ser datado, simbolicamente, de 1914, com a introdução do dia de trabalho de oito horas e com o valor de cinco dólares, estabelecido na fábrica de Michigan. No entanto, o fordismo não pode ser considerado apenas isso. Henry Ford operou diversas inovações tecnológicas e organizacionais, como extensão das práticas de controle do trabalhador, que já existiam antes dessa data. A fragmentação extrema do trabalho, a separação entre concepção e execução já havia sido posta em prática por Taylor.



O que havia de especial em Ford (e que, em última análise distingue o fordismo do taylorismo) era sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 2006, p. 121)




Refleta

Henry Ford instituiu, em 1914, o dia de trabalho de oito horas e o salário de cinco dólares por dia; na época o dia de trabalho era de nove horas e o salário, em média, era de 2,34 dólares. Perto de 10 mil trabalhadores foram às fábricas de Henry Ford para conseguir o emprego no dia seguinte ao anúncio que ele fez no jornal. No entanto, com o passar do tempo, percebeu-se que, mesmo com os salários melhores, a rotatividade de operários nas empresas Ford era altíssima, qual a razão para que os operários desistissem dessas condições salariais?


Henry Ford, apesar de não citar diretamente Taylor, apropriou-se das ideias de decomposição e fragmentação do trabalho, já bastante usadas nas indústrias do início do século XX, e acrescenta um elemento novo: a linha de montagem. Ford fazia diversos testes com o cronômetro para verificar os movimentos mais adequados a cada etapa da produção, a fim de ampliá-la. Em suas experiências observou que se o objeto de trabalho se deslocasse ao longo de uma linha em que os trabalhadores ficassem parados, somente esperando o objeto de trabalho chegar até eles, para que pudessem fazer a sua parte do trabalho, as etapas se realizariam mais rapidamente.

A primeira experiência de Ford foi com um trabalhador puxando um automóvel. Colocava-se primeiro o chassi e as rodas, depois o trabalhador descolava o "esqueleto" do carro por uma linha, a fim de que os outros trabalhadores executassem seus trabalhos. Após essa experiência, Ford introduziu a esteira mecânica para deslizar o objeto de trabalho por todas as etapas do processo produtivo, que foi decomposto em partes mais simples possíveis. A linha de montagem fordista consistiu em dois elementos básicos:



a) Um mecanismo de transferência, que pode ser um trilho, uma esteira, ou um conjunto de ganchos ligados a um mecanismo de tração integrado a um comando único que lhe transmite um movimento regular ao longo do tempo. Em cima da superfície da esteira os objetos de trabalho são atados e assim transferidos para praticamente todas as seções de trabalho em que se divide o setor da produção, sofrendo a intervenção dos trabalhadores até que possa ser, então, retirado dessa linha, testado, embalado e levado ao estoque de produtos acabados; b) Um conjunto de postos de trabalho uniformemente dispostos lado a lado, a cada trecho por onde passa o objeto de trabalho trazido pelo mecanismo de transferência, e nos quais já estão presentes, na forma de pequenos estoques e com mecanismos que permitam seu mais fácil acesso aos trabalhadores, os instrumentos, as ferramentas e as matérias-primas que serão utilizadas por eles na tarefa estritamente determinada que têm para cumprir. Esses postos de trabalho são geralmente numerosos, ocupados por um trabalhador cada e ordenados de forma linear e, sendo mínima a intervenção de cada um na produção como um todo (correspondendo a um número pequeno de operações), a cada um deve ser levado o objetivo de trabalho semitransformado no mesmo ritmo. (PINTO, 2010, p. 36)

O movimento do trabalhador era o estritamente necessário à produção. O ritmo do trabalho era dado pela velocidade da esteira mecânica. Cada trabalhador deveria realizar sua atividade dentro do tempo previsto para que o trabalhador da etapa seguinte pudesse realizar também sua atividade. O controle continua sendo da gerência, mas a máquina é que dita o ritmo da produção. O trabalhador é considerado também uma máquina que deve realizar suas operações de acordo com o ritmo, o padrão e as características da máquina.



As qualidades individuais de cada trabalhador, suas competências profissionais e educacionais, suas habilidades pessoais, toda a sua experiência, sua criatividade etc., sua própria “iniciativa”, como diria Taylor, são praticamente dispensáveis no sistema taylorista/fordista – salvo a capacidade de conseguir abstrair-se de sua própria vontade durante um longo período de tempo de sua vida. (PINTO, 2010, p. 39)

O modelo proposto por Ford, assim como o de Taylor, tinha o objetivo de diminuir o tempo que os trabalhadores estavam na empresa e não exerciam nenhuma atividade que produzisse o valor. A ideia fundamental era diminuir os “poros” da jornada de trabalho; e esse novo tipo de trabalho exigia um novo tipo de homem, que tinha sua vida controlada não somente no ambiente fabril, mas também no ambiente externo à fábrica. Os homens não poderiam desgastar suas forças físicas e psíquicas em atividades que diminuíssem sua capacidade produtiva. Nesse sentido, o fordismo ampliou seu campo de atuação sobre a vida pessoal de seus trabalhadores; para tanto, criou-se um setor que atualmente recebe o nome de “recursos humanos”, para organizar e mesmo vigiar a vida dos trabalhadores fora do ambiente de trabalho, para que não se tornem improdutivos (PINTO, 2010, p. 40).



### Assimile

“Poros” são pequenos espaços que separam as células, quando aplicados à jornada de trabalho podem ser considerados pequenos momentos de pausa que os trabalhadores realizam entre uma atividade e outra dentro da mesma jornada diária. A ideia de diminuir a porosidade na jornada de trabalho está presente desde o início do capitalismo; essa expressão significa diminuir o tempo de pausa que os trabalhadores fazem entre uma jornada e outra.

No entanto, como afirmado anteriormente, Ford não apenas inovou o processo produtivo, mas sua visão incluía um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, moderna e populista. O novo tipo de sociedade poderia, segundo Ford, ser construída a partir da aplicação adequada do poder corporativo.



O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidade cada vez maiores. Mas isso presumia que os trabalhadores soubessem como gastar seu dinheiro adequadamente. Por isso, em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares de



seus trabalhadores “privilegiados” para ter certeza de que o “novo homem” da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e “racional” para corresponder às necessidades e expectativas da corporação. (HARVEY, 2006, p. 122)

Essa experiência de Ford durou pouquíssimo tempo, mas antevia o tipo de controle que as corporações queriam exercer sobre todos os setores da vida social dos trabalhadores.

A experiência de Ford não ficou restrita às suas fábricas, mas expandiu para todas as economias capitalistas e para todos os setores produtivos, sobretudo no pós-segunda guerra mundial, e se apoiou no tripé Capital – Estado – Trabalho e nos novos papéis que esses atores tiveram de assumir.

O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. (HARVEY, 2006, p. 125)



### Assimile

A teoria de John Maynard Keynes, economista britânico, propôs que o Estado utilizasse sua força para regular a economia valendo-se de políticas públicas para acalmar os efeitos sociais das crises econômicas. A partir dessas políticas o Estado garantiria ao cidadão um padrão mínimo de bem-estar.

Os movimentos operários radicais foram derrotados no pós-guerra, assim, o tipo de controle fordista pode ser realizado em diversos países que até então eram inviáveis por conta dessa resistência. As fábricas que assumiam o modelo fordista, por conta da fragmentação das tarefas, tendiam a ter um grande número de operários, o que facilitava a organização dos trabalhadores e, por isso, a derrota dos movimentos radicais não significou o fim dos

sindicatos, mas um tipo de negociação entre o capital e o trabalho que garantiria a lucratividade a uns, ao mesmo tempo em que vinculavam o aumento de salários ao aumento da produtividade.

O Estado, por sua vez, teve de assumir diversos compromissos. O investimento em capital fixo (tecnologia e maquinaria para o aumento da produtividade) criava a necessidade de demandas regulares para que as empresas pudessem manter seus níveis de lucratividade, nesse sentido, o Estado deveria controlar os ciclos econômicos, com investimento em setores como transporte e infraestrutura, para garantir o crescimento da produção e o consumo em massa. Nessa perspectiva, o Estado deveria atuar para manter o “ciclo virtuoso” da economia em que o emprego e a renda garantiriam o consumo em massa, o consumo em massa tornava o setor produtivo mais lucrativo para o capital, o investimento do capital no setor produtivo gerava a necessidade de mais emprego, o que significava mais consumo. Os governos atuavam em diversas garantias sociais, como educação, assistência médica e seguridade social em geral, além de atuar, direta e indiretamente, sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores. O Estado providência constituía um importante nexo para expansão do fordismo como um modo de vida total.



### Assimile

A expressão Estado providência, ou Estado providência, serve para designar os Estados que aderiram ao Welfare States, em português, Estado de Bem-Estar Social. O Estado providência garante padrões de habitação, renda, seguridade social, saúde e educação para todos os cidadãos.

A crescente produção exigia níveis de consumos mais altos, assim, o fordismo só poderia se expandir na medida em que houvesse a formação de um mercado de massa global. A ampliação dos fluxos comerciais mundial do pós-guerra foi incentivada de maneira direta com a ocupação de diversos territórios e de maneira indireta, via investimento americano em diversas economias com o Plano Marshall. Os investimentos norte-americanos em diversas economias permitiu que o excedente produzido por essa economia fosse absorvida por diversos mercados espalhados pelo globo, além de estabelecer a hegemonia econômica e financeira dos Estados Unidos em âmbito mundial.



O Plano Marshall, cujo nome oficial “Programa de Recuperação Europeia”, foi um plano econômico desenvolvido pelos Estados Unidos da América com o objetivo de oferecer ajuda financeira para reconstrução dos países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial. O plano durou quatro anos (1947 – 1951) e, entre outras coisas, consolidou a hegemonia global estadunidense.

**A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida em que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de cambio fixada com base no dólar. Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder. (HARVEY, 2006, p. 132)**

O fordismo experimentou sua expansão no pós-segunda guerra e sua crise a partir da década de 1970. As razões para a crise do fordismo podem ser resumidas em seis pontos, a saber: primeiro - queda da taxa de lucro em virtude do aumento do preço da força de trabalho; segundo - esgotamento do padrão de acumulação fordista em razão da retração do consumo como resposta ao desemprego estrutural que se instalava; terceiro - o aumento do investimento no setor financeiro em detrimento do setor produtivo; quarto - a concentração de capitais em setores monopolistas e oligopolistas; quinto - a crise do Estado de bem-estar social e a necessidade de retração dos gastos públicos; sexto - incremento acentuado das privatizações e tendência à desregulamentação e flexibilidade do processo produtivo dos mercados e da força de trabalho. (ANTUNES, 2005, p. 29-30).

O deslocamento de capital do setor produtivo para o setor financeiro está ligado à incapacidade do primeiro setor de proporcionar taxas de lucros adequadas. Houve um excesso de produção internacional, sobretudo dos países que conseguiram estruturar suas economias no pós-guerra, com ênfase para Alemanha e Japão, que resultou na diminuição da taxa de lucros dos rivais, impactando diretamente na diminuição das taxas de crescimento da produção e da produtividade, que, por sua vez, contribuiu para que os aumentos salariais também fossem baixos. O aumento do desemprego e, portanto, do mercado consumidor, resultou no baixo aumento da produção e do investimento (ANTUNES, 2005). A resposta a essa crise se iniciou com “um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação” (ANTUNES, 2005, p. 31).



### Pesquise mais

Sobre a crise do fordismo, há um interessante artigo de Simon Clarke em que a discussão se abre também para discussão política do Estado de Bem-Estar Social. Segue o artigo:

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? Lua Nova, São Paulo, n. 24, p. 117-150, set. 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a07n24.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2017.

Assim, o keynesianismo dá lugar ao neoliberalismo e à privatização do Estado, os direitos trabalhistas são desregulamentados e a produção foi reestruturada para tentar repor os patamares de lucratividade e expansão do capitalismo. A reestruturação produtiva implicou em novas formas de controle do trabalho.

### Sem medo de errar

O filme de Chaplin é uma crítica severa ao fordismo/taylorismo. Chaplin encarna o homem transformado em máquina, a lógica produtiva é uma lógica que desumaniza o trabalho e, em nome da máxima eficiência, exige o máximo trabalho.

A administração científica proposta por Taylor tinha por fundamento eliminar os “poros” existentes no processo de trabalho. Esses “poros” seriam momentos em que o trabalhador não estivesse,

efetivamente, produzindo. A maneira idealizada por esse autor foi o controle absoluto da gerência sobre o trabalho, a expropriação do saber-fazer do trabalhador e a condução da gerência, chamada também de gerência científica, de todos os processos de trabalho. O trabalhador não realiza, sob o ordenamento de Taylor, o trabalho da maneira como ele julga melhor, mas segundo as diretrizes da gerência que exige um dia de trabalho “ótimo” de seus funcionários. Assim, o trabalho de execução e o de concepção estão separados. O dia ótimo de trabalho se traduz no máximo trabalho executado em um dia. Assim, o trabalhador é encarado como uma “quase-ferramenta” no processo produtivo que deve ser utilizado da melhor maneira pelos gerentes. Assim, como no filme de Chaplin, o trabalhador é constantemente vigiado.

Em Ford esses aspectos de controle do trabalho ganha novos ares com a introdução da esteira automática, e da subdivisão ainda maior das tarefas produtivas; os trabalhadores reduzem suas atividades a gestos simples e repetitivos e, conforme esses gestos vão se incorporando ao próprio gesto do trabalhador, ele começa a ser executado mecanicamente e com mais rapidez, possibilitando que o dono da empresa, aquele que comanda a velocidade da esteira, aumenta cada dia mais o ritmo da produção.

Para que tudo isso? Na medida em que os processos produtivos se tornam mais eficazes, aumenta-se a produção de necessidades de consumo. O fordismo não é só produção em massa, mas consumo em massa, o controle sobre a vida dos trabalhadores extrapola o limite das fábricas incidindo até mesmo na orientação do que esse trabalhador deve consumir. Um novo tipo de homem é formado para um novo tipo de trabalho. O Estado assume um novo papel para garantir a continuidade do consumo, a produção em massa só pode existir com garantias do consumo em massa. O ritmo de produção e o incentivo ao consumo em massa como forma de ampliação da lucratividade capitalista são os objetivos desse modelo produtivo conhecido como taylorismo/fordismo.

Nesse sentido, a frase com a qual o filme se inicia – “Tempos modernos é uma história sobre a indústria, a iniciativa privada e a humanidade em busca de felicidade” - é emblemática, pois a indústria e a iniciativa privada não são condizentes com a

felicidade humana, o personagem de Chaplin só se realiza e se sente feliz fora da indústria. A crítica de Chaplin foi em relação ao trabalho repetitivo e extenuante por não permitir que o homem se desenvolva plenamente, mas somente de acordo com os interesses do lucro capitalista.

## Faça valer a pena

**1.** A expansão do capitalismo foi viabilizada pela subordinação da ciência a esse modo de produção. O aumento da produtividade levou a novas formas de expansão do capitalismo para escoar a produção. Assim, o que se estabelece não é apenas um novo padrão técnico de produção, mas um novo padrão de acumulação e intensificação do trabalho, que determinou a necessidade de desenvolver novas formas de gestão do próprio trabalho. Sabendo disso, assinale a alternativa correta sobre as novas formas de gestão do trabalho apontada por Frederick Taylor.

a) A proposta de Taylor era dar maior autonomia ao trabalhador para que o trabalho fosse mais produtivo.

b) A proposta de Taylor era aumentar o controle da gerência sobre a força de trabalho para que ele fosse mais produtivo.

c) A proposta de Taylor era incrementar o valor da força de trabalho por meio de formação contínua do trabalhador.

d) A proposta de Taylor era a introdução de um modelo flexível de trabalho em que o trabalhador que executa a atividade é o mesmo que a organiza.

e) A proposta de Taylor era a socialização dos meios de produção, pois quando os trabalhadores fossem dono da fábrica produziram mais.

**2.** O trabalhador, segundo Taylor, encontrava sempre maneiras de proteger o seu conhecimento (saber-fazer) e assim utilizá-lo na negociação com os empregadores. Quanto mais conhecimento adquiria os trabalhadores, mas eles o utilizava para controlar o seu tempo e produzir no ritmo que desejava. Era preciso, segundo Taylor, encontrar formas de fazer com que o trabalhador produzisse o tanto quanto fosse possível em um dia de trabalho, assim o trabalhador teria um dia ótimo de trabalho.

Considere as afirmações a seguir:

I. O dia ótimo de trabalho foi definido por Taylor como todo trabalho que um operário pode fazer sem danos à sua saúde, em um ritmo que pode ser mantido por toda a vida do trabalhador.

II. O equilíbrio entre a maior produtividade e a qualidade de vida do trabalhador foi encontrado facilmente pela gerência científica de Taylor.

III. A gerência científica proposta por Taylor foi, na prática, a elevação das atividades do trabalhador até o limite das suas condições fisiológicas.

Assinale a alternativa plenamente correta segundo as premissas e práticas da gerência científica proposta por Taylor:

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- e) Somente as afirmações II e III estão corretas.

**3.** Henry Ford introduziu, a partir de 1914, o dia de trabalho de oito horas e o salário de cinco dólares. Henry Ford operou diversas inovações tecnológicas e organizacionais como extensão das práticas de controle do trabalhador que já existiam antes dessa data. A fragmentação extrema do trabalho, a separação entre concepção e execução do trabalho já havia sido posta em prática por Taylor.

Sabendo disso assinale a alternativa correta sobre a diferença entre o fordismo e o taylorismo:

- a) O que distingue o fordismo do taylorismo, entre outras coisas, era o reconhecimento explícito de que a produção em massa significa consumo em massa.
- b) O que distingue o fordismo do taylorismo, entre outras coisas, era a fragmentação do trabalho em diversas pequenas tarefas.
- c) O que distingue o fordismo do taylorismo, entre outras coisas, era a ideia de que a gerência deveria controlar todas as atividades da força de trabalho.
- d) O que distingue o fordismo do taylorismo, entre outras coisas, era o trabalho flexível, a produção por demanda e a tecnologia de produção.
- e) O que distingue o fordismo do taylorismo, entre outras coisas, era a organização dos trabalhadores para ter um dia ótimo de trabalho.

## Seção 2.3

### Organização dos trabalhadores

#### Diálogo aberto

A história da classe trabalhadora é uma história de lutas pela conquista e manutenção de direitos fundamentais, que datam da consolidação do modo de produção capitalista, portanto, desde o século 18. Essas lutas persistem até os dias atuais, basta uma olhada nos noticiários que isso pode ser constatado. Nos diferentes lugares e em diferentes épocas essas lutas assumiram feições diferentes. Por essa razão, o objetivo dessa seção é discutir o início do movimento sindical como forma legítima de organização operária que, destituída de todos os meios de produção, encontra na união dos trabalhadores um objetivo, a força para lutar contra as condições degradantes de trabalho. Essa discussão está demarcada historicamente pelo nascimento do sindicalismo até meados da década de 1970, período em que a crise estrutural do capital implicou também na crise do modelo sindical que se tinha até então.

Lembre-se, ainda é necessário terminar a tarefa assumida no grupo de estudo, de analisar aspectos da sociedade capitalista a partir dos filmes que foram selecionados.

O filme que será utilizado para essa discussão é "O germinal", baseado no romance homônimo de Émile Zola, lançado em 1885, dirigido por Claude Berri e lançado em 1993. Situado na França do século 19, o filme mostra a situação degradante dos trabalhadores das minas de carvão que se envolviam em um trabalho arriscado, sem condições de segurança e que recebiam, por isso, salários que os impediam de manter suas famílias. Diante dessa situação, começam a se organizar para conquistar melhores salários e condições de trabalho menos perigosas. Em um evento em que todos os trabalhadores estão reunidos, o dono da mina aparece e diz que é impossível atender às reivindicações. Diante da negativa dos patrões, os trabalhadores destroem as máquinas e as ferramentas



para a extração de carvão. Os patrões chamam o exército para defender a mina e os interesses da chefia, reprimindo esse movimento operário. Por que, para serem ouvidos, os trabalhadores tiveram que destruir as máquinas? Há uma cena interessante em que os trabalhadores unidos marcham para a fábrica e os burgueses se escondem; qual o sentido dessa cena para questão do trabalho? A relação entre trabalhadores e patrões sempre são conflituosas ou há possibilidade de negociações sem conflitos?

Indo para além da discussão histórica da formação do movimento operário, em sua apresentação, você também levanta algumas provocações: Qual a eficácia da ação dos sindicatos nos dias atuais? Como os desempregados são utilizados pelos capitalistas nas negociações coletivas? O capitalismo tende sempre ao pleno emprego ou o desemprego é uma necessidade para esse modo de produção? Como os trabalhadores de hoje podem aumentar seu poder nas negociações com os patrões?

## **Não pode faltar**

### **Trabalhadores do mundo, uni-vos!**

As grandes transformações trazidas pela consolidação do modo de produção capitalista separaram o trabalhador dos meios de produção. Marx apontou que essa separação foi terrível, pois implicou em uma maior dependência do trabalhador em relação ao capitalista. "O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele" (MARX, 2008, p. 25). No capítulo sobre o salário, o autor aponta que a remuneração aparece como resultado da relação hostil entre trabalhadores e capitalista, e o rebaixamento da condição do trabalhador a mera mercadoria significou "a morte". A situação de "morte" para o trabalhador implica em pensar que, não sendo mais detentor dos meios de produção, a reprodução da sua vida material não depende somente dele, mas está sujeito ao sistema capitalista.

Uma vez destituído de todos os meios de produção, aos trabalhadores restou a união para lutar contra a baixa constante dos salários e a piora nas condições de trabalho. As primeiras

manifestações de trabalhadores contra o capital podem ser datadas do século 18 (mais ou menos 1730). Os primeiros a se organizarem foram os trabalhadores profissionalmente qualificados, isso é, ex-artesãos, que não exerciam livremente as suas atividades, mas estavam submetidos à disciplina das oficinas e ao assalariamento (RODRIGUES, 2009). As primeiras formas de manifestações nessa fase se dava, sobretudo, pela destruição das máquinas.

Há, segundo Hobsbawm (2000), duas estratégias distintas nessa primeira fase de lutas: primeira - aqueles que quebravam máquinas e destruíam alguns meios de produção como estratégia para conquistar as demandas da categoria de trabalhadores; segunda - os luditas, que eram trabalhadores que tinham aversão ao maquinário por estas lhe roubarem o emprego.



### Assimile

O movimento Ludita ocorreu na Inglaterra entre os anos de 1811 e 1812 e consistiu na destruição de maquinários que, no contexto da intensa industrialização, estavam substituindo os operários. O nome desse movimento deriva do trabalhador Ned Ludd que, espontaneamente, quebrou as máquinas de seu patrão. Até os dias atuais o termo é utilizado para designar as pessoas que se opõem à introdução de novas tecnologias que venham a substituir trabalhadores.

A primeira estratégia pode ser considerada uma determinada forma de forçar as negociações entre trabalhadores e patrões. Os trabalhadores de diversos ofícios quebravam máquinas, destruíam matéria-prima, invadiam a casa dos patrões e dos fura-greves como forma de forçar uma negociação com os seus empregadores. “O valor desta técnica era óbvio, tanto como meio de fazer pressão nos empregadores, como de garantir solidariedade essencial dos trabalhadores” (HOBSBAWM, 2000, p. 21).

A segunda estratégia se apresentava como uma hostilidade da classe trabalhadora às novas máquinas da revolução industrial, especialmente àquelas que economizam mão de obra. Hobsbawm faz três observações a respeito desse método:

1. A hostilidade à maquinaria não era indiscriminada e nem tão específica.

a. O trabalhador não estava preocupado com o progresso técnico, mas com o emprego e a manutenção do padrão de vida.

b. O trabalhador lutava contra a mudança total nas relações sociais de produção.

c. Em muitos casos a resistência à máquina foi uma resistência à utilização capitalista desses meios de produção que diminuía os postos de trabalho.

2. Foi surpreendentemente fraca com exceções locais e/ou regionais.

a. Poucos foram os registros de destruição generalizada de máquinas, mas somente àquelas que impunham o desemprego tecnológico.

3. Não se restringiu aos trabalhadores, mas foi partilhada pela opinião pública, inclusive muitos industriais.

a. Pequenos proprietários eram contrários à introdução de maquinarias que reforçavam a dominação dos poucos grandes capitalistas.

b. O grande empresário tinha, contra ele, a própria opinião pública.

A destruição de máquinas como estratégia de negociação dos trabalhadores contra as investidas do capital foi sempre tachada de tumulto ou baderna. Diante dessa classificação, resta-nos a pergunta: qual é a eficácia dessas estratégias de destruição? O próprio Hobsbawm responde:

É justo afirmar que a negociação coletiva através do tumulto foi pelo menos tão eficiente como qualquer outro meio de exercer pressão sindical, e provavelmente mais eficiente do que qualquer outro meio disponível antes da era dos sindicatos nacionais para grupos tais como os tecelões, marinheiros, mineiros. [...]. Os homens que não gozam da proteção natural dos pequenos números e escassas habilidades de aprendiz, que podem ser salvaguardadas pelas entradas restritas no mercado e monopólio de contratação das Firms, estavam em qualquer caso obrigados normalmente a ficar na defensiva. O sucesso deles, portanto devia ser medido pela sua capacidade de manter as condições estáveis – por exemplo, níveis de salários estáveis

”



– contra o desejo perpétuo e bem anunciado dos patrões de reduzi-los ao nível da fome (HOBBSAWM, 2000, p. 30).

Por mais que a estratégia de destruição de máquinas tivesse sua eficácia comprovada, ela não foi capaz de deter o triunfo do capitalismo industrial. A atuação do Estado em favor dos interesses capitalistas foi decisiva para que o capitalismo industrial introduzisse a maquinaria em todos os setores possíveis. Outro ponto que é preciso destacar ainda nesse período (século 17 e início do século 19) é que essas associações compreendiam um pequeno número de trabalhadores qualificados. Havia uma grande massa de trabalhadores semiquualificados, ou desqualificados, e também mulheres e crianças atuando nas fábricas, e não se via nenhum tipo de organização. A organização dos trabalhadores para uma luta comum aconteceu tardiamente.

### **O surgimento dos sindicatos e suas diferentes concepções**

A formação de um tipo de organização que abrigasse a grande massa de trabalhadores desqualificados e semiquualificados se deu tardiamente com a emergência e a expansão do sindicalismo de indústria (RODRIGUES, 2009). Apesar de ser possível afirmar que a finalidade básica e primeira do sindicato é "impedir que o operário se veja obrigado a aceitar um salário inferior ao mínimo indispensável para o seu sustento e o da sua família" (ANTUNES, 1983, p. 12), é preciso levar em conta que sua constituição se deu a partir de diferentes concepções que serão abordadas a seguir.

Os sindicatos podem, resumidamente, ser definidos como "associações criadas pelos operários para a sua própria segurança, para a defesa contra usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante" (ANTUNES, 1983, p. 13).

Os sindicatos atuam no sentido de fornecer aos trabalhadores meios de resistência contra as situações degradantes de trabalho. O aparecimento dessas instituições representa,

no início do capitalismo, um grande desenvolvimento das forças do trabalho para a conquista de direitos fundamentais.

A quebra de máquinas foi um momento importante de resistência dos trabalhadores, mas era necessário encontrar formas mais eficientes e inclusivas nas lutas operárias diante do capitalismo que se expandia, desqualificando a força de trabalho por meio da fragmentação das tarefas. Aos poucos o sindicalismo de ofício, que agregava poucos trabalhadores qualificados, foi dando lugar ao sindicalismo de indústria.

No sindicalismo de indústria o critério para o alistamento passou a ser o setor produtivo, como indústria de aço ou indústria têxtil, assim foi possível atuar na organização de trabalhadores que estavam excluídos da organização sindical de ofício, como trabalhadores não qualificados ou semiquilificados.

**A predominância do sindicalismo industrial sobre o sindicalismo de ofício assinalou igualmente modificação nas táticas e nas formas de luta das associações operárias. Ela correspondeu, de outro ponto de vista, ao que alguns autores têm chamado de passagem de um sindicalismo de minorias militantes para um sindicalismo de massas (RODRIGUES, 2009, p. 10).**



A lei de livre associação promulgada em 1824, na Inglaterra, foi um importante evento para a organização sindical, pois até antes dessa lei os sindicatos não podiam se unir livremente. Com o direito da livre associação as uniões sindicais, chamadas de Trade-unions pelos ingleses, desenvolveram-se por toda Inglaterra (ANTUNES, 1983).

As trade-unions atuavam em favor dos trabalhadores para a negociação de salários junto aos capitalistas, para obter êxito em suas negociações as trade-unions deflagravam greves para forçar a aceitação dos termos colocados por eles. Os capitalistas, por sua vez, tentavam mitigar as greves ameaçando os trabalhadores com demissões e com a redução de salários, no entanto, as trade-unions haviam criado as “Caixas de Resistência” para auxiliar

financeiramente os trabalhadores em greve. Assim, essa forma de negociação tornou-se eficaz no século 19.

No entanto, as negociações só davam resultado em função da união dos trabalhadores e de suas ações conjuntas, por essa razão, tornou-se uma prática, no século 19, a pressão dos patrões sobre os empregados para que eles não participassem da vida sindical. Essas pressões surtiram resultado uma vez que várias associações sindicais foram extintas.

Assim, em seu surgimento, a história dos sindicatos foi construída a partir de vitórias e derrotas dos trabalhadores em suas lutas, o desenrolar dessa história mostra que o sindicalismo não ficou restrito à Inglaterra e nem a uma única concepção.



O crescente desenvolvimento das atividades industriais em França, Alemanha, E.U.A. e outros países, já na segunda metade do século passado [o autor se refere ao século 19], fez emergir um proletariado cada vez mais forte, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. O movimento sindical expandiu-se. Floresceram as greves em todo o mundo capitalista, desde os países mais avançados até aqueles de industrialização mais atrasada (ANTUNES, 1983, p. 21-22).

O sindicalismo se expandiu e diversificou. As trade-unions tinham um forte caráter econômico, ou seja, lutavam pela manutenção e melhoria dos salários, mas não era a única tendência. Na França e na Itália surgiram sindicatos de caráter revolucionários. Esses sindicatos aspiravam a transformação radical da sociedade e não apenas as reformas do sistema, a greve geral seria o único caminho para essa transformação. Assim, a ação não ficaria restrita a uma única indústria, mas indicava a necessidade da paralisação de todos os trabalhadores de todos os ramos econômicos para a efetividades da luta. Dois nomes destacam-se nessa perspectiva, o do francês Georges Sorel (1847 – 1922) e do italiano Arturo Labriola (1873 – 1959). Para eles, a luta deveria conter a ação direta e violenta nas fábricas e a greve geral. A vitória do operariado estaria garantida em virtude da justiça de suas causas (ANTUNES, 1983).

O sindicalismo anarquista apareceu também como uma das vertentes das lutas operárias. Entre os principais nomes que teorizaram sobre o sindicalismo anarquista, estão os russos Mikhail Bakunin (1814 – 1876) e Piotr Kropotkin (1842 – 1921), O francês Pierre-Joseph Proudhon (1809 – 1865) e o italiano Errico Malatesta (1853 – 1932). O sindicalismo anarquista buscava a transformação radical da sociedade pela ação dos sindicatos, único instrumento eficaz de guerra contra a sociedade capitalista. O resultado das guerras seria uma sociedade “anarquista baseada na autogestão e na negação de qualquer forma de administração estatal” (ANTUNES, 1983, p. 24). O sindicalismo anarquista se desenvolveu nos países com menor concentração industrial, tais como Itália, Portugal e Espanha.

Tanto o sindicalismo revolucionário quanto o sindicalismo anarquista negavam veementemente a luta política como forma de emancipação da classe trabalhadora, ou seja, para esse tipo de sindicalismo não era necessário a formação de um partido político e nem a indicação de um representante para ocupação de um cargo na estrutura do Estado; a única forma efetiva de transformação era a atuação exclusiva dos sindicatos. Segundo Rodrigues, nesse período:

O ideal que animava os núcleos ativos de trabalhadores foi essencialmente um “socialismo de produtores”. A nova sociedade seria baseada na gestão direta dos meios de produção pelos próprios trabalhadores. No universo ideológico e doutrinário do movimento operário desta fase, a problemática da estatização e do desenvolvimento econômico não ocupava um lugar proeminente. O planejamento, vagamente concebido, era visto em termos de atendimento das necessidades da população trabalhadora, de distribuição de riquezas e não em termos de crescimento econômico. A ideia de planejamento estatal centralizado – que posteriormente, sob influência stalinista identificou-se com a própria essência do socialismo – não fazia parte do elenco de alternativas operárias para o regime capitalista. (RODRIGUES, 2009, p. 14)

O sindicalismo, no entanto, não desenvolveu apenas concepções de negação do sistema capitalista. Alguns sindicatos, seguindo as tradições das trade-unions inglesas, desenvolveram uma concepção

reformista das lutas dos trabalhadores. Essa corrente reformista foi bastante forte nos Estados Unidos da América. A atuação dentro do campo exclusivamente econômico e reformista foi a marca da Federação Americana do Trabalho – AFL, que é a sigla em inglês para American Federation of Labour, criada em 1886.

A AFL tinha uma atuação pragmática, sua luta não era contra o sistema, mas pela defesa dos interesses corporativos. “O êxito obtido pela AFL na criação de um sindicalismo estável deveu-se, em larga medida, à rejeição do socialismo, à aceitação realista do capitalismo americano” (RODRIGUES, 2009, p. 41). Assim, o sindicalismo praticado pela AFL rejeitava a luta de classes, e a organização sindical servia como ferramenta de pressões ocasionais e sistemáticas para obtenção e manutenção de melhores condições aos trabalhadores associados a ela.



### Exemplificando

As greves nos Estados Unidos da América tomaram grandes proporções no final do século 19. No ano de 1886, registrou-se mais de 5 mil greves. Era um momento importante de embate entre os trabalhadores e seus empregadores, e um momento de grande repressão. A principal luta naquele momento era pela jornada de oito horas diárias. Assim, a União dos Trabalhadores dos Estados Unidos decide realizar uma greve geral no dia 1º de maio de 1886 por essa causa. A greve começa no dia marcado e é encerrada de maneira violenta pela força policial no dia 4 de maio com a prisão de oito líderes do movimento. Deles, quatro foram executados, um suicidou-se e os outros três foram condenados à prisão perpétua. Os oito líderes presos ficaram conhecidos como “os mártires de Chicago”, e o dia 1º de maio passou a ser considerado, pelo Congresso Operário Internacional, o dia do trabalhador.

O sindicalismo também teve sua concepção cristã. No final do século 19, inspirados pela encíclica *Rerum Novarum* (1891), os sindicatos cristãos negaram a validade das lutas de classe para a superação da miséria a que estavam submetidos os operários, mas aponta para um caminho de conciliação e concórdia entre patrões e empregados para superar tais mazelas trazidas pela ganância de alguns. Segundo Antunes (1983), o sindicalismo cristão ainda é muito presente na Itália.



Ainda na Itália, no início do século 20, surgiu o sindicalismo corporativista, que também ganhou seu lugar em meio a tantos outros.

Em 1927 Mussolini decretou a Carta Del Lavoro, que organizou os sindicatos italianos nos moldes corporativistas: as corporações tornaram-se subordinadas e dependentes do Estado fascista. Expressava a política da paz social, da colaboração entre as classes, conciliando o trabalho ao capital, negando violentamente a existência da luta de classes, com o nítido objetivo de garantir a acumulação capitalista em larga escala e com um alto grau de exploração da classe operária. As corporações italianas aglutinavam representantes dos capitalistas e dos operários de todas as categorias que contribuíam para a produção de determinado produto (ANTUNES, 1983, p. 28-29).

A ideia fundamental desse tipo de associação sindical era evitar o conflito de classe, assim, os sindicatos não representavam uma determinada corporação, ou os trabalhadores de determinada indústria, mas aglutinavam membros do patronato e dos trabalhadores de todos os setores envolvidos na produção de uma determinada mercadoria. O importante era implementar uma ideologia corporativista em que patrões e empregados agiam para o fortalecimento da corporação, todos os conflitos eram resolvidos pelo Estado, que encarregavam seus funcionários de supervisionarem os sindicatos.



Refleta

Os sindicatos são importantes na luta pelos direitos dos trabalhadores, mas em que medida um sindicato atrelado ao Estado, como os sindicatos italianos do período fascista, pode lutar pelos interesses reais da classe trabalhadora?

Por fim, temos uma concepção comunista de sindicato. Nessa concepção, as lutas dos trabalhadores por melhores salários não deve ser a única, mas os sindicatos devem lutar também pelo fim do capitalismo. As mazelas do modo de produção capitalista não são resolvidas com o aumento de salários, ou com conquistas de melhores condições de trabalho, mas apenas com a sua superação. Os sindicatos, nesse sentido, devem atuar na elevação da consciência revolucionária do operariado. Segundo Antunes, nessa concepção,



os sindicatos devem também preocupar-se com a formação ideológica dos trabalhadores, através do trabalho cultural de massas, fornecendo a educação política necessária para que os operários entendam e trabalhem pela construção da sociedade socialista, onde eles são os verdadeiros beneficiados (ANTUNES, 1983, p. 32).

Atuando na formação da consciência seria possível fazer com que os operários compreendessem seu papel revolucionário como sujeitos da história e se empenhassem na luta contra o capital para emancipação de toda a classe trabalhadora.

As diferentes concepções de sindicatos apresentadas ajudam a compreender que o desenvolvimento histórico das forças do capital foi acompanhado pelo desenvolvimento histórico das forças do trabalho. Os sindicatos, ao longo da história, atuam como centros de resistências contra os desmandos do capital, as lutas sindicais podem ser um importante referencial no estudo das contradições do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que as derrotas e os reveses dessas lutas demonstram a fragilidade intrínseca a uma classe que está destituída dos meios de produção de sua vida material, mas que encontra na associação, entre os despossuídos, a possibilidade de sua emancipação.

## **O compromisso fordista e os sindicatos**

O fordismo está vinculado à ideia de produção em massa e de consumo em massa, sua expansão mundial se deu no pós-guerra com as redefinições das funções exercidas pelos atores sociais, ou seja, pela redefinição do papel do capitalista, dos trabalhadores e do Estado. O fordismo só pôde se desenvolver a partir de um compromisso entre os capitalistas e os trabalhadores, tendo o Estado como garantidor do cumprimento desse compromisso. O compromisso fordista, como chama Alain Bihir, implicou para a classe trabalhadora na renúncia da “aventura histórica” pela garantia da seguridade social (BIHR, 1999, p. 37).

Renunciar à “aventura histórica”? É renunciar à luta revolucionária pela transformação comunista da sociedade; renunciar à contestação à legitimidade do poder da classe dominante sobre a sociedade, especialmente sua apropriação dos meios sociais de produção e as finalidades assim impostas às forças produtivas. É, ao mesmo tempo, aceitar as novas formas capitalistas de dominação que vão se desenvolver pós-guerra, ou seja, o conjunto das transformações das condições de trabalho e, em sentido mais amplo, de existência que o desenvolvimento do capitalismo vai impor ao proletariado nesse período (BIHR, 1999, p. 37).



Por essa renúncia, a classe trabalhadora obtinha garantia de satisfação de seus interesses mais imediatos, isso é, relativa estabilidade de emprego, aumento relativo do salário, redução da jornada de trabalho e o atendimento de necessidades básicas, como habitação, saúde, educação, cultura, lazer etc.

A classe trabalhadora conquista certo número de direitos civis, políticos e sociais garantidos pelo Estado, saindo da condição de miserabilidade e incertezas, e a classe dominante, isso é, os capitalistas, conseguem uma trégua em relação às ameaças permanentes de agitação revolucionária. Assim, o compromisso fordista limitava a extensão do poder da classe burguesa, mas garantia a legitimação dessa dominação diante da classe trabalhadora que não a contestaria. No entanto, esse compromisso só poderia durar enquanto o modelo fordista de desenvolvimento capitalista durasse.

O movimento operário com característica social democrata – aqui a social democracia implica garantir os direitos civis, políticos e sociais, abrindo mão das lutas contra o capital diretamente – torna-se uma engrenagem do próprio funcionamento capitalista. “O que significa que, ao mesmo tempo que está fundamentalmente subordinado ao comando do capital, conserva uma autonomia em relação a ele” (BIHR, 1999, p. 44). Essa subordinação e relativa autonomia do movimento operário se expressa nas seguintes características: primeira – o movimento operário atua no sentido de solucionar os conflitos entre os trabalhadores e os empregadores por meio de negociações entre as partes; segunda – o movimento operário se

legítima como entidade mediadora obrigatória nos conflitos entre capitalistas e trabalhadores e também mediante o Estado; terceira - o movimento operário passa a ser, progressivamente, incorporado aos aparelhos de dominação do capital sobre o proletariado "tornando-se verdadeiros co-gestores do processo global de reprodução do capital" (BIHR, 1999, p. 45).

A relativa autonomia dos sindicatos, e do movimento operário como um todo, com os partidos políticos e as associações coletivas, lutaram durante todo o período de acumulação fordista por melhores salários, condições melhores de trabalho e por uma responsabilização mais completa do Estado sobre suas condições de seguridade social. No entanto, por outro lado, as entidades sindicais lutavam pela permanência do compromisso fordista, controlando as possíveis revoltas dos trabalhadores contra o compromisso firmado. Diante desse quadro, os sindicatos se desenvolvem de maneira ambígua: de um lado cresce a sua importância para a formulação de políticas de salário, emprego, renda e bem-estar social e, de outro, cresce a burocratização sindical com a separação dos quadros de comando dos sindicatos com suas bases. Soma-se a isso a fetichização do Estado, ou seja, a ideia do Estado como ente impessoal e responsável por todas as decisões políticas de bem-estar do trabalhador, e um quadro bastante complexo em que a ideologia operária não se distingue mais da ideologia dominante, ou seja, com a ideologia dos capitalistas.

A partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, o compromisso fordista não consegue se sustentar. Algumas causas podem ser identificadas para o fim desse compromisso: o Estado não consegue sustentar as políticas de seguridade social; o capital se depara com a queda das taxas de lucratividade experimentadas no pós-segunda guerra mundial, sobretudo em razão da elevação da composição orgânica do capital, e busca novas formas de retornar às antigas taxas de lucratividade, por meio dos investimentos no setor financeiro e na deslocalização das atividades produtivas, o que marcou o fim do compromisso fordista; os trabalhadores estavam descontentes com o modelo taylorista/fordista de organização da produção. A força do movimento operário surge da união dos trabalhadores. As estratégias capitalistas, para superar a crise de lucratividade da acumulação fordista, impactaram diretamente

sobre a união e organização da classe trabalhadora. Entre as soluções encontradas pelo capital para restabelecer o padrão de lucratividade obtido no período pós-guerra destaca-se a solução financeira, a solução espacial e a solução organizacional.



**Pesquise mais**

Sobre a crise estrutural do capitalismo e seu reflexo sobre as formas de organização da classe trabalhadora, sugerimos o seguinte artigo:

RIBEIRO, Cesar Fernando. As transformações nos processos produtivos e suas consequências para os trabalhadores na passagem do modelo de acumulação fordista/keynesiano para o flexível/liberal. In.: CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Ano 2, Volume 5, Dezembro 2008. Disponível em: <<https://csonline.ufff.emnuvens.com.br/csonline/article/view/392/365>>. Acesso em: 16 out. 2017.

A **solução financeira** significa deslocar os investimentos feitos no setor produtivo para o setor especulativo. Assim, investe-se menos na produção e mais em empréstimo e especulação internacional; com isso, o capital pode se reproduzir sem precisar diretamente da força de trabalho, havendo uma diminuição significativa do emprego. A **solução espacial** implica em deslocar a atividade produtiva para países que estão iniciando o seu processo de industrialização, ou seja, países periféricos do capitalismo. Nesses países há uma força de trabalho mais barata e mais dócil ao capitalismo, uma vez que a inexistência de indústria implica na inexistência de uma tradição sindical. O deslocamento de indústrias para diversas regiões do globo, ou pelo menos a ameaça desses deslocamentos, impõe uma competição entre os trabalhadores e aumenta o poder de barganha do capitalista. A **solução organizacional** diz respeito a novas formas de organização do trabalho que são comumente chamadas de pós-fordismo. A fragmentação, a rigidez, a simplificação das funções e subordinação do ritmo de trabalho à maquinaria, características do modelo fordista, foram substituídos pela polivalência, flexibilidade, trabalho em equipe e dimensões intelectuais mais complexas e a subordinação da própria subjetividade do trabalhador ao capital. A classe trabalhadora, nesse novo modelo organizacional encontra-se fragmentada, a terceirização dos contratos temporários são elementos que implicam em uma dificuldade da formação de uma

identidade operária. A financeirização do capital, a hipermobilidade do capital produtivo e as novas formas de organização do processo produtivo são elementos fundamentais para compreender a crise do movimento operário do último quartel do século XX (SILVER, 2005).

## Sem medo de errar

O processo de consolidação do capitalismo implicou na expropriação do trabalhador de todos os meios de produção, restando a ele tão somente sua força de trabalho. Essa separação entre trabalho e capital foi mortal para o trabalhador. Para ele, a única possibilidade de ter algum poder de negociação com seus empregadores era por meio da união. Em um primeiro momento essa união resultou também na quebra das máquinas, como forma de parar a produção capitalista e impor aos patrões prejuízos para que pudessem se abrir à negociação. Esse tipo de atuação foi tachado como bagunça, baderna, mas se mostrou eficaz como forma de negociação coletiva.

A partir de 1824, com a lei de livre associação na Inglaterra, foi possível formar as trade-unions, que era a união dos sindicatos. As associações tinham como função primeira atuar na proteção dos trabalhadores contra as jornadas de trabalho extenuantes e salários indignos. Os sindicatos foram, e são até os dias atuais, uma importante forma de resistência operária. Uma resistência importante, pois os capitalistas, em busca do lucro, tentaram a todo custo reduzir os salários ao mínimo possível.

As trade-unions organizavam caixas de resistência para que os trabalhadores, diante de uma negociação, pudessem fazer greves e ter suas condições de vida mantidas. Os patrões, em diversos momentos, colocaram-se contra a sindicalização dos trabalhadores, ameaçando-os com demissões, caso participassem da vida sindical. As pressões dos patrões deram resultado e várias associações sindicais foram extintas na Inglaterra.

A experiência sindical não ficou restrita à Inglaterra, com a expansão da industrialização os sindicatos apareceram em diversos países e com diversas concepções diferentes. Na França e na Itália

do final do século 19 e início do século XX surgiram os sindicatos de aspiração revolucionária. Esses sindicatos queriam a transformação de toda sociedade e isso se daria apenas com as greves gerais. Apareceram os sindicatos anarquistas que declararam guerra à sociedade capitalista para que a sociedade pudesse ser organizada por meio da autogestão dos trabalhadores e na negação de qualquer forma de administração estatal.

Os sindicatos revolucionários não foram os únicos a existir, o sindicalismo reformador foi presente em suas diversas acepções. Nos Estados Unidos da América os sindicatos se ajustaram ao sistema capitalista e suas lutas se restringiam ao campo econômico. O sindicalismo cristão negava as lutas socialistas e apostava na promoção da convivência harmoniosa entre trabalhadores e patrões.

Na Itália, na década de 1920, a experiência fascista foi a sustentação do sindicalismo corporativista que era dirigido pelo Estado.

O sindicato comunista entendia os sindicatos como um instrumento de formação da consciência do trabalhador e deveria atuar nesse sentido.

A partir do pós-guerra o compromisso fordista implicou em uma redefinição do papel do sindicato. Esse se tornou uma engrenagem do próprio funcionamento capitalista. A subordinação não foi irrestrita, os sindicatos mantinham uma relativa autonomia para reivindicar melhores condições para os trabalhadores, mas também atuavam na contenção de qualquer tipo de revolta contra a produtividade. O Estado de bem-estar social que se desenvolvia nos países industrializados era um importante elemento para a manutenção do compromisso fordista, pois os trabalhadores tinham vários direitos garantidos, não pela sua condição salarial somente, mas pelo Estado. Assim, nesse período também houve uma certa fetichização do Estado dentro do movimento operário, sobretudo europeu.

Com a transformação do processo de acumulação capitalista, em virtude da crise estrutural do capital, no final da década de 1960 e início da década de 1970, o compromisso fordista foi rompido. A reestruturação produtiva capitalista para a retomada das taxas de lucratividade impactou diretamente na forma de organização

dos sindicatos e no poder de barganha da classe trabalhadora, implicando na crise do próprio sindicalismo.

A crise do sindicalismo da década de 1970 é um momento importante de compreensão da própria reconfiguração do mundo do trabalho.

Quando pensamos na atualidade do sindicalismo temos mais perguntas do que respostas. A associação entre trabalhadores para defesa de seus interesses continua sendo um caminho possível para a conquista de direitos, no entanto, as novas formas de organização do trabalho impuseram uma nova dinâmica na relação capital e trabalho. Há um número cada vez maior de indivíduos que vivem da venda da sua força de trabalho e não se identificam como trabalhadores, e como criar uma associação entre trabalhadores que não se reconhecem como tal? A ampliação da terceirização, bem como as diversas formas de subcontratação trazidas no bojo da acumulação flexível, ampliam o número de trabalhadores temporários e em situação de desemprego constante; logo, como estabelecer paralisações, ou outras formas de luta, tendo um grande número de indivíduos preparados e ansiosos para ocupar postos de trabalhos menos precários? Assim, o desemprego impacta diretamente nas estratégias sindicais históricas.

O novo e precário mundo do trabalho necessita de novas formas de lutas e ações coletivas pela defesa dos interesses dos trabalhadores, mas essas lutas surgem na própria processualidade histórica.

## Faça valer a pena

**1.** Uma vez destituído de todos os meios de produção, aos trabalhadores restou a união para lutar contra a baixa constante dos salários e a piora nas condições de trabalho. As primeiras manifestações de trabalhadores contra o capital podem ser datadas no século 18 (mais ou menos 1730). Os primeiros a se organizarem foram os trabalhadores profissionalmente qualificados, isso é, ex-artesãos que não exerciam livremente as suas atividades, mas estavam submetidos à disciplina das oficinas e ao assalariamento.



Sobre as primeiras formas de manifestação dos trabalhadores no modo de produção capitalista podemos afirmar:

- a) Utilizaram as greves contra o Estado para que ele pudesse regulamentar os padrões legais de negociação entre trabalhadores e empregadores.
- b) Utilizaram as greves gerais como forma de parar a produção de todas as atividades industriais do país e assim conquistar os direitos de melhores salários.
- c) Utilizaram como estratégia a destruição dos maquinários e de alguns outros meios de produção como forma de forçar a negociação com os patrões.
- d) Utilizaram a organização política em partidos como forma de conquistar o poder do Estado e transformar o Estado liberal em Estado socialista.
- e) Utilizaram de panfletagem e outros métodos pacíficos para explicar à população em geral quais eram os problemas que eles enfrentavam nas fábricas.

**2.** Os sindicatos podem, resumidamente, ser definidos como “associações criadas pelos operários para a sua própria segurança, para a defesa contra usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante” (ANTUNES, 1983, p. 13). Sabendo disso considere as afirmações a seguir:

I. Os sindicatos atuam no sentido de fornecerem aos trabalhadores meios de resistência contra as situações degradantes de trabalho. O aparecimento dessas instituições representa, no início do capitalismo, um grande desenvolvimento das forças do trabalho para a conquista de direitos fundamentais.

II. As quebras das máquinas não podem ser consideradas um momento importante de resistência dos trabalhadores, pois essa atuação não contribuiu para aumentar o poder de negociação do trabalhador.

III. No sindicalismo de indústria, o critério para arregimentação passou a ser o setor produtivo, como indústria de aço ou indústria têxtil, assim, foi possível atuar na organização de trabalhadores que estavam excluídos da organização sindical de ofício.

Sobre os sindicatos, sua história e as formas de resistência dos trabalhadores podemos afirmar:

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- c) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- d) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- e) As afirmações I, II e III estão corretas.

**3.** O fordismo está vinculado a ideia de produção em massa e de consumo em massa, sua expansão mundial se deu no pós-guerra com as redefinições das funções exercidas pelos atores sociais, ou seja, pela redefinição do papel do capitalista, dos trabalhadores e do Estado. O fordismo só pôde se desenvolver a partir de um compromisso entre os capitalistas e os trabalhadores, tendo o Estado como garantidor do cumprimento desse compromisso. O compromisso fordista, como chama Alain Bihir, implicou para a classe trabalhadora na renúncia da "aventura histórica" pela garantia da seguridade social.

Sabendo disso leia as afirmações a seguir:

I. Com o compromisso fordista, a classe trabalhadora conquista certo número de direitos civis, políticos e sociais garantidos pelo Estado, saindo da condição de miserabilidade e incertezas.

II. Com o compromisso fordista, a classe dominante, isso é, os capitalistas, conseguem uma trégua em relação as ameaças permanentes de agitação revolucionária.

III. O compromisso fordista, tornava o poder da classe burguesa, em relação à classe trabalhadora, ilimitado.

Assumindo V para o que for verdadeiro sobre o compromisso fordista e F para o que for falso, assinale a alternativa que contém a sequência correta.

- a) V – V – V.
- b) V – V – F.
- c) V – F – F.
- d) F – F – F.
- e) F – F – V.

# Referências

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2005.
- ANTUNES, R. C. **O que é sindicalismo?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC S.A., 1987.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CORIAT, B. **Ciência, técnica y capital**. Madrid: H. Blume ediciones, 1976.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- HOBSBAWM, E. J. **Os trabalhadores**: estudo sobre a história do operariado. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MARX, K. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- RODRIGUES, L. M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- ROSSO, S. D. **Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços**. Cad. CRH, Salvador, v. 27, n. 70, p. 75-89, abr. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792014000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 30 out. 2017.
- SELL, C. E. **Sociologia Clássica**: Marx, Durkheim e Weber. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- SILVER, B. J. **Forças do trabalho: movimento dos trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- YÁRNOZ, C. **Greve contra reforma trabalhista na França provoca falta de combustível**. El país (edição online), Caderno Internacional, 26 maio 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/26/internacional/1464243399\\_942096.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/26/internacional/1464243399_942096.html)>. Acesso em: 30 out. 2017.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1970.

WOLFF, S. **Informatização do trabalho e reificação**: uma análise à luz dos programas de qualidade total. Campinas: Unicamp, 1998 [Dissertação Mestrado].

# Trabalho, inovações organizacionais e precarização

### Convite ao estudo

As décadas de 1970 e de 1980 foram de profundas transformações no mundo do trabalho. A rigidez fordista e o welfare state, ou seja o bem-estar social garantido pelo Estado, vão dando lugar a uma produção flexível, apoiada e impulsionada pelas políticas neoliberais. Esse quadro complexo de transformação será o objeto de estudo nesta unidade.

Para realizar este trabalho, será necessário passar por diversas discussões sociológicas sobre a sociedade pós-industrial e a ascensão da especialização flexível em que o trabalhador, ao contrário da produção fordista, deve ser polivalente. Esta será a discussão presente na seção 1.

A discussão sobre as transformações no interior do capitalismo envolve também pensar sobre a dispersão geográfica da produção e a configuração de uma nova divisão internacional do trabalho. Essa nova divisão implica pensar como as relações de trabalho vão se tornando precárias, tanto nos países de capitalismo avançado como nos países periféricos do capitalismo, ocasionando uma superexploração do trabalho, bem como o aumento da informalidade, que focaremos nos estudos da seção 2 desta unidade.

Por fim, a discussão sobre a precariedade do trabalho permite discutir diversas categorias existentes no capitalismo atual, como o trabalho doméstico, o que emprega menores de idade, o escravo, e o intermitente.

Para realizar o objetivo desta unidade, será necessário partirmos de algumas bases hipotéticas que nos permitirão

pensar a nossa realidade. Sendo assim, convido você a refletir sobre a seguinte situação:

Gabriel é um programador de software que mora nos EUA. Ele é autônomo e presta serviço para diversas empresas do Vale do Silício. Não possui horário fixo, mas seu trabalho se dá sob encomenda das diversas empresas para as quais atua. Ele está muito cansado, pois os serviços que ele presta costumam ter prazos curtos e, por isso, precisa trabalhar à noite, de madrugada e aos fins de semana. Em muitos momentos, ele sofre uma pressão enorme, pois, com o fim de um projeto, não sabe se terá outro para trabalhar. Apesar de ter uma vida financeira melhor que a de seu pai, ele se questiona sobre sua qualidade de vida. O pai de Gabriel trabalhou por 30 anos em uma mesma empresa, com horário fixo, sempre estava em casa às 18:30 e tinha fins de semana livre. Não pôde fazer grandes viagens, mas estava sempre junto de seus filhos, coisa que, por vezes, Gabriel não consegue, mesmo trabalhando em sua casa. Em seus raros momentos de folga, ele questiona sobre o seu modo de vida e de trabalho, como chegou a esse ponto, o que o futuro reserva para ele.

Nossa tarefa será, a partir deste contexto, pensarmos sobre o presente e o futuro do trabalho para a classe trabalhadora.

# Seção 3.1

## Trabalho e flexibilidade

### Diálogo aberto

A passagem do padrão de acúmulo fordista para um padrão pós-fordista, ou flexível, implicou em importantes mudanças sociais. A fragmentação, a rigidez, a simplificação das funções e subordinação do ritmo de trabalho ao maquinário, características do modelo fordista, foram substituídos pela polivalência – um trabalhador deve desempenhar diversas funções –, flexibilidade, trabalho em equipe e dimensões intelectuais mais complexas. O que se procura não é simplesmente um trabalhador que opere uma máquina como um autômato, mas que esse empenhe sua criatividade, seus esforços intelectuais em nome da produção – e a subordinação da própria subjetividade do trabalhador ao capital. A cooptação da subjetividade é um tema complexo, a produção flexível, quando realizada por times, implica na necessidade de o trabalhador se sentir integrado ao sistema como um todo, que ele assuma o fazer do trabalho como um fazer da própria vida. Assim, será objetivo desta seção, discutir essa mudança no paradigma produtivo, a fim de compreender algumas consequências para a classe trabalhadora.

Para que o objetivo possa ser atingido, será necessário retomar a experiência de Gabriel. Lembre-se, ele é um programador de software que vive atarefado e com pouco tempo para suas atividades pessoais, pois precisa cumprir as metas das empresas para as quais presta serviço. Diante de uma vida voltada para o trabalho ele se pergunta: “será que de fato sou mais livre sem ter um emprego fixo? Como cheguei ao ponto de ter que trabalhar de maneira ininterrupta? Será que os indivíduos trabalham dessa forma? Quais foram as mudanças para que a forma como trabalho seja tão diferente da forma como meu pai trabalhava?”.

Para responder a estas questões, não basta simplesmente assumir que é natural que as coisas sejam assim, mas é preciso buscar no processo histórico a explicação para a mudança no mundo do trabalho, e esta será nossa tarefa!

### Sociedade Pós-Industrial

O capitalismo do final do século XIX e início do século XX é marcado pela presença da grande indústria. Cooperação simples, manufatura, grande indústria são momentos históricos dentro do processo de formação do capitalismo em que há a busca constante do capitalista por extração de mais-valia relativa. A extração da mais-valia dentro do processo produtivo encontra seu modelo mais acabado no interior da grande indústria. Por essa razão, a análise da força de trabalho em Karl Marx passa, necessariamente, pela análise do trabalhador fabril. O século XX mostra a ascensão dos grandes conglomerados de fábricas, tendo como exemplo mais notório as fábricas de automóveis. A importância é tão grande que, em 1940, cerca de 40% dos trabalhadores dos países centrais do capitalismo estão empregados nessa indústria. No entanto, no final da década de 1980, este número foi reduzido a 30%, e há uma tendência de taxas decrescente do número de trabalhadores na indústria desses países (ANTUNES, 2011).

Essa tendência de queda dos trabalhadores na indústria levou o sociólogo Daniel Bell (1973) a indicar que o capitalismo havia superado o seu paradigma industrial e estava se encaminhando para um paradigma pós-industrial.

Para Bell, a sociedade moderna pode ser pensada em três momentos distintos, a saber: 1º sociedade pré-industrial, em que havia o predomínio das atividades agrárias e o poder se assenta sobre a propriedade da terra; 2º sociedade industrial, apoiada na produção de mercadorias industrializadas e no poder da classe burguesa que detinha todos os meios de produção e; 3º sociedade pós-industrial que surge do declínio das atividades industriais e concomitante aumento das atividades em serviço, supremacia das indústrias baseadas na informática e na robótica e a ascensão de uma nova elite de poder, os detentores do saber técnico.

A utilização do termo "sociedade pós-industrial" por Bell não implica pensar em uma sociedade em que a produção industrial deixa de existir, mas pensar que os avanços técnicos e científicos aplicados à indústria diminuíram a importância do trabalho industrial como paradigma explicativo das relações sociais.



A diminuição do número de trabalhadores nas indústrias, o aumento do setor de serviço, a importância da ciência e da tecnologia como fator determinante de uma nova elite de poder conduziram a uma reconfiguração da estrutura social. Nessa reconfiguração, as figuras dominantes são os que detêm um determinado tipo de saber mais adequado à essa sociedade, como os cientistas, os matemáticos, os economistas e os engenheiros das novas tecnologias utilizadas na indústria, e não mais o executivo industrial e os empresários. O conflito existente na sociedade pós-industrial não é entre capital e trabalho, mas entre os que têm de saber e os que não têm. O saber, nesse sentido, ocupa o lugar da propriedade dos meios de produção nas definições das relações de poder. A nova elite de poder, segundo Bell, é composta pelos profissionais apoiados no conhecimento. A sociedade pós-industrial é a sociedade da meritocracia (BELL, 1973, p. 449). Nela, elementos como classe social, origem, condição de vida dos indivíduos não são elementos a serem levados em conta para que esse chegue à condição de elite do poder, mas tão somente as suas qualidades (méritos) pessoais, como esforço, inteligência, competência, etc., devem ser consideradas para determinar a posição social de cada um.

O advento da sociedade pós-industrial, parafraseando o título do livro de Bell, implicaria na necessidade de revisão das análises sociológicas calcadas no protagonismo do trabalho fabril para compreensão da realidade social, pois agora o indivíduo prevalece sobre as categorias totalizantes como classe social.

Clauss Offe (1994) é um dos autores que sintetiza a mudança do paradigma sociológico para análise da sociedade.

A diminuição do número de trabalhadores nas fábricas levou Offe a afirmar que a categoria trabalho não era mais fundamental para compreender as formas de sociabilidade contemporâneas. Segundo Offe, o trabalho não é mais o elemento estruturante da sociedade, pois as transformações ocorridas a partir da terceira Revolução Industrial levaram o trabalho a ter uma menor importância para o desenvolvimento das relações sociais. Offe realiza, assim, uma crítica contundente aos autores clássicos da sociologia que tinham no trabalho uma categoria chave para a compreensão da sociedade. O autor afirma que, com a diminuição da importância do trabalho na produção de bens, uma vez que estes passam a ser produzidos

por máquinas cada vez mais inteligentes, não é possível pensar na categoria trabalho como fato social fundamental (uma crítica à teoria de Emile Durkheim), não é possível pensar na força revolucionária da classe trabalhadora e nem em seu papel no processo de valorização do capital, uma vez que o próprio proletariado deixa de existir (uma crítica à teoria de Karl Marx), e não é possível pensar no trabalho como tendo um valor moral em si (uma crítica à teoria Max Weber). Enfim, Offe afirma que por muito tempo o trabalho foi uma categoria de estudo fundamental dentro das teorias sociológicas clássicas e para aqueles que a seguiram, no entanto, a contemporaneidade, em função dos avanços tecnológicos, retirou a centralidade desta categoria como elemento de análise do social, pois o trabalho não ocupa tanto espaço quanto antes na vida da sociedade. A análise de Offe foi bastante criticada nos anos que se seguiram, pois, apesar da diminuição do trabalhador fabril, o que se percebeu nos anos que se seguiram foi o aumento e a heterogeneização do trabalho assalariado, e o surgimento de uma categoria de indivíduos que, apesar de não pertencerem à categoria de assalariados, vivem da venda de sua própria força de trabalho. Assim, a sociologia do trabalho tinha como desafio compreender essas novas configurações. Esta talvez tenha sido a grande contribuição deste trabalho: provocar um retorno à categoria trabalho que foi modificada pelas novas tecnologias e pelas novas formas de organização do trabalho. Assim, diversos autores se dedicaram a pensar “o mundo do trabalho” dentro do novo paradigma tecnológico e suas consequências para as formas de sociabilidade da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2010).

### **Acumulação Flexível e Trabalhador Polivalente**

Após um período de prosperidade o fordismo passou a enfraquecer-se no final de 1960. Este enfraquecimento possui quatro pontos básicos, segundo Alain Bihr (1999): diminuição dos ganhos de produtividade; elevação da composição orgânica do capital; saturação da norma social de consumo (bens duráveis); desenvolvimento do trabalho improdutivo.

Esses quatro pontos estão todos interligados, pois a diminuição do ganho em produtividade é decorrente da elevação da composição orgânica do capital. É bom lembrar que o capital se

compõe organicamente, segundo Marx, em capital fixo que são os meios de trabalho, capital variável, ligado aos salários, e a extração da mais-valia. A mais-valia só pode ser extraída dos trabalhadores, portanto do capital variável, com o aumento de investimento em máquinas e novas tecnologias e, conseqüentemente, a diminuição do número de trabalhadores nas fábricas. Aumenta-se o capital fixo (ou constante), e diminui consideravelmente o número de trabalhadores, afetando as taxas de extração de mais-valia. Some-se a isso uma diminuição do nível de consumo de bens duráveis, em grande parte atribuída ao desemprego estrutural que atinge os países centrais do capitalismo, e o aumento de trabalhadores em postos que a extração de mais-valia não pode ser tão facilmente realizada, ou seja, trabalho improdutivo, e o resultado é uma crise de lucratividade.



### Assimile

Nos *Grundrisse*, Marx afirma que o "próprio capital é a contradição em processo, (pelo fato) de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza." (p. 590/591). Segundo Giovanni Alves (2011), o modo de produção capitalista busca constantemente métodos de extração de mais-valia relativa. A cooperação simples, a manufatura e a grande indústria são formas históricas de extração de mais-valia relativa descritas no livro *O capital*. No período da grande indústria, a contradição capitalista atinge seu auge, pois a organização da produção capitalista se assenta sobre o trabalho morto (máquina), mas a medida do valor continua sendo o trabalho vivo.

A crise do fordismo, segundo Ricardo Antunes (2011), é uma manifestação da crise permanente do próprio capitalismo. Em razão disso, David Harvey (2006) afirmou que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela reestruturação produtiva e por novas experiências organizacionais, implicando na passagem de um período de acumulação "rígida", marca do fordismo, para um período de acumulação flexível. Especificamente sobre a década de 1980, Antunes afirmou que foi:



**uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários” (ANTUNES, 2011, p. 23).**

Antunes detecta uma realidade que ainda não está consolidada plenamente. Por essa razão, ele afirma que a década de 1980 é marcada por experimentos mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos embrionários, em que “o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado” (ANTUNES, 2011, p. 24).

A acumulação flexível recebe esse nome porque se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, dos produtos e do consumo. Charles Sabel e Michael Piore foram os pioneiros da tese da “especialização flexível”, definindo-a como uma nova forma produtiva que articula desenvolvimento tecnológico e desconcentração produtiva (ANTUNES, 2011). Para esses autores, a especialização flexível colocaria fim à alienação do trabalho típico das indústrias de base fordista. Essa afirmação foi criticada por diversos autores que apontaram que a especialização flexível desqualifica o trabalho e desorganiza o trabalhador, bem como retira sua autonomia. A tese mais contundente sobre a ideia de que a especialização flexível acaba com o trabalho alienado está assentada sob a perspectiva de que essa forma organizativa, que emerge nos anos de 1970 e 1980, ainda é uma forma de capitalismo e, como tal, sua busca constante é pela extração de mais-valia. Nesse sentido, a reestruturação produtiva é uma nova forma de organização do trabalho, adequada ao tempo presente para a autovalorização do valor (ALVES, 2011, p.33).

Para compreender melhor as críticas dirigidas à Piore e Sabel, torna-se necessário compreender o que é, de fato, a especialização flexível.

## Produção Flexível

A face mais evidente da produção flexível é o modelo japonês de produção, também chamado de modelo Toyota de produção, ou toyotismo. Esse modelo começou a ser desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, só a partir da crise de 1973 é que a indústria em geral voltou seus olhos para esse modelo.

O objetivo do modelo Toyota é aumentar a produção e eliminar completamente o desperdício. Taiichi Ohno (1997), que foi criador do sistema Toyota de produção – por essa razão em alguns livros sobre sociologia do trabalho o toyotismo também recebe o nome de ohnismo –, explica no prefácio da edição brasileira de seu livro que esse sistema “não é apenas um sistema de produção. [...] ele revela sua força como um sistema gerencial adaptado à era atual de mercados globais e de sistemas computadorizados de informações de alto nível” (OHNO, 1997, p. X).



### Pesquise mais

Giovanni Alves faz uma análise sobre os impactos da especialização flexível sobre a subjetividade do “homem que trabalha”. Assim, suas análises apontam para uma precarização que atinge a própria experiência humana e não só a objetividade do trabalho. O texto está disponível em: <[http://www.giovnialves.org/artigo\\_giovanni%20alves\\_2010.pdf](http://www.giovnialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf)>. Acesso em: 27 de nov. 2017.

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório

- O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.

Para conseguir a máxima eficiência e o menor desperdício, o sistema Toyota de produção parte de dois pilares: *just in time* e automação. O *just in time* pode ser descrito como um processo de fluxo em que as peças corretas, na quantidade correta, chegam na linha de montagem no momento em que elas são necessárias. O *just in time* permite que uma empresa, quando ajustada a esse modelo de produção, chegue ao estoque zero. A “automação” é uma expressão indica que não é apenas automação, ou seja, a utilização de máquinas no interior da linha de montagem como Ford já havia feito, mas indica que uma máquina funciona com

autonomia na linha de montagem. Isto é, sem a necessidade de uma pessoa operando a máquina. Com a “autonomação” o trabalhador só realiza operações na máquina quando esta apresenta algum defeito ou anormalidade. Assim, com o sistema de “autonomação” um trabalhador pode “cuidar” de até cinco máquinas ao mesmo tempo.

O sistema Toyota de produção só pode funcionar se a comunicação entre as partes for eficiente. Essa eficiência é conseguida por meio do Kanban, um sistema de sinalização que permite controlar a quantidade que deve ser produzida. Para fazer esse controle, o sistema Toyota inverte a lógica fordista, em que a produção em massa dá lugar à produção por demanda. É a partir do consumo, da venda de uma determinada mercadoria, que começa a produção. Ou seja, a Toyota não produz tantos carros quanto ela pode produzir em um dia, mas produz o número de carros necessários para suprir a necessidade do consumo daquele momento.

A partir da descrição do modelo Toyota de produção é necessário pensar quais as consequências da utilização generalizada desse modelo para o mundo do trabalho.

O modelo japonês de produção está assentado na flexibilidade do processo de produção e na polivalência da força de trabalho. A polivalência pode ser percebida na ideia de “autonomação”, o trabalhador não é mais responsável por uma única máquina, mas deve operar, em média, cinco máquinas dentro do processo de produção da mercadoria. Além disso ele deve combinar várias tarefas diferentes para que a produção possa acontecer conforme o *just in time*.

O termo polivalente significa que algo pode assumir múltiplos valores e oferece várias possibilidades de uso. Assim, o trabalhador polivalente é aquele que assume diversas funções dentro do processo produtivo, não se restringindo a uma única atividade laboral e nem a executar uma tarefa repetitiva. O trabalhador polivalente é adaptável e opera as máquinas necessárias, aprende novas técnicas e está aberto às mudanças ocorridas na empresa. O trabalhador deve apresentar iniciativa para resolver os problemas que se apresentam na empresa, deve ter autonomia para atuar sem a necessidade de uma supervisão constante e renovar continuamente seus conhecimentos. A Organização Internacional do trabalho (OIT) afirma que:

a formação polivalente é definida como modalidade destinada a dar aos participantes a mais ampla formação em vários ofícios relacionados com a profissão escolhida, a fim de ajudá-los a adaptar-se às características do trabalho. Também tem por objeto prepará-los a adaptarem-se à evolução técnica futura, assim como as outras oportunidades profissionais que poderão apresentar-se e abrir-lhes perspectivas de carreira. (Silva, 1999, p.14).

Apesar dos aspectos positivos apontados pela OIT sobre a formação polivalente do trabalhador, Ricardo Antunes e Giovanni Alves apontam para uma banalização do trabalhador qualificado. O funcionário não precisa ter uma especialização específica, mas ser adaptável às exigências da empresa.

Além da polivalência do trabalhador, o sistema Toyota de produção precisa de sua flexibilização.

**Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. (ANTUNES, 2011, p. 34)**

A produção realizada a partir da demanda implica na disponibilidade de força de trabalho para realizar as atividades produtivas no momento em que é preciso e na forma como se exige. O trabalhador não se limita a realizar um tipo de operação ou a ter uma função fixa dentro do processo produtivo, mas sua atuação se dá em favor da produção, ocupando o posto necessário para que a demanda possa ser atingida. Ao invés da hierarquia rígida e verticalmente estruturada a partir do cargo que o trabalhador ocupa, característica marcante do fordismo, se apresenta a horizontalização da hierarquia e a flexibilidade das funções. Os trabalhadores devem se adaptar o mais rapidamente possível à tarefa que precisam realizar. Assim, a própria organização do trabalho se torna flexível, os trabalhadores são organizados em equipes e a gerência exerce a função de *coach*, isto é, treinador ou líder da equipe, cujo papel

fundamental é motivar para que as habilidades individuais atuem para a obtenção dos objetivos da produção.

Como membros de uma equipe que atua em conjunto, a atividade do trabalhador deve ser mais participativa. No entanto, essa participação não é em relação ao que deve ser produzido, mas em como atingir os melhores resultados com menores desperdícios. Assim, o que se exige do trabalhador não é somente sua força de trabalho, mas sua adesão ao modelo produtivo.



### Refleta

O trabalho flexível apresenta, como discurso, a possibilidade do trabalhador controlar mais o seu tempo, mas qual a possibilidade de flexibilidade do tempo do trabalhador uma vez que ele está subordinado ao tempo da produção em si?



**A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, a sujeição do ser que trabalha ao “espírito” Toyota, à “família” Toyota, é de muito maior intensidade, é qualitativamente distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais despótica; aquela, a do toyotismo, é mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória. (ANTUNES, 2011, p. 40)**

Assim, à afirmação de Piore e Sabel, que foi demonstrada por Antunes (2011), sobre o fim da alienação do trabalho na era da especialização flexível, nota-se que, na verdade, o que há é um tipo de estranhamento específico do toyotismo. Esse estranhamento está ligado a cooptação da subjetividade do próprio trabalhador. A cooptação da subjetividade do trabalhador implica em uma integração entre esse e o próprio sistema produtivo, nessa integração o trabalhador deve pensar e agir para o capital, para a produtividade. Assim, a recomposição entre o saber e o fazer do trabalhador se dá sob uma base em que esse próprio saber-fazer deve atuar para o capital e não para um trabalho com objetivo e significado para o trabalhador.





No sistema Toyota de produção é possível que o cliente compre seu carro pela internet escolhendo a cor, os acessórios, o tipo de pneu e tudo já sai pronto de fábrica. Nesse sistema, o cliente puxa a produção pois, depois que ele escolher todos os itens que deseja no carro, a montadora envia os pedidos das peças necessárias e adequadas para a construção do carro para um cliente específico. Assim, se elimina o desperdício e só se produz aquilo que já foi vendido não gerando estoque. Se do ponto de vista da empresa isso pode parecer extremamente interessante, do ponto de vista do trabalhador há uma série de consequências: o trabalhador tem que estar à disposição da empresa para realizar o trabalho no momento em que for solicitado, de certa forma, ele está sempre trabalhando, pois, em virtude de uma grande demanda de trabalho ele pode ter que trabalhar além do horário previsto. Caso não queira realizar esse trabalho fora do horário, o trabalhador pode ser substituído por um funcionário subcontratado que pode vir a ocupar seu lugar se a chefia imediata entender que o empregado que não quis fazer horas extras não está integrado à equipe. A condição do trabalhador se torna mais vulnerável e sua disposição está em conformidade com os interesses da empresa e não de acordo com seu cronograma de vida. Por essa razão, se entende que a subordinação do trabalhador ao capital no modelo flexível é maior do que sob a rigidez fordista.

O próprio sistema Kanban atua como uma forma de intensificação do trabalho. Esse sistema possui uma sinalização visual em que a luz verde indica produção normal, luz laranja o trabalho deve ser desenvolvido na intensidade máxima e a luz vermelha é a produção com problemas. A alternância entre luz verde e luz laranja possibilita atingir um ritmo intenso de trabalho sem estrangular a produção. O trabalho por meta permite diminuir a porosidade na produção muito mais do que no fordismo.

O toyotismo opera por meio do trabalhador polivalente e do trabalho flexível, sua expansão mundial se dá pela necessidade do capitalismo que precisa recompor as taxas de lucratividade diminuindo a própria composição orgânica do capital. Essa diminuição se dá pela utilização de um número mínimo de trabalhadores e a flexibilidade em aumentar a quantidade de trabalho por meio de extensão da jornada de trabalho ou por subcontratação. A força de trabalho, sob a especialização flexível, está muito mais subordinada ao capital do que na rigidez fordista.

## Sem medo de errar

A produção flexível é adotada no capitalismo como resposta à crise de lucratividade experimentada nos países centrais do capitalismo por conta da elevação da composição orgânica do capital. A especialização flexível se assenta sobre o *just in time*, que é a produção necessária no tempo adequado, e na flexibilização e polivalência da força de trabalho.

A polivalência da força de trabalho implica em um trabalhador que possa realizar diversas tarefas distintas dentro de um mesmo processo produtivo, reduzindo o número de trabalhadores a um mínimo necessário para a produção. Essa característica produziu, nos países centrais do capitalismo, um desemprego estrutural, ou seja, um quadro ampliado de trabalhadores em condição de desemprego.

A flexibilização possibilita ampliar a força de trabalho sempre que necessário. Essa ampliação pode se dar pela realização de horas extras ou pela terceirização e diversas outras formas de subcontratação.

O discurso inicial dessas mudanças para a classe trabalhadora era a de uma recomposição entre o saber e o fazer que havia sido solapado durante o modo de regulação fordista. Autores como Piore e Sabel (apud ANTUNES, 2011) demonstram até mesmo o fim do trabalho alienado sob esse novo paradigma produtivo. No entanto, outros autores apontam para uma maior alienação no trabalho, pois na atual fase do capitalismo não basta que o trabalhador apenas realize seu trabalho conforme o ordenado por um gerente, mas é necessário que ele tome decisões que ajudem o capital a produzir mais valor. Por isso, há uma necessidade de que o trabalhador se identifique com a lógica capitalista, afim de que, como afirma Antunes (2005, p. 130), “a personificação do trabalho se converta em personificação do capital”.

Assim, o que se experimenta é um tipo de produção que atinge a classe trabalhadora em sua subjetividade, pois essa agora precisa se comportar da maneira desejada pelo capital.

O caso de Gabriel, que é programador de software autônomo, é exemplar nesse tipo de produção, pois, apesar de não ter horário fixo de trabalho, ele precisa atender as demandas das empresas que o contratam. Essas demandas devem ser atendidas no momento adequado e sob as condições necessárias ditadas pelo próprio

capital. Assim, ao invés de maior tempo para suas atividades, o que Gabriel está sujeito é de destinar seu tempo para a lógica da própria produção. Pois, como um determinado tipo de trabalhador subcontratado, sua renda e a manutenção da sua vida material dependem de seus serviços serem contratados pelas mais distintas empresas. Quando os projetos acabam, as empresas contratantes não têm obrigação sobre esse trabalhador flexível, e, para conseguir outros trabalhos, ele precisa estar apto para os desejos do mercado. A polivalência e flexibilidade devem ser suas características essenciais.

Como Gabriel realiza um trabalho que foi organizado e demandado por outro, esse trabalho não é tão mais realizador que o trabalho dos indivíduos que estavam sob a égide do fordismo. Mas se torna tão, ou mais, alienado que o trabalho daqueles.

A especialização flexível atinge não só a materialidade da classe trabalhadora, mas a própria subjetividade. Não atinge somente os trabalhadores dos países centrais do capitalismo, mas como lógica global da atual fase capitalista atinge, de maneira distinta, todas as áreas e setores desse modo de produção.

## Faça valer a pena

**1.** Ricardo Antunes afirma que a década de 1980 foi uma época de grande salto tecnológico: a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários (ANTUNES, 2011, p. 23).

Entre esses experimentos aos quais Ricardo Antunes se refere podemos citar:

- a) As linhas de montagens fordistas.
- b) Produção em série e em massa.
- c) Controle de tempo e movimentos.
- d) Especialização flexível.
- e) Fim do trabalho alienado.

**2.** A tendência de queda do número de trabalhadores nas fábricas por conta da substituição de trabalhadores por máquinas “inteligentes” levou

alguns autores a pensarem em uma sociedade pós-industrial e outros autores a declararem que o trabalho estava deixando de ser a categoria chave da sociologia. Sabendo disso, analise as afirmações abaixo:

- I. As teses sobre o fim do trabalho como categoria chave da sociologia afirma, entre outras coisas, que o trabalho não é mais o elemento estruturante da sociedade, pois as transformações ocorridas a partir da terceira Revolução Industrial levaram o trabalho a ter uma menor importância para o desenvolvimento das relações sociais.
- II. O trabalho na sociedade capitalista, segundo os autores que escrevem sobre o fim do trabalho como categoria sociológica chave, está cada vez mais imbuído de conteúdo moral importante para a compreensão da sociedade atual.
- III. O trabalho na sociedade capitalista, segundo os autores que escrevem sobre o fim do trabalho como categoria sociológica chave, em função dos avanços tecnológicos, não ocupa a centralidade como elemento de análise do social, pois o trabalho não ocupa tanto espaço quanto antes na vida da sociedade.

Para os teóricos do fim do trabalho enquanto categoria sociológica chave podemos afirmar:

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- c) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) As afirmações I, II e III estão corretas.

**3.** Como membros de uma equipe que atua em conjunto, a atividade do trabalhador deve ser mais participativa, no entanto, essa participação não é em relação ao que deve ser produzido, mas em como atingir os melhores resultados com menores desperdícios. Assim, o que se exige do trabalhador não é somente sua força de trabalho, mas sua adesão ao modelo produtivo. Sabendo disso analise as afirmações abaixo:

- I. A classe de trabalho, sob a especialização flexível, está mais subordinada ao capital do que no fordismo;

**PORQUE**

- II. Na atual fase do capitalismo não basta que o trabalhador apenas realize seu trabalho conforme o ordenado por um gerente, mas é necessário que ele tome decisões que ajudem o capital a produzir mais valor.

Assinale a alternativa plenamente correta segundo as análises críticas sobre a especialização flexível, sobretudo àquelas derivadas dos escritos de Ricardo Antunes.

- a) A afirmação I está correta e a afirmação II está incorreta.
- b) A afirmação I está incorreta e a afirmação II está correta.
- c) As afirmações I e II estão corretas e a afirmação II explica a afirmação I.
- d) As afirmações I e II estão corretas, mas a afirmação II não explica a afirmação I.
- e) As afirmações I e II estão incorretas.

## Seção 3.2

### Superexploração do trabalho

#### Diálogo aberto

A crise que irrompeu sobre a acumulação fordista foi estrutural do capital. Essa teve diversos aspectos que se manifestaram de maneira mais premente a partir de 1973 com a alta do petróleo. A crise é, fundamentalmente, de lucratividade, ou seja, a redução de possibilidade de extração de mais-valia pelo aumento da composição orgânica do capital. A resposta a ela se deu com a adoção de novas formas de organização do trabalho, formas mais enxutas e deslocalizadas de produção. Assim, além da flexibilidade do processo produtivo, discutido na seção anterior, uma nova divisão internacional do trabalho foi engendrada a partir da mundialização do capital, ou seja, do avanço das relações capitalistas de produção sobre todo o globo. Esse processo foi, e é, complexo e impactou diretamente a objetividade e a subjetividade da classe trabalhadora. Sabendo disso, será objeto de discussão nesta seção a nova divisão internacional do trabalho e suas repercussões.

Para refletir sobre essa situação, lembre-se de Gabriel, o programador autônomo que vive e trabalha nos Estados Unidos, e suas preocupações agora se dirigem para a redução das possibilidades de trabalho. Gabriel percebe que as empresas para quais ele presta serviço estão preferindo contratar serviços de empresas instaladas em outros países do mundo ao invés de contrata-lo. Gabriel é especializado e tem muita experiência, sempre cumpriu com os prazos que lhes foram estabelecidos. Sendo assim, ele se questiona: então por que essas empresas estão buscando serviços em outras partes do mundo, sendo que podem tê-los ali tão perto? Quais as vantagens que essas empresas têm em buscar serviços em localidades que não estão na ponta do desenvolvimento tecnológico? Qual o seu futuro diante dessa realidade?

Vamos buscar as respostas e ajudar Gabriel a entender melhor por que isso acontece?

### NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Para István Mészáros (2009) o modo de controle sociometabólico do capital não pode conhecer fronteiras, pois este sistema socioeconômico não é voltado para a autossuficiência, mas para produção de excedente. A linguagem utilizada por Mészáros, que também foi utilizada como metabolismo em Marx, serve para compreender a dinâmica do modo de produção capitalista. O metabolismo, termo derivado das ciências naturais, é uma reação bioquímica de troca de energia que age para a manutenção e o bom funcionamento do organismo. Quando aplicado a um sistema social significa as relações de produção que a sociedade desenvolve que são necessárias para sua manutenção e funcionamento. Os sistemas autossuficientes mantêm equilíbrio nas trocas entre produção e consumo. No entanto, o modo de produção capitalista solapa esse equilíbrio, pois sua função não é a manutenção social, mas um processo de valorização em que a esfera da produção e do consumo estão desconectadas. Assim, a produção capitalista é voltada exclusivamente para a produção de excedente em sua máxima potência, no entanto, os mercados internos de uma nação não conseguem absorver a quantidade de mercadorias produzidas, assim, o valor que foi produzido não consegue se realizar e a crise capitalista se irrompe. Como resposta a essa crise, há a expansão capitalista: o capitalismo deve expandir globalmente as relações de consumo para a realização do valor. Por essa razão, Marx e Engels afirmam que: "Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte" (MARX; ENGELS, 2007, p.43). Se a esfera da circulação é expandida, a esfera da produção também o é. O próprio modo de controle sociometabólico do capital se expande para todo o globo, desenvolvendo em toda parte relações de produção tipicamente capitalistas. "Sob pena de ruína total, ela (a burguesia) obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança" (MARX; ENGELS, 2007, p. 44).

A expansão do modo de produção capitalista, e de seu modo de controle sociometabólico, pelo globo produziu uma assimetria geográfica na distribuição e geração de riqueza, bem como uma assimetria na criação e distribuição do trabalho, engendrando, desde o século XVIII, a Divisão Internacional do Trabalho. (POCHMANN, 2004)

Pochmann, aponta que sobre a temática da Divisão Internacional do Trabalho há duas referências teóricas principais. A primeira apoia-se na ideia de vantagens comparativas. A segunda busca a interpretação da Divisão Internacional do Trabalho como uma estratificação e hierarquização da economia mundial como resultado da lógica capitalista.

A primeira referência teórica afirma que as distintas nações do mundo possuem algumas vantagens quando comparadas a outras. Essas vantagens se referem à "vocalção" de uma nação para a produção de uma determinada mercadoria ou serviço. Nessa perspectiva, por exemplo, as condições climáticas e de solo e a grande extensão territorial do Brasil daria ao país uma vantagem natural para a produção de determinados produtos primários quando comparado a países que não possuem grandes áreas de cultivo e nem condições climáticas para determinadas commodities – produtos primários como petróleo, laranja, arroz, café, etc. Assim, o Brasil participaria da economia mundial oferecendo um determinado tipo de mercadoria que está de acordo com sua vocalção natural, e compraria os que ele não produz de outras nações que possuem vocalção para esses produtos. A economia mundial seria entendida como um todo equilibrado em que os países participariam de acordo com suas vocalções e todos seriam beneficiados. As eventuais assimetrias, por exemplo entre países industrializados e com economia mais pujantes, e países predominantemente agrários e com economia pouco dinâmica, seriam explicadas por fatores quase exclusivamente naturais.

A segunda referência teórica entende a Divisão Internacional do Trabalho como não regulada pelo ordenamento natural, mas como um ordenamento constituído a partir de múltiplos fatores. Nessa referência teórica há duas ênfases que podem ser consideradas. A primeira ênfase recai nas relações internacionais que são orientadas por laços de dominação e dependência. Algumas nações podem



impor seus interesses a outras em função de seus poderes político-militar, financeiro e tecnológico. A segunda ênfase recai sobre o ordenamento interno de cada país, demonstrando como as elites nacionais se articulam para atender seus próprios interesses dentro de uma determinada estrutura produtiva, aliada ao desenvolvimento da economia mundial.

Não obstante as duas ênfases dadas à segunda referência teórica sobre a Divisão Internacional do Trabalho, há um elemento fundamental de convergência para pensar a questão do trabalho sobre essa ótica: a relação centro e periferia.

Os países centrais do capitalismo são aqueles que desenvolveram as relações capitalistas de produção em seu interior e expandiram essas relações sobre todo mundo em função dos laços de dominação que mantinha com os países periféricos. Os países centrais controlam os excedentes produzidos pelos diversos países que fazem parte da cadeia produtiva, bem como a produção e difusão de novas tecnologias (POCHMANN, 2004). Os países periféricos, por sua vez, se inserem de maneira subordinada e dependente na economia global.

Seguindo pelo caminho do desenvolvimento histórico do capitalismo, Pochmann identifica três fases da Divisão Internacional do Trabalho. A primeira fase se dá a partir da primeira Revolução Industrial e Tecnológica (1780 - 1820). Essa primeira fase é marcada pela combinação entre o poderio militar e a produção industrial. Nesse período, a Inglaterra assume a posição hegemônica na economia mundial. A divisão internacional do trabalho nesse período é marcada pela relação dicotômica entre os países centrais do capitalismo, que tem à frente a Inglaterra, que produziam bens industrializados, e os países periféricos que forneciam produtos primários como alimentos e matérias-primas para os países industrializados. A produção dos países periféricos era para atender as demandas dos países centrais do capitalismo. Pensando no caso brasileiro, Caio Prado Júnior (1970, 1999), afirma que o Brasil surgiu como nação na primeira fase do capitalismo, o mercantilismo, e toda economia brasileira foi desenvolvida para atender os interesses da metrópole. Assim, se desenvolveu a economia assentada sobre a cana-de-açúcar e se seguiram diversas outras monoculturas. Por trás de cada mudança de produto produzido no Brasil estava

o interesse da metrópole. Com a independência política do Brasil não se verificou a independência econômica, o país continuou a ter uma economia colonial, mas agora atendia os interesses da Inglaterra. Nenhum interesse houve no desenvolvimento de uma economia nacional. Quase todos os ganhos vinham, na segunda metade do século XIX, da venda de café para o mercado externo que era responsável por mais de 70% das exportações. Assim, ampliando o exemplo brasileiro para os demais países periféricos, o trabalho, nesses países, era quase todo no setor agrícola, ao passo que nos países centrais do capitalismo o trabalho era urbano e industrial, predominantemente. É importante ressaltar que, apesar da Inglaterra ser a força hegemônica do capitalismo mundial, outros países passaram pelo processo de industrialização no final do século XIX como Estados Unidos, Alemanha, França e Japão.

A segunda fase da Divisão Internacional do Trabalho foi ensejada pela crise de 1929 na bolsa de valores de Nova Iorque, no entanto,

**Na realidade, somente no segundo pós-guerra, com a formação do quadro da Guerra Fria e a polarização das relações internacionais entre EUA e URSS, é que ocorre não apenas a reconstrução da Europa e do Japão, mas a reformulação do próprio centro capitalista mundial, com a geração de um bloco de países semiperiféricos, engajados tanto na estratégia anti-sistêmica (economia centralmente planejada) quanto na estratégia pró-sistêmica (economia de mercado emergente). (POCHMANN, 2004, p. 27)**



A estratégia pró-sistêmica se apresentou como uma forma de expansão geográfica do padrão de industrialização norte-americano. Assim, no período entre as décadas de 1930 até o final de 1980, vários países periféricos começam um processo de industrialização parcial que esvaziou “as antigas potências coloniais como Reino Unido, França, Bélgica, Holanda e Portugal” (POCHMANN, 2004, p. 28). Os países são considerados semiperiféricos porque alçaram uma condição não apenas de produtores de bens primários, mas de alguns produtos industrializados aliado ao novo padrão de acumulação mundial trazido pelo fordismo e pela necessidade da internacionalização das necessidades de consumo de bens

produzidos nos países centrais do capitalismo. Os trabalhadores dos países semiperiféricos vão paulatinamente migrando do trabalho agrícola para o trabalho urbano industrial. Na segunda fase da Divisão Internacional do Trabalho, a relação centro/periferia se mantém, e as relações assimétricas de trabalho também. A industrialização tardia de alguns países periféricos não confere a mesma qualidade de trabalho a eles.

A terceira fase da Divisão Internacional do Trabalho está marcada pela passagem da acumulação fordista para a acumulação flexível. Essa fase é marcada pela globalização cultural, econômica e social e suas diferentes experiências no interior das nações capitalistas. Essa também é chamada de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), e isso será discutido a seguir.

### A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

Para Chesnais (1996), a expressão “mundialização” é muito mais nítida em termos conceituais para a economia do que globalização, não obstante o uso mais frequente é dado ao segundo termo. O termo “mundial” permite perceber que a economia está mundializada, que os interesses das grandes empresas e do grande capital invadem toda parte do globo com intensa liberdade. Liberdade de movimento, liberdade de exploração e liberdade para realizar sua autovalorização. A globalização entendida como mundialização do capital é:



A expressão das “forças de mercado”, por fim liberadas (pelo menos parcialmente, pois a grande tarefa da liberalização está longe de concluída) dos entraves nefastos erguidos durante meio século. De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital. (CHESNAIS, 1996, p. 25)

Chesnais afirma que era preciso liberar as forças do mercado dos entraves criados durante meio século. Esses entraves estão ligados diretamente ao pacto fordista, que redefiniu as funções do capital, do Estado e do trabalho. Assim, o capital cedeu em alguns pontos para encontrar no trabalho a predisposição necessária

para que a produção em massa pudesse ocorrer. A organização dos trabalhadores lutou por melhores salários e condições de trabalho menos degradante, mas em troca abriu mão de seu papel revolucionário e o Estado atuou como garantidor do bem-estar social. Com a crise de lucratividade dos anos 1970, o pacto fordista chega ao fim. Era necessário se libertar da rigidez do pacto para que o capital pudesse voltar a ter as taxas de lucratividade de outrora. Nesse sentido, a organização dos trabalhadores nos países centrais do capitalismo, bem como a alta intervenção do Estado na economia para garantir o bem-estar social, apareceriam como entraves para superação dessa crise.

Esses entraves começam a ser superados com a adoção de políticas neoliberais nos países centrais do capitalismo, e pela imposição dessas políticas aos países periféricos e semiperiféricos. Assim, o Estado, sob o arcabouço das políticas neoliberais, deve reduzir seu tamanho por meio de privatizações e terceirizações, bem como seu grau de interferência na economia. Nesse sentido, o Estado deve atuar como um promotor da competição do país em nível internacional e não como protetor da economia nacional (BRESSER-PEREIRA, 1997). A função do Estado passa ser construir políticas mais atrativas para o capital transnacional, como incentivos fiscais, flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas e abertura comercial. O Estado, em outras palavras, deve estar ciente das necessidades do capital e deve ser rápido na atuação de tornar-se atrativo ao mercado global.



### Assimile

O neoliberalismo, enquanto corrente de pensamento, surge no final da Segunda Guerra Mundial e foi uma reação teórica ao intervencionismo do Estado na economia. Em 1944, Friederich Hayek escreveu um texto, que ele mesmo denomina como manifesto, intitulado "*O Caminho da Servidão*". Para Hayek, a intervenção do Estado socialdemocrata, apesar de bem-intencionada, conduziria a humanidade a uma servidão moderna. Suas ideias não tiveram, na época, grande repercussão, pois o Estado de bem-estar social representava a possibilidade de reconstrução no pós-guerra e a economia experimentava grandes lucros. Com a chegada da crise de 1973, o modelo intervencionista de Estado começa a ser questionado e as ideias neoliberais passam a ganhar terreno.

Com a desregulamentação trazida pelas políticas neoliberais e os avanços tecnológicos, as grandes empresas mundiais puderam expandir sua produção de uma maneira organizacional nova. As novas tecnologias contribuíram para que a produção não precisasse ser feita em um único local. Assim, as empresas conseguiram expandir suas cadeias produtivas de uma forma completamente nova. A fragmentação do trabalho na cadeia produtiva, que se dava no interior das indústrias no período fordista, ampliou para uma fragmentação e dispersão da produção em empresas completamente distintas, em várias regiões do globo. A dispersão geográfica da produção se dá com as empresas multinacionais instalando unidades nos países periféricos em busca de vantagens comparativas. Isto é, baixos salários, isenção fiscal, desregulamentação ambiental, etc. Assim, os países que não se adaptarem a essas exigências não poderão atrair o capital internacional.



**A internacionalização da produção é a mais importante transformação subjacente ao surgimento da economia global. O processo produtivo incorpora componentes produzidos em vários locais diferentes, por diferentes empresas, e montados para atingir finalidades e mercados específicos em uma nova forma de produção e comercialização: produção em grande volume, flexível e sob encomenda. (DALL'ACQUA, 2003, p. 35)**

Esse processo produtivo impacta de maneira diferente nas diferentes localidades. Dall'Acqua (2003) aponta para uma reestruturação regional que leva as estruturas produtivas a ocuparem regiões novas e remodelar as antigas regiões que já participavam da ocupação capitalista do espaço.

Nos países centrais do capitalismo ocorre a diminuição do trabalho no setor industrial e, conseqüentemente, um desemprego estrutural, bem como a ampliação de modalidades flexíveis de trabalhadores. Essas modalidades envolvem trabalho temporário, autônomo, terceirizado ou subcontratado. Sob essas modalidades Harvey afirma:

Esses arranjos de empregos flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode, às vezes, ser mutuamente benéfica. Mas, os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo. (HARVEY, 2006, p. 144)



Assim, a tendência do mercado de trabalho sob a acumulação flexível é diminuir o número de trabalhadores centrais contratados e aumentar o número de trabalhadores flexíveis facilmente substituíveis e à disposição do capital sempre que necessário.



### Exemplificando

Richard Sennett escreve no final da década de 1990 um livro intitulado *"A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo"*. Nesse livro, ele trata da repercussão do trabalho no capitalismo flexível sobre o caráter dos indivíduos, este entendido como experiência emocional. Para construir sua obra, ele se valeu de dados econômico, narrativas históricas e teoria social, bem como da observação da vida diária. Em um dado momento, ele observa o trabalho em uma padaria. Na década de 1970, quando fez uma pesquisa sobre o trabalho nos Estados Unidos, ele observou que o trabalho na padaria era executado por pessoas que sentiam orgulho da sua profissão como padeiro: um ofício que envolve uma série de conhecimentos específicos. No final dos anos 1990, ele observava que não havia nenhum padeiro trabalhando nas grandes padarias. O trabalho havia sido todo informatizado, a farinha era misturada por uma máquina comandada por computadores, os fornos eram automatizados. Assim não havia nenhuma necessidade de um profissional com conhecimento em panificação para realizar o trabalho. Em um anúncio de jornal ele viu que aquela padaria iria contratar alguém para produção de pão e a única exigência era conhecer um determinado sistema operacional. Quando foi à padaria, ouviu de uma funcionária que ela era qualificada para qualquer trabalho, produzir pão, produzir charutos ou produzir carro, pois todos esses trabalhos não envolviam nenhum conhecimento específico, tão somente saber operar um computador. Assim, os avanços da informática sobre as atividades produtivas podem ser pensados como uma forma de desqualificação da força de trabalho.

O desemprego estrutural desarticula a organização dos trabalhadores nos países centrais do capitalismo que veem seus empregos migrando para outras partes do mundo. Inicia-se um ciclo de concorrência entre os trabalhadores do mundo.

Nos países semiperiféricos, ou novos países industrializados, há uma ampliação do trabalho assalariado e a heterogeneização da força de trabalho, sobretudo com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, as condições de trabalho que se criam nesses países não são parecidas com as condições de trabalho nos países centrais do capitalismo. Nesse sentido, alguns autores que se dedicaram a pensar a questão específicas dos países periféricos do capitalismo introduzem a noção de superexploração do trabalho.

A superexploração do trabalho precisa ser entendida à luz da teoria do valor de Marx aplicado à realidade dos países periféricos. A teoria do valor demonstra que o processo de valorização da mercadoria se dá pela extração de mais-valia. Quando a produção é dispersada pelo globo, a mais-valia extraída deve ser extraordinária, muito acima da mais-valia extraída nos países centrais do capitalismo. Porque, nos países periféricos, a mais-valia extraída deve dar conta de retorno de lucratividade para a burguesia local, bem como para o capital internacional. Assim, a superexploração do trabalho se dá



[...] em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre economias periférica e central, levando a mais-valia produzida na periferia a ser apropriada e acumulada no centro. Configura-se, assim, um capitalismo *sui generis* na periferia, justamente porque parte do excedente gerado nesses países é enviada para o centro – na forma de lucros, juros, patentes, royalties, deterioração em termos de troca, entre outros –, não sendo, portanto, realizada internamente. Então, os mecanismos de transferência de valor provocam, digamos assim, uma interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes que precisa ser completada – e, para tanto, mais excedente precisa ser gerado. Essa expropriação do valor só pode ser compensada e incrementada no próprio plano de produção – justamente através da superexploração –, e não no nível da relação de mercado,

por meio de desenvolvimento da capacidade produtiva. Em outras palavras, a apropriação de mais-valia de um capital por outro não pode ser compensada pela produção de mais-valia mediante a geração endógena de tecnologia pelo capital expropriado, estabelecendo-se, de maneira irrevogável, a necessidade de superexploração do trabalho. (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 90)

A superexploração do trabalho, nesse sentido, é resultado de um processo dialético de integração da periferia ao sistema capitalista mundial. Esse processo dialético envolve de um lado o desenvolvimento de relações de produção do moderno capitalismo associado a formas arcaicas de relações sociais.

### **Pesquise mais**

O tema da superexploração do trabalho é bastante explorado pela Teoria Marxista da Dependência que tem em Ruy Mauro Marini seu principal representante. Para compreensão dessa teoria e para o aprofundamento sobre a superexploração do trabalho, sugerimos a leitura do capítulo 2, intitulado "O conceito de superexploração do trabalho e a dialética da dependência de Ruy Mauro Marini", que se encontra no livro:

SANTANA, Pedro Marques de. Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo. Brasília : Ipea : ABET, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/BC12hb>>. Acesso em: 1 de Dez. 2017.

Com o avanço da organização flexível do trabalho e das linhas de produção enxutas ensejadas pela acumulação flexível, os países periféricos também experimentaram, a partir dos anos de 1990, o crescente desemprego estrutural e a ampliação de diversas formas de subcontratação e, por conseguinte, de trabalho informal.

Em termos gerais, entende-se trabalho informal como trabalho não-protégido, ou seja, não assegurado por leis que regulamentam as relações de trabalho. Para Ramos (2002), o crescimento do setor informal no Brasil se deu a partir do início dos anos 1990 como resultado do aumento da diminuição de empregos no setor industrial, em virtude das novas tecnologias aplicadas à produção, e o aumento das terceirizações que contribuiu para o crescimento



do setor de serviços. O setor de serviço, segundo dados levantados pelo autor, possui uma tendência maior à informalidade, sobretudo, em virtude do caráter intermitente do trabalho.



### Refleta

Uma vez que diversas políticas brasileiras estiveram voltadas para a formalização do trabalho informal, via criação do microempreendedor individual (MEI) ou "pejotização", é possível afirmar que houve uma melhoria nas condições de trabalho dessa população?

No entanto, é importante ressaltar que o trabalho informal não se constitui como uma negação da reprodução capitalista, mas como característica intrínseca a esse modo de produção e sua forma de controle sociometabólico. Os trabalhadores informais, quando pensado no proletariado urbano, estão diretamente ligados ao exército de reserva e a população flutuante. As novas organizações do trabalho remetem um número cada vez maior de trabalhadores para essa condição, passando a integrar uma situação de permanente desemprego para, em nome da flexibilidade, garantir os fluxos constante de força de trabalho quando necessário para o capital. A diminuição, nos anos 2000, do trabalho informal no Brasil não é resultado direto do aumento do trabalho com carteira assinada, mas sim da flexibilização das formas de subcontratação e incorporação legal de trabalhos até então desregulamentado, que encontram no microempreendedor individual sua expressão fenomênica mais acabada.

Os novos modelos flexíveis e enxutos, que emergiram nos últimos 30 anos do século XX, ensejaram um novo padrão de acumulação capitalista com base em uma nova divisão internacional do trabalho, repercutindo em uma ampliação da classe que vive da venda de seu próprio trabalho, mas diminuindo os laços formais e legais entre essa classe e as empresas que compram a sua força de trabalho. As transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo atingiram essa classe de forma objetiva, na precarização do trabalho, bem como de forma subjetiva, pois não se reconhecem como trabalhadores, mas como empreendedores que devem colocar seus esforços para se tornarem mais aptos ao capital.

As forças produtivas desenvolvidas pela burguesia chegaram a tal ponto que as crises existentes na sociedade não são mais crise de falta de produto, mas crises de superprodução. A superprodução, o excesso de meios de subsistência solapa as relações burguesas. Para Marx e Engels (2007), a burguesia supera essas crises de duas formas: a primeira é destruindo uma grande quantidade de forças produtivas e a segunda é pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. Portanto, a burguesia só pode existir sob a condição de sua eterna expansão.

O capitalismo não é um sistema que tende ao equilíbrio, mas à contradição em processo, uma vez que faz do trabalho a única medida do valor, ao mesmo tempo que, pelo avanço tecnocientífico, diminui a necessidade de trabalho vivo para produção de mercadoria. Assim, de tempos em tempos, irrompem crises, e essas crises nunca são de escassez, mas de superprodução. A cada crise, novas formas de regulação surgem, e tudo muda para que continue o mesmo.

Para a crise que se abateu sobre a acumulação fordista, novas estratégias foram elaboradas e colocadas em práticas para a continuidade da extração de mais-valia. Essas estratégias envolveram a flexibilização da produção e das leis que regulamentam o trabalho, bem como a deslocalização da produção. Essas mudanças ocorrem tendo como pano de fundo a mudança das funções do Estado que, durante a vigência do pacto fordista era visto como o agente que garantiria o bem-estar social dos trabalhadores, e agora deve atuar como promotor da competição do país em nível internacional. Concorrer com outros países implica em tornar o país mais atrativo para o capital internacional oferecendo baixos salários, isenção fiscal, desregulamentação ambiental, etc. Assim, as empresas puderam espalhar sua produção pelo globo atrás de melhores taxas de lucratividade. Nessas localidades mais atrativas se pratica a superexploração do trabalho, ou seja, aumenta-se ao máximo possível a extração da mais-valia. Essa tática impacta tanto nos trabalhadores dos países centrais do capitalismo quanto dos países periféricos. A fase mais evidente dessa estratégia é o aumento do desemprego estrutural e a várias formas de subcontratação.

Portanto, a redução do trabalho de Gabriel é a solução encontrada pelos países centrais do capitalismo para aumentar a lucratividade. O trabalho oferecido nos países periféricos é mais barato do que aqueles presentes nos países centrais do capitalismo. Uma vez que o trabalho pode ser realizado em qualquer parte do globo, em virtude do uso intensivo de tecnologia, as empresas buscaram as localidades mais suscetíveis à superexploração da força de trabalho, mesmo de trabalhos tecnicamente mais qualificados. O futuro do trabalho para Gabriel é incerto, ele deve se ajustar às necessidades do mercado. O trabalho autônomo é uma forma de flexibilização do trabalho em que o indivíduo que vive da venda de seu trabalho deve ficar à disposição do capital. Essa condição atinge a objetividade do trabalhador, que vê suas condições materiais de vida diminuírem, bem como sua subjetividade, o seu ser, pois aumenta-se a dependência do trabalhador em relação ao capital.

### Faça valer a pena

**1.** Seguindo pelo caminho do desenvolvimento histórico do capitalismo, Pochmann (2004) identifica três fases da Divisão Internacional do Trabalho, sabendo disso analise as colunas abaixo:

1. Primeira fase da Divisão Internacional do trabalho;	d. Mundialização do capital aliados às políticas neoliberais e o avanço tecnológico;
2. Segunda fase da Divisão Internacional do trabalho;	e. Inicia-se entre os anos 1780-1820
3. Terceira fase da Divisão Internacional do trabalho;	f. Reformulação do capitalismo mundial no pós-Segunda Guerra mundial

Assinale a alternativa que associa corretamente as fases da Divisão Internacional do Trabalho com suas correspondentes características.

- a) 1 – a; 2 – b; 3 – c.
- b) 1 – b; 2 – c; 3 – a.
- c) 1 – c; 2 – a; 3 – b.
- d) 1 – b; 2 – a; 3 – c.
- e) 1 – a; 2 – c; 3 – b.

**2.** A mundialização do capital marca a atual fase do sistema capitalista, na qual este modo de produção adquire um caráter hegemônico em todo o planeta. Sabendo disso, analise as afirmações abaixo:

- I. ( ) Fragmentação e pulverização do processo produtivo.
- II. ( ) Alta volatilidade no capital e transformações nas relações de comércio.
- III. ( ) Diminuição das transações financeiras, bem como o impedimento de técnico-legal para a movimentação de capital.

Assumindo (V) para verdadeiro e (F) para falso em relação as consequências do processo de globalização, assinale a alternativa com a sequência correta.

- a) V – V – V.
- b) F – V – V.
- c) F – F – V.
- d) F – F – F.
- e) V – V – F.

**3.** A superexploração do trabalho se dá nos países periféricos do capitalismo. Essa superexploração envolve a extração extrema de mais-valia. A extração extrema de mais-valia ocorre porque a exploração do trabalho nos países periféricos deve dar conta de oferecer retornos para o capital estrangeiro que assola os países periféricos, bem como dar retornos à burguesia desses países que atuam controlando as empresas e o trabalho. Portanto, parte do excedente gerado nos países periféricos do capitalismo é enviada para os países centrais do capitalismo – na forma de lucros, juros, patentes, royalties, deterioração em termos de troca, entre outros –, não sendo, portanto, apropriada integralmente pela burguesia local.

A partir do conceito de superexploração do trabalho pode-se inferir:

- a) que a burguesia nacional dos países periféricos, mesmo após a industrialização, tornou-se sócia minoritária do capital transnacional.
- b) que as burguesias dos países centrais do capitalismo atuavam para que os países subdesenvolvidos superassem essa condição socioeconômica.
- c) que os trabalhadores dos países centrais do capitalismo não eram explorados e isso só acontecia nos países periféricos.
- d) que os países do bloco socialista atuavam da mesma forma que os países do bloco capitalista e que a exploração era maior no socialismo.
- e) que o subdesenvolvimento só poderia ser superado se os países periféricos se integrassem cada vez mais ao capitalismo internacional.

## Seção 3.3

### Trabalho precário

#### Diálogo aberto

A Sociologia do Trabalho tem como uma de suas principais preocupações discutir a precarização do trabalho. O termo precário significa que algo está em falta, que não é suficiente para atender as demandas. Assim, a precarização do trabalho significa a piora das condições de trabalho como um todo, e podem envolver: salários baixos, condições degradantes de trabalho, desproteção social, falta de amparo legal para que o trabalhador busque os seus direitos, etc. O capitalismo se caracteriza por um movimento constante de precarização do trabalho para redução de seus custos na produção. Portanto, todo movimento do capital em busca de lucratividade e aumento da extração de mais-valia implica em um movimento de piora das condições de trabalho para o trabalhador. É evidente que alguns ramos de atividades demoram mais para ser precarizados. Mas enquanto lógica intrínseca do movimento de expansão capitalista, a precarização atinge todos os tipos de trabalho de maneira diferente. Nesta seção, serão priorizadas algumas formas de precarização do trabalho dentro do capitalismo, a saber: o trabalho doméstico, o trabalho de menores de idade, o trabalho escravo e o trabalho intermitente. Algumas dessas formas de trabalho são encontradas em diversos outros modos de produção, mas sob capitalismo ganham uma característica fundamental, atuam para a valorização do capital e para a reprodução de sua lógica.

Para analisar a precarização do trabalho, pode-se partir de diversas análises e de diversas realidades. A discussão presente nesta unidade busca o debate por meio das atividades exercidas por Gabriel, que é um programador de software que vive nos Estados Unidos. Gabriel tem vivenciado a diminuição de suas atividades profissionais que estão sendo terceirizadas para diversos países em desenvolvimento e isso já o fez questionar a lógica do sistema. Agora, Gabriel está em casa e conversa um pouco com Maria. Maria trabalha como empregada doméstica em algumas residências nos Estados Unidos,

mas ela é estrangeira. Na conversa, Gabriel pergunta a Maria as razões de ela ter preferido trabalhar como empregada doméstica em outro país do que trabalhar em seu próprio. Maria responde que teve uma vida bastante dura, começou a trabalhar aos 12 anos de idade para ajudar na casa de seus pais. Com muito custo concluiu o ensino médio, mas não tinha condição de fazer um curso superior, além disso havia poucas oportunidades de trabalho perto da região onde morava. Ela conhecia muita gente que trabalhava por alimento ou por moradia. Assim, trabalhar como empregada doméstica nos Estados Unidos parecia ser mais rentável pelas possibilidades de ganho que ela teria e pelas condições de vida que, para ela, são melhores no país onde trabalha do que em seu país de origem. Gabriel continuou a conversar com ela sobre as condições de vida no país de origem e, depois da conversa, diversas questões ficaram em sua cabeça. Primeiro, Gabriel começou a perceber que, ao seu entorno, diversas casas tinham como empregadas domésticas mulheres estrangeiras. Por que será que prevaleciam essas características? Ainda chocado com a história de Maria sobre ter começado a trabalhar com 12 anos de idade, ele se pergunta: por que as famílias submetem as crianças a esse tipo de situação? Pensando nas condições sociais do país de Maria, ele se questionava, como alguém pode se empregar apenas pela comida? Isso parece trabalho escravo, mas esse tipo de trabalho não acabou?

Vamos tentar ajudar Gabriel a responder todas essas perguntas e assim tomar consciência de uma realidade de trabalho cada vez mais presente: a precarização.

## Não pode faltar

### TRABALHO DOMÉSTICO

O IBGE (2017) classifica o trabalhador doméstico como sendo aquele que presta um serviço doméstico remunerado em unidade domiciliares. Entre os tipos de serviços domésticos os mais comuns são: empregada doméstica, faxineira, diarista, babá, cozinheira, lavadeira, passadeira, arrumadeira, acompanhante de idoso, acompanhante de doente, acompanhante de crianças à escola, etc. No entanto, o estudo sobre o trabalho doméstico deve levar em conta não somente as atividades remuneradas, mas também as que

são desenvolvidas de maneira não remunerada, uma vez que essas atividades, apesar de não fazerem parte da estatística do trabalhador doméstico, são importantes para compreender a reprodução do modo de produção capitalista. A reprodução do modo de produção capitalista depende também da reprodução de força de trabalho, ou seja, de trabalhadores aptos para exercerem as atividades na fábrica. Essa reprodução envolve um lugar para morar, alimentação e outras coisas, que são realizadas pelo trabalho doméstico.

O trabalho doméstico é, antes de tudo, trabalho, pois envolve o dispêndio de energia, tempo, habilidades físicas e mentais com vistas à criação de algo útil, a reprodução da vida. Portanto, o trabalho doméstico produz valor de uso. Esse valor pode não ser algo tangível, ou seja, não é a construção de um objeto útil, mas pode ser um serviço como por exemplo os trabalhos relacionados ao cuidado de crianças e idosos, mas sem dúvida é indispensável para a reprodução do indivíduo, nesse sentido, é indispensável para a reprodução da força de trabalho (MOTTA, 1992). Por produzir valores de uso e não valores e troca, durante muito tempo o trabalho doméstico esteve fora das análises sobre o trabalho de cunho marxista, pois a discussão estava centrada sobre a análise do trabalho produtivo, ou seja, trabalho que se pode extrair mais-valia, e não sobre o trabalho improdutivo, isto é, trabalho que não se pode extrair mais-valia.

Saffioti (1978) afirma que o trabalho doméstico, no modo de produção capitalista, pode ser caracterizado de duas formas distintas, a saber: como atividade capitalista e como atividade não capitalista. A atividade doméstica como atividade não capitalista se dá quando este é executado no interior das residências particulares de forma assalariada ou não. Ele é considerado não capitalista porque não se insere na lógica produtiva e nem nas relações tipicamente capitalistas no sentido de um trabalho que atua para a valorização do capital, ou seja, como trabalho produtivo. Porém, quando a atividade doméstica é exercida em um hotel, ou bar, ou seja, possui um caráter público e atua para valorização do capital, ele é considerado uma atividade capitalista.

No modo de produção capitalista há uma coexistência dinâmica e integrada de atividades capitalistas e não capitalistas. Dinâmica porque não são posições fixas, podendo a força de trabalho se

deslocar das funções econômicas não capitalistas para atividades nos moldes capitalistas e vice-versa. Integrada porque essa dinâmica atende as demandas capitalistas e não as demandas dos indivíduos. Assim, há uma dinâmica que leva parte da força de trabalho que estava em atividades não capitalistas para atividades capitalista em momentos de expansão econômica e o movimento inverso se percebe em momentos de retração do sistema produtivo.

O trabalho doméstico assalariado pode ser exercido por homens e mulheres, mas predominantemente é a força de trabalho feminina que exerce essa atividade. No caso brasileiro, especificamente, a força de trabalho ligada ao trabalho doméstico tem uma composição bem peculiar: do total do contingente envolvido com trabalho doméstico 92% são mulheres, sendo que 62% são negras e pardas com pouca escolaridade. (INACIO, COSTA, 2017). O trabalho doméstico é exercido em grande parte como uma atividade informal, ou seja, sem nenhum contrato de trabalho formal. Barbosa (2013) afirma que em 2008 estimava-se que 70% das mulheres que exerciam trabalho doméstico remunerado estavam na informalidade, portanto, sem nenhum direito à seguridade social. Assim, se percebe o caráter precário do trabalho doméstico.

O entendimento de que o trabalho doméstico é um trabalho especificamente feminino é importante para compreender com maior clareza o tipo de dominação que as mulheres sofrem na sociedade capitalista (FERRREIRA, 1981). Uma discussão que até o início dos anos 1970 não era realizada com grande intensidade nos círculos marxistas, por dois motivos: 1º as discussões estavam apoiadas nas relações capital-trabalho e na posse privada dos meios de produção, portanto a grande questão a ser debatida era o antagonismo das classes sociais e não as contradições no interior dessas classes; 2º a aceitação da justificativa natural da desigualdade entre homens e mulheres, a justificativa biológica de que as mulheres, por conta da maternidade, eram mais afeitas ao trabalho como o cuidado da casa e da família foram amplamente difundidas e aceitas. (ALAMBERT, 1986; FERREIRA, 1981). Assim, a análise do trabalho doméstico passa por uma complexa teia de significados que envolve pensar a "naturalização" de trabalhos que foram definidos como tipicamente femininos e a subordinação da mulher na sociedade contemporânea.



A gratuidade e o afeto são características centrais para analisarmos a invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico, à medida que as tarefas são realizadas como se fossem para as pessoas mais amadas, os familiares, sem exigir nada em troca, com altruísmo, amor e benevolência. Uma exploração sutil do trabalho das mulheres relacionada à construção social de gênero da sociedade, características presentes no trabalho remunerado ou não remunerado. (BARBOSA, 2013, p. 66)



Como o trabalho doméstico sempre foi entendido como um trabalho não produtivo, ou não capitalista, há uma desvalorização desse tipo de trabalho ao mesmo tempo que há uma invisibilidade desse tipo de atividade não só no cotidiano, mas também em diversos estudos sobre o trabalho.



#### Assimile

O feminismo é um movimento social e político que existe desde o século XIX e que busca conquistar acesso a direitos iguais entre homens e mulheres. Há uma forte crítica do movimento feminista aos teóricos do marxismo porque suas análises se centram nas lutas de classe e as desigualdades de gênero não aparecem em grande parte de seus estudos, ou quando aparecem eles indicam um protagonismo individual mascarando a atuação dos coletivos feministas.

A invisibilidade e a desvalorização de um trabalho tipicamente feminino por vezes são discutidas sob o prisma da dupla jornada de trabalho que as mulheres exercem. Ou seja, muitas mulheres exercem atividades no ramo produtivo e também na esfera da reprodução, no entanto, essas discussões são, por vezes, periféricas, pois não tratam das relações sociais que relegam as mulheres à condição de subalternidade e negam a elas a cidadania e como se perpetuam as desigualdades sociais.

O trabalho doméstico envolve ainda algumas outras discussões extremamente pertinentes.

Apesar de não ser o foco desse debate tratar das relações de gênero no trabalho doméstico, e em todas as outras atividades

econômicas, é importante ressaltar que há um enorme campo de pesquisa a ser explorado sobre essa temática.



### Pesquise mais

Para se aprofundar mais sobre o debate do trabalho doméstico no capitalismo e a luta das mulheres pelo acesso aos direitos iguais, sugerimos a leitura do seguinte artigo:

FERREIRA, Virginia. *Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo*. In.: Revista crítica de Ciências Sociais, nº 6 maio 1981. Disponível em: <<https://goo.gl/WPykNA>>. Acesso em: 11 de Dez. 2017.

## TRABALHO DE MENORES DE IDADE

O trabalho de crianças não é uma invenção recente, ele pode ser percebido em diferentes modos de produção. No entanto, o interesse desse debate não se centra na recuperação da exploração do trabalho de menores de idade em todos os modos de produção que já existiram, mas analisa-lo dentro do modo de produção capitalista. Para compreensão do trabalho de menores de idade nesse contexto, torna-se necessário retomar as análises de Marx no século XIX.

À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico, dentro de limites decentes e para a própria família (MARX, 2013, p. 575).



A utilização da força de trabalho de mulheres e crianças atua para a diminuição do valor da força de trabalho em geral, pois o valor da

força de trabalho é determinado pelo necessário que o trabalhador deve receber para a sua reprodução. Uma vez que esse valor pode ser dividido entre todos os membros da família, o valor individual da força de trabalho é reduzido. Na Inglaterra do século XIX, o trabalho de crianças passa a ser regulado pela Factory Act de 1833, que prescrevia que as crianças menores de 13 anos não poderiam trabalhar mais que 6 horas por dia. No entanto, sua aplicação nem sempre era efetiva, pois as regulamentações passavam pela aprovação de um Inspector Factory. Assim, Marx (2013) cita um anúncio de jornal em que ficava evidente a tentativa de burlar a regulamentação. Nesse anúncio, se procurava por crianças que aparentavam ter mais de 13 anos para jornadas de trabalho de 12 horas. Aparentar ter mais de 13 anos era fundamental para que o Inspector Factory desse o certificado de idade e o trabalho atendesse à regulamentação. Kassouf (2007) afirma que o censo inglês de 1861 mostrava que 37% dos meninos e 21% das meninas entre 10 e 14 anos trabalhavam. No caso das meninas precisamos entender que esse número se refere exclusivamente ao trabalho produtivo, pois como foi discutido anteriormente, essas meninas deveriam realizar o trabalho doméstico no interior de suas casas, com o ingresso de um número maior de mulheres no trabalho produtivo o trabalho de reprodução ficava também sob responsabilidades dessas meninas.

O que fica patente das afirmações feitas sobre o capitalismo do século XIX é que o trabalho de crianças e adolescentes não é resultado da vontade familiar e nem das determinações culturais, mas é resultado das relações capitalistas de produção (SILVA, 1999).

Quando se observa as transformações ocorridas no capitalismo do século XX, sobretudo nos últimos 20 anos desse século, se percebe o quadro de um complexo industrial de base informática se erguendo, que aumenta a capacidade produtiva com a diminuição da necessidade de trabalho vivo. Assim, vive-se um paradoxo da extrema riqueza da produção com o aumento dos bolsões de pobreza, de desemprego estrutural, de subempregos e trabalho informal. Não obstante as legislações de proteção à criança e ao adolescente que avançaram em diferentes partes do mundo, o trabalho infantil continua sendo uma realidade em diversos países, segundo Silva:



A exploração do trabalho infanto-juvenil é mais presente no setor informal, onde se encontram empresas não registradas, subcapitalizadas, terceirizadas e dependentes de mercados instáveis ou sazonais, existentes em grande número nas zonas urbanas e rurais dos países em desenvolvimento. Esta mão de obra pode ser mais facilmente admitida do que a dos trabalhadores adultos, pode ser remunerada com menos de um salário mínimo, sem pagar os direitos trabalhistas, não tem representação sindical e, ainda, a clandestinidade protege aqueles que a empregam. Ele está presente mais nos países do capitalismo periférico, mas também nos países ricos entre as classes pobres. (SILVA, 1999, p. 3)

Assim, nos países periféricos e semiperiféricos do capitalismo, a superexploração do trabalho de menores de idade, tal como a superexploração de todos os trabalhadores, se articula com os processos de fragmentação e terceirização das cadeias produtivas, bem como com os ajustes do Estado para criação de políticas mais atrativas para o capital internacional, e com a pauperização das famílias.

Os estudos sobre o trabalho infantil devem articular alguns elementos para a sua compreensão: 1º pobreza – como afirmado, a pauperização dos núcleos familiares impõem necessidade que não só os adultos trabalhem, mas também os menores de idade. Parcelas consideráveis da população estão submetidas a situações de risco em que o trabalho de menores de idade compõem uma fonte de renda importante para eles; 2º estrutura do mercado de trabalho – que se apropria dessa força de trabalho que é muito mais barata que a de um adulto; 3º falta de políticas de proteção social adequadas e de maiores abrangências – os custos básicos da vida devem ser supridos de alguma forma. Na ausência de políticas adequadas, vê-se a necessidade de inserir todos os membros da família em trabalhos remunerados, mesmo que precários, para arcar com esses custos; 4º evasão escolar – consequência da necessidade da venda da força de trabalho de crianças e adolescentes para sanar os pontos anteriormente citados. Sobre a evasão escolar é interessante perceber que os dados do IBGE do censo de 2010 apontam que 2.693.828 crianças entre 6 e 17 anos estavam fora da escola (incluindo ensino

fundamental e médio), e os dados PNAD 2015 o trabalho infantil atingia 2.671.893 pessoas entre 5 e 17 anos. Assim, se percebe um número quase semelhante entre menores de idade trabalhando e menores de idade fora da escola, mas o estar fora da escola deve ser visto como consequência do trabalho infantil e não como causa, a causa de fato deve ser buscada nas condicionantes sociais da vida.



### Pesquise mais

Sobre o trabalho infantil na sociedade capitalista sugerimos a leitura do artigo

SILVA, Francisco Carlos Lopes da. O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista. Educar em revista, Curitiba, n. 15, p. 1-10, Dez. 1999. Disponível em: <[http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos\\_15/lopes\\_da\\_silva.pdf](http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_15/lopes_da_silva.pdf)>. Acesso em: 11 de Dez. 2017.

O trabalho infantil é uma temática que envolve diversas discussões e diversas abordagens. A sociologia do trabalho deve estar atenta aos dados e às discussões sobre essa temática, pois envolvem também a própria reprodução das desigualdades sociais.

## TRABALHO ESCRAVO

Falar sobre trabalho escravo no modo de produção capitalista parece, à primeira vista, algo despropositado, pois o capitalismo tem por base o trabalho livre. Mas uma análise mais próxima deixa transparecer que esse tema ainda é pertinente e capaz de ser discutido nos dias atuais. No entanto, falar de trabalho escravo nos dias atuais não remete a pensar na escravidão que foi praticada na antiguidade, ou ainda na escravidão praticada a partir do século XVI, com a exploração comercial de diversas colônias pelos países europeus, mas compreender sua configuração atual.



### Exemplificando

Segundo Caio Prado Júnior (1970; 1999) a atual estrutura econômica brasileira deve ser compreendida a partir da constituição do Brasil como nação. Para esse autor, a formação do Brasil contemporâneo começa no período de expansão comercial da Europa, século

XVI, e o sentido da colonização é oferecer produtos baratos para o enriquecimento dos exploradores. Nesse sentido, o que se organiza na ocupação do território brasileiro é uma enorme empresa colonial com vistas a atender o comércio externo. Para a realização dessa atividade era preciso de mão de obra que era escassa em Portugal. Assim, a saída foi a escravização, primeiramente dos povos indígenas e, depois, dos negros trazidos da África. Como o interesse não era desenvolver nenhum tipo de colonização para habitação e conquista do território, mas tão somente explorar comercialmente os produtos da terra, a utilização da mão de obra escrava era uma saída barata que não afetava os interesses das nações exploradoras. Assim, se perpetua no Brasil a coexistência de uma moderna empresa agroexportadora nos moldes capitalistas com um tipo arcaico de trabalho que parece ser a antítese do próprio capitalismo. Essa realidade irá perdurar no Brasil, oficialmente, até fins do século XIX e irá marcar profundamente diversas relações de trabalho no país. Para Caio Prado Júnior o sentido da colonização continua no Brasil moderno: não há uma nação ocupando o território nacional, mas a dominação econômica faz com que país ainda produza exclusivamente segunda a vontade de outros países e o projeto de uma nação autônoma fique em segundo plano. Nesse sentido, é possível falar que a dependência brasileira é o mais forte motivo para o subdesenvolvimento do país.

Na atualidade há uma denominação oficial para tratar do trabalho escravo, ou trabalho análogo ao trabalho escravo, que é “trabalho forçado ou obrigatório”. Essa nomenclatura passa a vigorar quando a Organização Internacional do Trabalho (2010, SÜSSEKIND, 1998) promulgou, em 1930, a convenção 29 sobre o trabalho forçado ou obrigatório. Nessa convenção, no artigo 2, o trabalho forçado ou obrigatório é definido como “todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade” (OIT, Art. 2, convenção 29, 1930, [s.p.]).

Apesar de afirmar que o trabalho forçado ou obrigatório é aquele que o trabalhador não se ofereceu de espontânea vontade, alguns autores (NETO, 2014; MELO, 2009; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO, 2010) afirmam que pode haver caso em que o trabalhador se ofereceu voluntariamente para um trabalho e as condições a qual esse funcionário esteve sujeito podem vir a caracterizar o trabalho forçado ou obrigatório.

No Brasil o termo utilizado é “trabalho escravo” até para categorização dessa atividade dentro de uma legislação que possa combatê-lo. Assim,

A categoria “trabalho escravo”, atualmente utilizada no país, refere-se à escravidão contemporânea e guarda inúmeras diferenças com formas anteriores de escravidão. Essas eram legais, tinham longa duração e, em alguns casos, como a escravidão africana nas Américas, passavam de uma geração para outra. A escravidão contemporânea, por sua vez, é de curta duração; a pessoa é tratada como se fosse mercadoria; há um poder total exercido sobre a vítima, ainda que temporariamente; a maioria esmagadora das vítimas é migrante de estados distantes das fazendas onde são exploradas e tem idade superior a 16 anos. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2010, p. 40)

Há ainda outras características que podem diferenciar o trabalho escravo antigo das atuais práticas de escravidão. Assim, a atual é: 1º legalmente proibida; 2º com baixo custo da força de trabalho, gastando-se muitas vezes apenas com o transporte; 3º os lucros obtidos com a escravidão são altos; 4º a força de trabalho é descartável, uma vez que existe um grande contingente de trabalhadores sujeitos à condição de miserabilidade; 5º o trabalho é exercido por curtos períodos, acabada uma determinada atividade a força de trabalho é descartada; 6º não se assenta em diferenças étnicas, mas nas diferenças sociais, assim a condição de pobreza é um elemento relevante para sujeição da força de trabalho; 7º a manutenção da ordem se dá por ameaças, violência psicológica, coerção física, coerção econômica – dívidas supostamente contraída pelos trabalhadores, a mais comum são as dívidas pelo transporte segundo a qual o trabalhador deve trabalhar até pagar as despesas para o seu transporte até o local de trabalho, ou a dívida pela alimentação pela qual o trabalho é exercido, em muitos casos, em localidades distantes de centros urbanos e as refeições são vendidas para os trabalhadores pelos patrões por preços altíssimos, ou ainda a dívida pela moradia, quando, mesmo sendo moradias precárias, os valores cobrados são extremamente altos. Os trabalhadores contraem essas dívidas e os valores acordados pelo seu trabalho jamais são suficientes para cobrir

suas despesas, assim, o trabalhador fica sujeitado a trabalhar para o patrão (OLIVEIRA; GERMAN; SAMPAIO, 2012).

Assim, pelas características do trabalho escravo na contemporaneidade, é preciso compreender que suas práticas estão inseridas dentro de contextos sociais que possibilitam essa atividade. Entre esses contextos, destacam-se a pobreza extrema, gerada socialmente pelas formas de exploração capitalista do espaço, a falta de oportunidade de trabalhos em determinadas regiões que criam bolsões de pobreza, e a ineficácia do Estado em garantir a fiscalização do trabalho.

Cabe ainda registrar que relacionar "as formas violentas de exploração da força de trabalho como práticas "abusivas" de agentes e setores "atrasados" do "capitalismo selvagem" é renunciar a vê-las como relações constitutivas das situações sociais em que se inserem." (ESTERCI, 2008, p. 59). Pois muitos setores que utilizam o trabalho escravo fazem parte da cadeia produtiva de grandes empresas, assim, por exemplo, Leão e Vasconcellos afirmam que



na cadeia produtiva do aço brasileiro, pode-se verificar a existência de trabalho análogo à escravidão em carvoarias da selva amazônica, ligadas a grandes siderúrgicas nacionais que, contraditoriamente, possuem certificação de qualidade internacional.

Outra investigação que envolveu organizações não governamentais, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelou cadeias produtivas de mercadorias brasileiras produzidas com esse mesmo tipo de trabalho. Foram identificados problemas em várias cadeias, como pecuária bovina, carvão vegetal, soja, algodão, madeira, milho, arroz, feijão, frutas, batata, cana-de-açúcar, entre outras. (LEÃO; VASCONCELLOS, 2013, p. 108/109)

O trabalho escravo no Brasil atinge principalmente a área rural, mas está presente também em alguns trabalhos tipicamente urbanos, como no caso das confecções de roupa. A erradicação do trabalho escravo é um dos objetivos traçados pela OIT e o governo brasileiro se destacou nessa área ao firmar um acordo de cooperação com esse organismo para erradicação do trabalho escravo em seu



território (SAKAMOTO, 2006). No ano de 2017, no entanto, o governo brasileiro promulgou a portaria 1.129/2017 que altera as regras para a caracterização do trabalho escravo. Essa alteração foi entendida, pela Organização Internacional do Trabalho, como um retrocesso do país na luta contra o trabalho escravo, pois a portaria dificulta a tipificação do trabalho escravo e facilita a impunidade dos que praticam esse ato (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2017).

## TRABALHO INTERMITENTE.

A palavra intermitente significa algo que não é continuado. Aplicada ao trabalho, significa que o trabalho não é feito rotineiramente, e, por essa razão, não gera uma renda fixa. O trabalho intermitente, ou não continuado, sempre foi utilizado como forma do trabalhador conseguir a manutenção da sua própria vida em tempos de desemprego. Por vezes, esse tipo de trabalho foi chamado de “bico” ou de “biscate”.

Esse tipo de atividade, geralmente não ligada diretamente ao trabalho de grandes empresas, serviu para manter um exército de desempregados que, precariamente, mantém suas vidas por meio de uma renda instável, mas que estão sempre à disposição das empresas capitalistas quando a prosperidade econômica impõe a necessidade de contratação de pessoal. Assim, há duas funções significativas nesse exército de desempregados para o capitalismo: a primeira função é manter a pressão sobre aqueles que se encontram formalmente contratados, a pressão é tanto salarial, ou seja, atua para que os salários permaneçam baixos, mas também uma pressão contra possíveis reivindicações dos trabalhadores; a segunda função é a de manter, permanentemente um grande número de homens e mulheres dispostos a assumir postos de trabalhos para aumentar a produção da empresa.



Reflita

Quais são as vantagens para o trabalhador de se regulamentar um tipo de atividade que é considerado informal e precário?

Com a reestruturação produtiva a partir dos anos 1970, em que as empresas passaram a contar com um número mínimo de trabalhadores permanentes, houve um aumento do desemprego

estrutural em todo o mundo. No entanto, as formas flexíveis de produção precisavam dispor de trabalhadores igualmente flexíveis em seus direitos para que a produção pudesse ser realizada da maneira mais enxuta possível. Assim, diversos países passaram a regulamentar diversos tipos de contratação da força de trabalho que até então eram consideradas irregulares. A Inglaterra, por exemplo, adotou o contrato de zero hora. Nesse regime de contratação, o trabalhador recebe pelas horas em que exerce a sua função, sem direito a indenizações ao término do período contrato ou mesmo de benefícios sociais. Segundo o Dieese:



A experiência inglesa com o contrato de zero hora não é das mais positivas. Segundo os críticos da iniciativa, o contrato é utilizado pelos empregadores para fugir das obrigações legais trabalhistas do contrato regular e também para maior controle sobre o trabalho. No Reino Unido, segundo pesquisa, cerca de 900 mil (2,5% da PEA) pessoas estão submetidas a esse tipo de contrato, a maioria, mulheres e estudantes, com idades inferiores a 25 anos e superiores a 65. O setor de serviços, lazer, hospitalidade, cuidados pessoais são os que mais utilizam esse tipo de contrato. (DIEESE, 2017, p. 6)

Esse tipo de contrato atinge, na Inglaterra, a força de trabalho ingressante no mercado de trabalho, menores de 25 anos, e aqueles que têm mais idade. A experiência inglesa mostra que esse tipo de trabalho não se dá apenas em momentos de gargalos da produção, mas é exercido regularmente como forma de diminuir os custos com os trabalhadores. Essa prática traz instabilidade para vida daqueles que estão sujeitos a ela. Por essa razão, o Dieese afirma que não é uma das práticas mais positivas para o trabalhador.

A categoria trabalho intermitente foi incluída na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil pela lei 13.467 de 2017. Essa lei define da seguinte forma o trabalho intermitente:



Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de

**prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria. (BRASIL, 2017)**

Ainda a mesma lei indica, no Art. 443, que o contrato de trabalho pode ser verbal ou escrito e transcorrer por prazo determinado ou indeterminado. A nota do Dieese (2017) aponta para os riscos que essa regulamentação traz ao trabalhador, a saber: 1) aumenta o controle do empregador sobre a força de trabalho intermitente, pois o que se preza são as necessidades da empresa e não do trabalhador em prestar os serviços; 2) a flutuação dos salários que serão pagos somente pelas horas trabalhadas, caracterizando o trabalhador como apenas mais um meio de produção, uma máquina que pode ser ligada e desligada conforme os interesses do empregador; 3) o trabalhador se verá obrigado a firmar vários contratos intermitentes para ter assegurado uma renda mínima, esses contratos podem envolver empresas distantes umas das outras e um tempo grande de deslocamento o que fará com que o trabalhador passe mais tempo por dia em função do trabalho, aumentando assim a possibilidade de diversas doenças ocasionadas pelo excesso de atividade; 4) caso alguma dessas doenças o impossibilite de trabalhar, o trabalhador ficará por sua conta e risco, sem nenhum tipo de assistência por parte dos empregadores.

**Uma análise superficial dessa nova forma de contratação revela que ela não oferece qualquer tipo de estabilidade para o trabalhador, principalmente segurança financeira, fato que transborda para outras esferas na vida pessoal ou familiar do trabalhador. (DIEESE, 2017, p. 5)**



Enfim, a regularização do trabalho intermitente é a regularização do desemprego constante, pois envolve trabalhadores sempre à disposição dos interesses do capital.



Para compreender melhor os itens sobre trabalho intermitente, recomendamos a leitura da Lei 13.467 de 13 de Julho de 2017. Especialmente a partir do artigo 443. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art1)>. Acesso em: 12 dez de 2017.

## **Sem medo de errar**

A precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo pode ser discutida sob vários prismas. Aqui, o interesse foi discutir alguns temas específicos para tentar compreender algumas questões relevantes sobre o trabalho doméstico, o trabalho de menores de idade, o trabalho escravo e o trabalho intermitente.

O trabalho doméstico, sob a ótica capitalista, é um trabalho de reprodução, ou seja, é um trabalho necessário para que continue existindo um fluxo de força de trabalho que possa atender as demandas exigidas na esfera produtivas. Esse tipo de trabalho sempre foi entendido como um trabalho feminino. Mesmo com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, essa atividade continuou a ser, predominantemente, responsabilidade das mulheres. Dado que esse tipo de trabalho não é considerado produtivo, ou seja, não é possível extrair mais-valia, há uma certa invisibilidade nele.

Com a reestruturação produtiva que ocorreu a partir dos anos 1970, o trabalho doméstico foi modificando o seu status. Não que ele comece a ser percebido como trabalho produtivo, mas, com o rebaixamento dos salários e o aumento dos custos de vida, houve a necessidade de que todos os adultos de um mesmo grupo familiar começassem a trabalhar nos setores produtivos. Assim, cresceu consideravelmente o número de lares que necessitam contratar pessoas, geralmente mulheres, para que realize o trabalho doméstico em suas casas. Essa transformação atingiu de maneira diferente os países centrais do capitalismo e os países periféricos. Nos países centrais do capitalismo, a contratação dessa força de trabalho se dirige geralmente às mulheres estrangeiras. E, nos países periféricos, se dirige a mulheres da mesma classe social que não encontrou trabalho formal, pois nesses países, geralmente, o trabalho doméstico

é realizado de maneira informal. Além disso, o trabalho doméstico remunerado aparece como uma forma de manutenção material da força de trabalho em momentos de retração econômica. Essa força de trabalho fica à disposição do capital para que, em momento de expansão econômica, possam ser contratadas pelas empresas.

O trabalho de menores de idade é uma prática que está nas origens do próprio capitalismo. Como asseverou Marx (2013), a crescente utilização de maquinaria que diminui a necessidade de uma grande força física para a produção de mercadoria possibilitou a exploração do trabalho de mulheres e de crianças. Várias leis criadas durante os anos que seguiram ao surgimento do capitalismo tentaram controlar e regulamentar o trabalho infantil, mas, até os dias de hoje, o trabalho infantil é uma realidade em diversas nações, que assola principalmente os países periféricos e semiperiféricos do capitalismo. Ao contrário do que perguntou Gabriel, o ingresso de crianças no mercado de trabalho não se dá pela vontade das famílias, mas pelas condições de pobreza a que diversos grupos familiares estão submetidos. O trabalho de menores de idade é, geralmente, informal e está sujeito a tipos de exploração extremas como baixos salários e péssimas condições de trabalho. A compreensão do trabalho de menores de idade, portanto, de ser feito levando em conta as condições que obrigaram diversas famílias a essa prática, entre essas condições destacam-se: a já mencionada pauperização; a falta de políticas efetivas de proteção à infância e a adolescências; e a falta de fiscalização para com esse tipo de trabalho. Como resultado, há a reprodução das condições de miserabilidade das famílias, bem como a evasão escolar. Portanto, os estudos sobre trabalho infantil devem se partir das condições reais das famílias e das estratégias que essas utilizam para sua própria sobrevivência diante de um sistema que produz um número crescente de pessoas em condição de miséria.

O trabalho escravo, que em muitos casos parece ser a antítese do capitalismo, é na verdade uma forma de superexploração da força de trabalho que se encontra sem condição de reprodução da sua própria vida material. Essa superexploração ocorre com mais frequência no trabalho rural, mas também ocorre com trabalhos urbanos. A escravidão contemporânea guarda, com característica atual, o controle sobre a força de trabalho por meio de dívidas. São relações de trabalho curtas, e que envolve um maior ganho para quem contrata esse tipo de serviço. Apesar da contratação

ser feita por empregadores locais, a OIT aponta que o trabalho escravo alimenta cadeias produtivas de diversas grandes empresas. O combate ao trabalho escravo é uma das políticas da OIT. O Brasil se tornou signatário dos documentos da OIT contra o trabalho escravo e sempre foi destaque mundial no combate a essa prática. No entanto, recentes alterações da lei sobre o trabalho escravo fizeram a OIT redigir uma nota em que demonstra a preocupação de que o país retroceda no combate a essa prática.

O trabalho intermitente, que é o trabalho prestado sem continuidade, sempre esteve presente no capitalismo como forma de trabalho informal, que possibilita que os trabalhadores continuem tendo algum tipo de renda para sua própria manutenção. No passado, esse tipo de trabalho recebeu o nome de “bico” ou de “biscate”, mas, desde a experiência inglesa do “contrato zero hora”, ele tem sido incorporado à prática capitalista. Esse tipo de contratação é essencial para que os modelos flexíveis de produção e as linhas de produção enxutas – isto é, com o mínimo de funcionários contratados –, possam funcionar adequadamente para a valorização do capital, pois o trabalhador fica à disposição da empresa para trabalhar no momento em que ela quer e na quantidade de horas necessárias para a produção, recebendo somente por essa quantidade, sem nenhum tipo de seguridade ou benefício social. O governo brasileiro, na reforma trabalhista, aprovou em 2017 a lei 13.467, que regulamenta o trabalho intermitente. Diversos organismos de pesquisa apontam para as consequências nefasta desse tipo de contratação para a vida do trabalhador, pois ela pode aumentar significativamente o número de horas trabalhadas e diminuir drasticamente a renda.

As diversas formas de precarização do trabalho se dão com intuito de perpetuar e expandir as possibilidades de valorização do capital. Sabe-se que a valorização do capital, segundo Marx, se dá pela extração de mais-valia. Já a precarização do trabalho sempre se dá como forma de expansão da extração da mais-valia.

## Faça valer a pena

**1.** A categoria “trabalho escravo” atualmente utilizada no país refere-se à escravidão contemporânea e guarda inúmeras diferenças com formas anteriores de escravidão. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2010, p. 40)

Sabendo disso analise as afirmações abaixo:

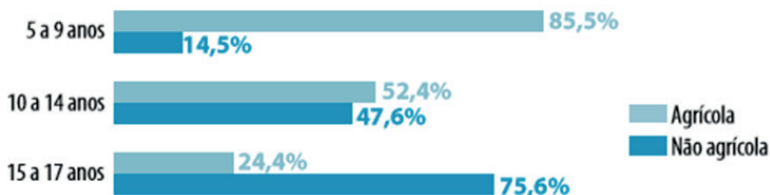
- I. O trabalho escravo contemporâneo tem por característica ser legalmente permitido;
- II. O trabalho escravo contemporâneo tem por característica ser exercido por curtos períodos de tempo;
- III. No trabalho escravo contemporâneo, a ordem é mantida, entre outras coisas, por ameaças, violências psicológicas e coerção econômica;
- IV. O trabalho escravo contemporâneo se assenta exclusivamente em diferenças étnicas.

Podem ser consideradas características do trabalho escravo contemporâneo somente as afirmações:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I e IV
- d) II e III
- e) III e IV

**2.** Analise o gráfico abaixo:

**População ocupada entre 5 a 17 anos em 2015, segundo tipos de atividade e faixas etárias**



Fonte: IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015)

A partir da análise do gráfico acima é possível afirmar:

- a) A utilização de trabalho de crianças entre 5 e 9 anos se dá, prioritariamente, em atividades não agrícolas, pois exigem menos esforço físico e é a mão de obra mais apta à essa atividade.
- b) A utilização de trabalho de crianças entre 10 e 14 anos é exclusivamente agrícola não aparecendo em outras atividades.
- c) A população entre 15 e 17 anos tem trabalho predominantemente não agrícola, não obstante exerçam também atividades agrícolas.
- d) O trabalho de crianças e adolescentes se dá tanto na área agrícola quanto nas atividades não agrícolas, e os dados não permitem uma análise por diferentes faixas etárias.

e) O trabalho de crianças e adolescentes são sempre regulamentados e são importantes para a formação de uma mão de obra qualificada e com mais oportunidades de trabalho.

**3.** O trabalho doméstico é, antes de tudo, trabalho, pois envolve o dispêndio de energia, tempo, habilidades físicas e mentais com vistas à criação de algo útil, a reprodução da vida. Portanto, o trabalho doméstico produz valor de uso. Esse valor de uso pode não ser algo tangível, como por exemplo os trabalhos relacionados ao cuidado de crianças e idosos, mas sem dúvida é indispensável para a reprodução do indivíduo. Nesse sentido, é indispensável para a reprodução da força de trabalho (MOTTA, 1992).

Considerando as discussões sobre o trabalho doméstico e o contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. O trabalho doméstico não é considerado trabalho produtivo  
PORQUE

II. O trabalho doméstico é realizado exclusivamente por mulheres.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.



# Referências

- ALMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.
- ALVES, Giovanni. **O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, Giovanni; WOLFF, Simone. **Capitalismo global e o advento de empresas-rede: contradições do capital na quarta idade da máquina**. Cad. CRH, Salvador, v. 20, n. 51, p. 515-528, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v20n51/a10v2051.pdf> acesso 01 de Dez. 2017.
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente**. In.: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005
- BARBOSA, Luciana Candido. **Trabalho doméstico: Uma análise das condições de trabalho das empregadas domésticas sindicalizadas do município de João Pessoa – PB**. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba, 2013. [Dissertação de Mestrado, Departamento de Serviço Social].
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BILAC, Elisabete Dória. **Trabalho e família: Articulações possíveis**. In.: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1 junho 2014.
- BRASIL. **Lei n 13.467 de 13 de julho de 2017**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art1) acesso em 11 de Dez. 2017
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX**. 3ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 1987.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos MARE da reforma do Estado; v. 1).
- CHESSNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Competitividade e participação: Cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local**. São Paulo: Annablume, 2003.

DIEESE. texto-síntese: **CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE**. DIEESE, junho de 2017. referências utilizadas na seção.

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

FERREIRA, Virginia. **Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo**. In.: Revista crítica de Ciências Sociais, nº 6 maio 1981.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da infância e adolescência no Brasil 2017**. São Paulo: Fundação Abinq, 2017. Disponível em: <http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Cenario-2017-PDF.pdf> acesso em 11 de Dez. 2017.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HIRATA, Helena. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. In.: Cadernos Pagu (17/18) fev. 2001.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego – PME: Algumas das principais características dos Trabalhadores Domésticos vis a vis a População Ocupada**. Disponível em [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/princ\\_carac\\_trab\\_dom.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/princ_carac_trab_dom.pdf) acesso em 11 de Dez. 2017

INACIO, Sueley Luana Silva; COSTA, Carmem Lucia. **Uma reflexão sobre o emprego doméstico no Brasil: Relações desiguais no mundo do trabalho a partir do gênero**. In.: ItinerariusReflectionis – Revista Eletrônica da Graduação/pós-graduação em Educação. Volume 13, n.2, Ano 2017.

KASSOUF, Ana Lúcia. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?** Nova economia, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 323-350, Ago. 2007.

LEÃO, Luís Henrique da Costa; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. **Nas trilhas das cadeias produtivas: reflexões sobre uma política integradora de vigilância em saúde, trabalho e ambiente**. In.: Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, 38 (127): 107-121, 2013

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELO, Luís Antônio Camargo de. **Trabalho escravo contemporâneo**. In.: Rev. TST, Brasília, vol. 75, no 1, jan/mar 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTTA, Alda Brito da. **Emprego doméstico: Revendo o novo**. In.: Caderno CRH, n. 16, p. 31-49, jan/jun, 1992.

NETO, Platon Teixeira de Azevedo. **O trabalho decente como direito humano: por uma fundamentação teórica com base no pós-positivismo jurídico**. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2014. [Dissertação de Mestrado, Departamento de Direito]

OFFE, Claus. **Trabalho: a categoria sociológica chave?** In:\_\_\_\_\_. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OHNO, Taichii. **O sistema Toyota de produção:** além da produção em larga escala. São Paulo: Bookman, 1997.

OLIVEIRA, Gilca Garcia de; GERMAN, Giomar Inez; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Trabalho análogo a escravo.** Revista da ANGEPE, v. 8, n. 9, jan./jul. 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil.** Brasília: ILO, 2010.

\_\_\_\_\_. **Nota do Escritório da OIT no Brasil sobre as mudanças no combate ao trabalho análogo ao de escravo.** [online] publica em 19 de out. 2017.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento capitalista e divisão do trabalho.** In.:\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil** 12 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001.** Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002. (Texto para discussão nº 914)

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Emprego doméstico e capitalismo.** Petrópolis, Vozes, 1978.

SAKAMOTO, Leonardo (coord.). **Trabalho escravo no Brasil do século XXI.** Brasília, OIT: 2006.

SANTOS, Cícero Marciano da Silva; et al. **Evoluindo da cadeia de valor para cadeia de suprimentos.** In.: Revista Produção Online, v.10, n.4, p. 753-778, dez., 2010.

SILVA, Francisco Carlos Lopes da. **O trabalho infante-juvenil na sociedade capitalista.** Educar em revista, Curitiba, n. 15, p. 1-10, Dez. 1999

\_\_\_\_\_. **Mutações do trabalho.** Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 1999..

SPOSITO, Eliseu Silvério; SANTOS, Leandro Bruno. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras.** São Paulo: Outras Expressões, 2012. .

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT.** 2ª ed. São Paulo: Ed. LTR, 1998.



# Trabalho e sociedade brasileira

## Convite ao estudo

Em novembro de 2017 entrou em vigor a Lei nº 13.467, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada em 1º de maio de 1943. Essa reforma nas leis trabalhistas brasileiras tem sido alvo de grandes discussões; os defensores da reforma afirmam que era necessário “modernizar” as leis à realidade do capitalismo atual, e os contrários a ela afirmam que essa reforma foi uma maneira de retirar direitos da classe trabalhadora. Ainda que a discussão atual sobre o trabalho no Brasil seja de suma importância, ela não pode ser feita sem que se discuta também o processo histórico da formação do trabalho no país, para que se possa entender todas as variantes que essa discussão atinge.

O Brasil é um país com um passado colonial, uma industrialização tardia, uma economia dependente e está envolvido na trama do capitalismo global em uma posição semiperiférica na Divisão Internacional do Trabalho. Todas essas características atribuem ao país uma certa especificidade quanto à questão do trabalho, e são essas especificidades que iremos discutir nesta unidade. Assim, nossa primeira seção será dedicada à questão do trabalho no Brasil, seu início e o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, bem como à industrialização tardia. A segunda seção tratará do desenvolvimento dependente da economia brasileira, os planos nacionais de desenvolvimento, a superexploração do trabalho até a reestruturação produtiva da década de 1990. Por fim, a terceira seção discutirá os direitos dos trabalhadores no Brasil, os sindicatos e os partidos políticos, a reforma trabalhista e os desafios para sociologia do trabalho no Brasil.

Para levar a cabo esses estudos, imagine que você foi convidado para participar de uma discussão acadêmica cujo tema é: “o passado, o presente e o futuro do trabalho no Brasil”. Nessa discussão estarão presentes convidados de diversas áreas do saber, e você terá que apresentar uma discussão sociológica sobre o assunto. Para se preparar para o debate de uma forma mais ampla, você deve refletir sobre algumas questões que poderão nortear a construção da sua fala no debate: o que diferencia a formação da força de trabalho brasileira em relação aos países centrais do capitalismo? Como o passado colonial interfere nas relações de trabalho no país? Como o desenvolvimento econômico brasileiro impactou as relações de trabalho? Como a economia internacional afetou o trabalho no país? Quais são os direitos dos trabalhadores brasileiros e como eles foram conquistados? São muitas as visões que podemos ter sobre a reforma trabalhista, mas, pensando nos trabalhadores, quais as consequências dessa reforma? Como a sociologia do trabalho pode contribuir para o futuro do trabalho no Brasil?

Com essas questões em mente, é hora de se preparar para o debate!

## Seção 4.1

### A questão do trabalho no Brasil

#### Diálogo aberto

Karl Marx no livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1977, p. 17) afirma que os homens fazem a histórias, “mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defronta diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Partindo dessa afirmação, nota-se a importância da compreensão do processo histórico para lançar luz a uma determinada realidade. O estudo sobre o trabalho no Brasil partirá desse pressuposto, ou seja, para compreender a realidade atual do trabalho no Brasil será necessário compreender o processo de formação dessa realidade. Nesse sentido, essa seção será dedicada a discutir as origens históricas e sociais da sociedade do trabalho no Brasil. Para isso, serão retomados alguns aspectos do trabalho escravo e a transição para o trabalho livre no país, bem como serão discutidas as consequências da economia brasileira para sociedade quase exclusivamente agrária-exportadora que perdurou por muitos anos, a industrialização tardia e o período do governo Getúlio Vargas. Essas discussões se tornam importantes para compreender a composição da força de trabalho no Brasil e seus arranjos dentro de um quadro mais amplo, que é a forma como o capitalismo se desenvolve no país.

Lembre-se que o objetivo desse estudo é prepará-lo para o debate “o passado, o presente e o futuro do trabalho no Brasil”. Assim, nesse primeiro momento, você deve refletir sobre as seguintes questões: o que diferencia a formação da força de trabalho brasileira em relação aos países centrais do capitalismo? Como o passado colonial interfere nas relações de trabalho no país? Como o desenvolvimento econômico brasileiro impactou as relações de trabalho?

Vamos aos estudos!

### A questão do trabalho no Brasil

Quando se pensa na questão do trabalho no Brasil é preciso compreender que o processo de consolidação do capitalismo no país teve suas especificidades, e isso marcou de maneira profunda a sociedade brasileira.

O desenvolvimento do capitalismo na Europa se deu pela passagem do trabalho servil, em que, na Idade Média, o servo é um homem livre que está submetido ao seu senhor para o trabalho livre por um voto de honra. Tanto Karl Marx quanto Max Weber, que se dedicaram a pensar sobre a constituição do capitalismo, viram no trabalho livre o verdadeiro fundamento desse modo de produção, não obstante a ideia de trabalho livre seja profundamente distinta para os dois. Para Weber, o trabalho livre implicava em um tipo de ação social que o indivíduo realizava por ter um determinado valor ético, ou ainda por um senso de moral, sem que ninguém o obrigasse a fazer isso. Para Marx, no entanto, a liberdade significou o indivíduo ser liberado (aqui no sentido de ser destituído) de todos os meios de produção, até que só lhe restasse sua própria força de trabalho para que ele vendesse, e isso implicaria em uma outra dimensão dessa suposta liberdade: o indivíduo estaria livre para ser explorado. Se na Europa o surgimento do capitalismo pode ser explicado por essa passagem histórica do trabalho servil para o trabalho livre, o mesmo não se aplica à realidade brasileira. O trabalho servil não teve espaço nas terras brasileiras; aqui o que se praticou foi o trabalho escravo aliado a uma moderna empresa colonial responsável por fornecer diversos produtos para serem comercializados na Europa.

O período colonial relegou um longo período de escravidão ao país, mais ou menos 350 anos (de 1530, quando os portugueses começam a ocupar efetivamente o território nacional, até 1888, quando a Lei Áurea é assinada), que foi estruturado de forma a atender as demandas do capitalismo em sua fase de formação. Assim, a moderna escravidão mantém laços estreitos com o capitalismo em sua fase de consolidação, como aponta Antônio Barros de Castro (1980), ao afirmar que a produção brasileira no período colonial é uma produção voltada para a produção de excedentes e realizada segundo as exigências do mercado europeu.



Assim, para esse autor, a escravidão realizada no Brasil se distingue bastante da escravidão que ocorreu na Roma ou na Grécia antiga, pois nestas nações o escravo cumpria as ordens e os desejos pessoais do seu senhor e, no Brasil, o escravo era tratado como objeto, como coisa, mas a produção da empresa colonial que se instalou no país tinha que atender as demandas externas de produção e de preço. Castro ainda afirma que:

O processo de trabalho num engenho escravista do século XVI é similar ao de uma grande lavoura (plantation) capitalista contemporânea. Além disto, mais se assemelha ao processo de trabalho numa grande fábrica inglesa do início do século XIX, que o (processo de trabalho) característico dos séculos XVI e XVII na Europa. Conseqüentemente é lícito afirmar que, inserido no processo de produção material, o escravo constitui uma antecipação do moderno proletariado. Por outro lado, o senhor do engenho encontra-se absorvido numa engrenagem que determina o seu comportamento, e função e "necessidades" que nada tem a ver com suas próprias vontades e necessidades pessoais. (CASTRO, 1980, p. 92).

Sobre essa afirmação de Castro é preciso considerar que quando ele afirma ser escravo uma antecipação do moderno proletário, ele está se referindo ao tipo de atividade que se desenvolve no interior dos engenhos do Brasil colonial, inserido em uma lógica racional da produção de tipo capitalista, ou seja, os engenhos devem produzir para atender uma demanda gerada pelo mercado, e não na semelhança do status social do escravo e do proletariado. O proletário é um trabalhador livre que vende sua força de trabalho para o capitalista, e há um constrangimento econômico para que ele venda sua força de trabalho, ou seja, por ter sido expropriado de todos os meios de produção ele é forçado a vender sua força de trabalho para que possa se manter vivo. O escravo, por sua vez, é forçado fisicamente a realizar sua atividade. Ele foi comprado como meio de produção e seu status social não permite reivindicações e nem associações livres para defesa de seus interesses, mas ele é reduzido à condição de mercadoria substituível e propriedade de seu senhor. Adalberto Cardoso (2010) demonstra o caráter tirânico da escravidão no Brasil ao afirmar que o senhor tinha plenos poderes sobre os escravos, podendo impor os castigos mais cruéis para obter a plena obediência de seus escravos. Segundo Cardoso:



A relação senhor/escravo não era um pacto, o senhor não estava obrigado a preservar a vida de seu escravo individual. Muito pelo contrário, sua liberdade de tirar a vida daquele que ele mesmo coisificara era definidora de sua posição de senhor, tanto mais quanto o fluxo de escravos no mercado lhe permitia repor o plantel sem maiores restrições. A escravidão, entre nós, não foi apenas negação do escravo como pessoa (sua coisificação). Foi sua recorrente negação como ser vivo. Está-se falando de séculos de horror, em que a escravidão como dilapidadora dos corpos negros dos cativos e corruptoras das mentes de seus senhores precisava ser renovada todos os dias, dia após dia, com violência sempre revigorada [...]. Em um sentido importante, a escravidão longa terminou por abstrair o rosto do escravo, despersonalizando-o e coisificando-o de maneira reiterada e permanente. Ao final, restou apenas sua cor, associada definitivamente ao trabalho pesado e degradante. (CARDOSO, 2010, p. 67).

Portanto, o que se percebe pelas afirmações de Adalberto Cardoso é que a condição social do escravo está muito distante da condição social do proletário urbano inglês do século XIX porque o escravo não tem liberdade de se associar e nem escolha sobre o trabalho que deve desenvolver. Cardoso ainda adverte que os comportamentos e hábitos relacionados ao trabalho escravo marcará por décadas a realidade do trabalho no Brasil, mesmo após o fim da escravidão. Cardoso afirma que a desqualificação dos trabalhadores – os escravos não eram vistos como trabalhadores, mas como meras peças, como coisa que se utiliza para a produção de algo – por parte de uma elite encastelada no poder desde o período colonial negará a estes, ao menos até as primeiras décadas do século XX, a condição de sujeitos de direitos, isto é, de cidadãos.

Somente a partir do século XIX é que se inicia a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. Essa transição é motivada pelo fim do tráfico de escravos africanos que foi imposto pela Inglaterra no início do século XIX. Em 1815, a família real portuguesa decretou a proibição do tráfico de escravos ao norte do Equador, e em 1831 o governo brasileiro promulgou lei que proibia o tráfico de escravo em todo seu território. É fato que o tráfico de escravo continuou a ser realizado até pelo menos 1850. Uma maior ação

dos ingleses, que inspecionavam os navios e podiam, em caso de encontrar algum traficando escravos, confiscá-los, fez com que, aos poucos, o tráfico cessasse. O fim do tráfico de escravos implicou na busca de outras alternativas para suprir as necessidades crescentes de força de trabalho, sobretudo nas lavouras de café. A alternativa encontrada foi subvencionar a imigração, ou seja, o Estado brasileiro passou a financiar a imigração de trabalhadores europeus para que o país pudesse ter um fluxo constante de trabalhadores para suas demandas, em especial para as lavouras de café, que foi o principal gênero exportado do país na segunda metade do século XIX, mas também para atuar em algumas fábricas que se instalavam no Brasil no início do século XIX.



### Exemplificando

Aqui cabe salientar uma questão levantada por Florestan Fernandes sobre a concorrência entre os trabalhadores negros e os imigrantes. Em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes* (2008), o sociólogo afirma que a abolição da escravatura não significou uma melhora significativa na condição social do trabalhador negro, pois os empregadores do final do século XIX e início do século XX eram, via de regra, antigos senhores de escravos e associavam o trabalhador negro ao trabalho degradante e arcaico, ao passo que o trabalhador imigrante era tido como agente natural da modernidade e do trabalho livre.

## As primeiras indústrias

As primeiras fábricas que se instalaram no Brasil no início do século XIX “eram estabelecimentos de pequeno porte e tiveram, em geral, vida efêmera. Somente a partir de 1870 começaram a aumentar, em número e em importância” (FOOT; LEONARDI, 1982, p. 23). Mesmo assim, não se pode falar em um período de industrialização do país, pois em 1866 o país contava com apenas seis fábricas têxteis.

Interessa nesse período a composição dos trabalhadores dessas fábricas: segundo Francisco Foot e Victor Leonardi (1982), “nas primeiras fábricas brasileiras trabalhava, muitas vezes, ao lado dos operários, um bom número de escravos” (FOOT; LEONARDI, 1982, p. 109). Aqui é importante ressaltar que para esses autores o operário é o imigrante europeu e, tardiamente, alguns elementos nacionais

serão considerados operários, ou proletariado. Essa distinção dos autores se dá, sobretudo, pela ideia de que a base do desenvolvimento capitalista é o trabalhador livre e urbano. Assim, os pequenos agricultores livres e os escravos não são considerados operários livres. Os autores destacam que havia poucos imigrantes para trabalharem nas fábricas, pois havia no país uma desvalorização do trabalho manual; este era tratado como trabalho de escravo. Somente a partir de 1888, com a abolição da escravatura, as imigrações se intensificaram. O início da industrialização em uma sociedade agrária e escravista dá uma característica peculiar à origem social dos primeiros proletários brasileiros. Foot e Leonardi afirmam que:



**Muitos foram recrutados, nos anos anteriores a 1888, entre as camadas mais pobres da população urbana. A partir de 1840, à medida que aumentava o número de fábricas de tecido, era cada vez maior o número de mulheres e de menores na indústria, ganhando salários inferiores aos dos homens. Muitos dos menores eram recrutados nos asilos de órfãos e nas instituições de caridade. Muitas dessas crianças não tinham mais de 10 anos e trabalhavam o mesmo número de horas diárias que um adulto. (FOOT; LEONARDI, 1982, p. 116).**

Além de mulheres e crianças, a força de trabalho era recrutada entre o campesinato pobre.

Não obstante as primeiras indústrias terem se instalado no Brasil no início do século XIX, o país continuou com uma economia predominantemente agrária até os anos 1930. Assim, a estrutura social do trabalho pouco se altera nesse período, a não ser pelo maior fluxo de imigrantes no final do século XIX, no entanto, muitos desses imigrantes iriam fornecer braços para o campo e não para as atividades urbanas. As consequências da longa sociedade agrária é o que será discutida a seguir.

## A longa sociedade agrária

Segundo Marcio Pochmann (2010), o Brasil desenvolveu uma “longa sociedade agrária”. O que isto quer dizer? Que da segunda metade do século XIX até o fim da Primeira República (1930), o país estava integrado ao mercado capitalista em plena expansão, mas

sua participação neste comércio era como fornecedor de matéria prima, com pouquíssimo desenvolvimento do setor Industrial.

Podemos destacar algumas consequências da longa sociedade agrária. A primeira consequência é o primitivismo primário exportador. Mas em que consiste este primitivismo? Refere-se ao modo de vida da maior parte das pessoas que moravam no país, com exceção das elites agrárias e políticas, que, entre outras realizações, relegou a maior parte dos brasileiros a uma baixa expectativa de vida. Assim, se verificam as péssimas condições de trabalho nos centros urbanos e uma pobreza que atinge o campesinato, que se vê obrigado a trabalhar em grandes propriedades rurais.

A outra consequência é a forma de participação do Brasil na Divisão internacional do Trabalho que se desenhava. O Brasil, nesta divisão, era encarregado de exportar produtos primários para abastecer os centros industriais do mundo capitalista. Segundo Caio Prado Júnior (1970), o Brasil no início do século XX é um dos grandes exportadores de gêneros tropicais e de matéria-prima, não sobrando espaço para outras atividades. No entanto, o país também importava produtos manufaturados destes países, e esses produtos apresentavam um valor muito maior do que os exportados, gerando sempre déficit na balança comercial.

Dentro do plano internacional, passamos de uma economia colonial para uma economia dependente. Esta dependência está marcada tanto pela dependência tecnológica quanto pelo domínio do capital estrangeiro.

A dependência do capital estrangeiro começa pela necessidade de o Estado emprestar dinheiro de banco internacionais para reforçar os saldos comerciais. Mas não só o Estado empresta dinheiro: as unidades federais que se tornaram autônomas no período da primeira República também o fazem, bem como os municípios. Segundo Caio Prado Júnior (1970), a dívida brasileira cresce de 30 milhões de libras no início da república para 90 milhões em 1910, chegando em 1930 a 250 milhões de libras. A respeito deste último crescimento, Pochmann (2010) afirma que a necessidade de um fluxo tão grande de capital para o Brasil se dá por conta da urgência em se industrializar o país. A industrialização tardia, já em plena década de 1930, foi quase uma cópia do que já existia nos países centrais do capitalismo que já tinham grandes empresas multina-

cionais em quase todos os ramos produtivos. Assim, se esboça o projeto de industrialização do país.



A fragilidade na demanda interna constrangida pela ausência de reformas civilizatórias (agrária, tributária e social) e dramática concentração de renda impuseram à maioria política responsável pela condução do crescimento econômico o imperativo da fuga para frente. Ou seja, o compromisso político pela expansão econômica a qualquer preço e a taxas rápidas, tendo o Estado o papel de apoiar estrategicamente o desenvolvimento produtivo. Sem isso, o processo de industrialização brasileiro não teria avançado tal como terminou ocorrendo entre as décadas de 1930 e 1970. (POCHMANN, 2010, p. 47).

A fuga para frente significava que a única alternativa ao declínio da economia cafeeira tinha de ser a industrialização. No início da década de 1930 estávamos em transição de uma economia agrária para uma economia urbano-industrial.



#### Assimile

“A fuga para frente” é uma expressão utilizada para demonstrar que o processo de modernização do país – o termo modernização nesse período é utilizado como sinônimo de industrialização – não foi uma estratégia consciente de melhoria das condições da nação, mas a única opção possível em país com a economia em plena decadência.

Ainda cabe destacar que as relações de trabalho nos centros urbanos eram mantidas com o mesmo *ethos* – *ethos* aqui significando comportamentos, conjunto de costumes e hábitos fundamentais – do período econômico anterior, como já foi afirmado. Os patrões consideravam os trabalhadores que reivindicavam melhores condições de vida como agitadores que precisavam ser controlados pela força do Estado. Como exemplo desse comportamento, Edgard Carone (1977) transcreve uma matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 21 de dezembro de 1923, que destaca as greves ocorridas no município de Sorocaba (SP) nesse mesmo ano. A matéria afirma que as greves foram resultado da intromissão de maus elementos na vida “plácida do bom povo sorocabano”:

Foi um instante de fraqueza lamentável e o operariado sorocabano, açulado por propagadores de ideias avançadas, começou a tornar a situação das indústrias da cidade absolutamente insustentável. Os patrões reconheceram a era amarga das imposições arrogantes, das reivindicações odiosas, dos atentados acintosos à disciplina, das depredações criminosas e estiveram a pique de serem vencidos na luta aberta pelo proletariado. [...]. Urgia pôr um paradeiro à situação tão premente. (ESTADO DE SÃO PAULO, 1923 apud CARONE, 1977, p. 386-387).

Como se pode perceber, a ideia de qualquer manifestação por melhorias vinda parte dos operários era entendida como um crime efetuado por maus elementos que atentam contra a disciplina nas fábricas. A mesma matéria ainda destaca que o delegado da cidade foi chamado a intervir na situação, identificou todos os operários com um sistema de identificação da polícia, as fábricas foram fechadas e os operários ficaram sem salários. Com a identificação, os “maus elementos” foram postos à margem das fábricas. O artigo ainda destaca de maneira triunfal: “Sorocaba não conheceu mais greves gerais e os patrões sorocabanos ficaram salvos das antigas imposições humilhantes” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1923 apud CARONE, 1977, p. 387). No entanto, a matéria não menciona as condições dessas fábricas. Foot e Leonardi (1982) destacam que:

No setor têxtil, onde predominava a grande indústria, encontravam-se, normalmente casos limites de jornadas [de trabalho] mais extensas: por exemplo, na fábrica de tecidos Santa Rosália, na periferia de Sorocaba, a jornada chegava a 15 horas diárias, das 5 da manhã às 8 da noite, indo de “estrela a estrela”. Porém, a isto agregava-se a utilização massiva e apropriação pelo capital da força de trabalho de menores e mulheres, submetendo por completo a família proletária às condições da produção fabril. (FOOT; LEONARDI, 1982, p. 179).

Assim, como destaca Cardoso (2010), as elites brasileiras sempre entenderam que qualquer forma de agitação ou reivindicação deveria ser rechaçada, e sempre contou com o Estado para exercer essa ação contra os chamados agitadores. No entanto, com a

necessidade de se industrializar e com o aumento da população urbana, as greves e reivindicações se tornariam mais constantes. A estrutura econômica do país se modifica e sobre essa questão discutiremos a seguir.

## A Era Vargas

Getúlio Vargas governou o Brasil em dois períodos distintos: o primeiro, de 1930 a 1945, e o segundo, de 1951 até 1954, ano de sua morte. Em 1930, Vargas ascende ao poder por meio de um golpe militar que se deu sob a suspeita de fraude na eleição presidencial, e esse golpe ficou conhecido como a Revolução de 30. Em 1937, um ano antes das eleições marcadas para 1938, sob a suspeita de um plano comunista para dominar o país, Vargas vai às rádios e divulga o Manifesto à Nação, em que afirmar que era necessário reajustar os organismos políticos aos interesses econômicos da nação e, por meio de outro golpe de Estado, cancela as eleições e institui o Estado Novo, que dura até 1946. Em 1951, Vargas retorna como presidente eleito pelo povo e governa até sua morte, em 1954.

A década de 1930 é significativa para o país, pois se inicia o projeto de industrialização com o governo de Getúlio Vargas. Octavio Ianni (1986) afirma:



Nos anos posteriores à Revolução de 1930, alteraram-se as funções e a própria estrutura do Estado Brasileiro. [...] O que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 30 é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do Estado burguês. [...] Isto significa que o poder público passou a funcionar – mais adequadamente – segundo as exigências e as possibilidades estruturais estabelecidas pelo sistema capitalista vigente no Brasil: isto é pelo subsistema brasileiro do capitalismo (IANNI, 1986, p. 13-14).

Octávio Ianni está fazendo uma diferenciação entre o Estado oligárquico e o Estado burguês. O Estado oligárquico, segundo pensamento de Ianni (1986), também era uma modalidade de Estado burguês, mas como uma organização distinta do poder político-econômico, uma vez que estas relações eram determinadas pela



economia primária exportadora. O Estado burguês, por seu turno, se estabelece a partir da reformulação, por parte dos governantes, das condições de funcionamento do mercado das forças produtivas, das condições internas de produção e das relações entre a economia brasileira e a economia internacional. Isto porque, a partir de 1930, o Estado brasileiro estabeleceu formalmente qual era sua responsabilidade, bem como as condições e limites do mercado e da força de trabalho.



Refleta

Em um país atrasado tecnologicamente e dependente economicamente, a intervenção estatal é a única forma de desenvolvimento capitalista?

No entanto, o próprio Ianni (1986, p. 14-15) afirma que as ações econômico-financeiras adotadas quando da reforma do Estado,

**Não foram o resultado de um plano pré-estabelecido. E, muito menos, foram o resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes. O próprio desenrolar das soluções adotadas após 1930 mostra que o governo foi respondendo aos problemas e dilemas conforme eles apareciam no seu horizonte político, por injunção de interesses e pressões econômicos, políticos, sociais e militares. Às vezes as pressões e os interesses – principalmente econômicos e financeiros – eram de origem externa.**



Entre 1930 e 1945, período que abrange a Revolução de 1930 e o Estado Novo, o governo federal passou a criar comissões, formular planos, criar institutos e companhias, departamentos e fundações para reafirmar os padrões e os valores das relações e instituições capitalistas. Isto porque estavam muito presentes na realidade brasileira os padrões e valores surgidos de uma sociedade escravocrata e de uma economia primária exportadora voltada exclusivamente para exportação. Assim, é neste período que se buscam reformular as ideais e os padrões de tipo capitalista.

Nessa busca por afirmar os valores e os ideais capitalistas, foram criados, por exemplo, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1931); o Ministério da Educação e da Saúde Pública (1933); o Conselho Federal de Comércio Exterior (1937); o Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística – IBGE (1939); a Comissão de Defesa da Economia Nacional (1941); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (1943); e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1944). Todas essas realizações do governo federal se dão em resposta aos problemas reais que estavam acontecendo e não como um planejamento prévio de caráter sistemático para modernizar o Estado brasileiro, e as relações típicas do sistema capitalista surgem no Brasil reguladas e orientadas pelo Estado e não por meio da livre iniciativa. Esta perspectiva do Estado brasileiro pode ser percebida no pensamento de Getúlio Vargas que é citado por Octavio Ianni (1986, p. 19):



**Examinando detidamente o fator de maior predominância na evolução social, penso não errar afirmando que a causa principal de falharem todos os sistemas econômicos, experimentados para estabelecer o equilíbrio das forças produtoras, se encontra na livre atividade permitida à atuação das energias naturais, isto é, na falta de organização do capital e do trabalho, elementos dinâmicos preponderantes no fenômeno da produção, cuja atividade cumpre, antes de tudo, regular e disciplinar.**

Apesar da intenção de regular e disciplinar as forças produtoras, a técnicas de planejamento econômico, para controle político-financeiro das atividades do país, só começa a se tornar prática durante a Segunda Guerra Mundial. Acreditava-se que esta prática, dos governantes planejarem o desenvolvimento econômico e não apenas permitirem que o mercado se autorregulasse, era uma técnica mais racional de organização político-social-econômico do desenvolvimento do país. Neste período, analisa-se e discute-se o crescimento da interferência do Estado nos assuntos econômico-financeiros; a planificação da economia; o poder público como responsável por criar condições de todos os níveis para expansão e diversificação do setor privado na economia nacional e a defesa da economia nacional.

O sistema econômico brasileiro, neste período, caracteriza-se pelo sistema capitalista, mas a forma se dá como Estado intervencionista, conforme a própria constituição de 1937, outorgada pelo Estado Novo, afirma em seu artigo 135:

A intervenção do Estado no domínio econômico só é legítima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores de produção, de maneira a evitar ou resolver seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representada pelo Estado.

A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma de controle, do estímulo ou da gestão direta. (BRASIL, 1937, apud IANNI, 1986, p. 46).

Note-se que o Estado poderia estimular o desenvolvimento bem como assumir o controle, a gestão direta da economia para resguardar os interesses da nação. Esta seria uma das atribuições do Conselho da Economia Nacional criada em 1937. Nesse sentido, Ricardo Antunes (1982) afirma que o governo Vargas teve como característica tentar uma conciliação de classes para o desenvolvimento de um capitalismo nacional. Essa conciliação era claramente favorável à burguesia nacional, no entanto ela não poderia se realizar sem que os trabalhadores tivessem um mínimo de proteção social, assim, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promulgada em 1943 garantiria um mínimo de proteção ao trabalhador, ao mesmo tempo em que o Estado passaria a atuar mais de perto junto às organizações sindicais dos trabalhadores para que as revoltas não eclodissem. Essa conciliação e colaboração entre as classes fica patente nos dizeres de Getúlio Vargas:

No Brasil, onde as classes trabalhadoras não possuem a poderosa estrutura associativa nem a combatividade do proletariado dos países industriais e onde as desinteligências entre o capital e o trabalho não apresentam, felizmente, aspecto de beligerância, a falta, até bem pouco, de organizações e métodos sindicalistas, determinou a falsa impressão de serem os sindicatos órgãos de luta, quando, realmente, o são de defesa e colaboração dos fatores capital e trabalho com o poder público. (VARGAS, 1938, p. 143).

O espírito da era Vargas, segundo Antunes (1982), era de que as classes deveriam colaborar entre si, e de total subserviência dos sindicatos ao Estado.

São inegáveis os avanços sociais propostos formalmente durante o governo Vargas, sobretudo para os trabalhadores, mas qual a efetividade imediata das soluções propostas? Adalberto Cardoso (2010) afirma que a era Vargas foi uma era de “utopismos”, pois o quadro social do Brasil era de extrema pobreza, com 70% da população vivendo nas áreas rurais e apenas 3% sendo dona de grandes propriedades. As proteções sociais fizeram com que um grande número de trabalhadores do campo migrasse para as cidades atrás de trabalho estável e direitos sociais, no entanto, as cidades não tinham emprego para todos; a indústria em São Paulo empregava cerca de 11% da força de trabalho total da cidade no início da década de 1940. Além disso, a promessa de proteção social oferecida aos trabalhadores com carteira de trabalho se mostrava inócua, pois muitos trabalhadores sequer conseguiam expedir o documento. As razões para essa dificuldade são várias, e algumas podem ser destacadas: uma parcela significativa da população que vivia em área de extrema pobreza das cidades não tinham registro de nascimento; os trabalhadores que queriam tirar a carteira de trabalho precisavam apresentar uma série de informações como: local de trabalho, sindicato a que se pretendia filiar, empregos anteriores, etc., e todas essas informações precisavam estar documentadas; trabalhadores que não podiam comprovar os trabalhos anteriores, ou aqueles que tinham ‘vida doméstica desviante’ (homem com parceira consensual e mães solteiras) sabiam que o documento não seria emitido. Trabalhadores analfabetos precisavam de testemunhas para assinar seus documentos e todas as testemunhas tinha que ter a carteira de trabalho; comprovação de habilidades profissionais e, por fim, uma taxa devia ser paga para que a carteira fosse expedida, cujo valor era impraticável para quem estivesse desempregado. (CARDOSO, 2010, p. 213).

As promessas de proteção social do emprego na Era Vargas se tornavam uma utopia para a maioria dos trabalhadores, pois muitos estavam impedidos de ter a documentação necessária para o ingresso no mercado formal e protegido do trabalho.

Os debates sobre o desenvolvimento econômico que o Brasil devia adotar estavam em andamento desde a década de 1930 e apontavam para a existência de três perspectivas políticas para pensar o desenvolvimento e organização da economia no país:

1. Associar a economia do país com o capitalismo mundial - nesta perspectiva, a ideia era que o desenvolvimento do país só se daria por meio da associação de nossa economia com os centros hegemônicos do capitalismo mundial;

2. Uma organização socialista dos meios de produção - a corrente dominante desta perspectiva era favorável à transição pacífica de um sistema econômico capitalista para um sistema econômico socialista por meio da estatização progressiva da economia, portanto, o Brasil passaria a ter uma economia planejada;

3. Impulsionar a formação de capitalismo nacional - essa perspectiva era a favor do intervencionismo do Estado e, em certa medida, do ingresso de capital estrangeiro no país, mas sob as determinações do Estado. Os partidários desta perspectiva

**Eram favoráveis ao fortalecimento do setor público e à própria planificação, como garantias contra as pressões das empresas e governos dos países hegemônicos. Para eles, a médio prazo, seria possível emancipar economicamente o País (IANNI, 1986, p. 145).**



Os dois governos de Vargas (1930-1945 e 1951-1954) apontavam a tendência para a perspectiva de desenvolvimento de um capitalismo nacional, mas o capitalismo internacional também se preocupava com o desenvolvimento deste capitalismo nacional na América Latina. Dessa forma, segundo Ianni (1986), os investidores estrangeiros começaram a associar seus capitais com os capitais nacionais como forma de segurança em relação aos seus investimentos.



**Pesquise mais**

A era Vargas é um período emblemático do desenvolvimento capitalista brasileiro, um momento que envolve uma série de disputas no campo político, bem como a elaboração de planejamento para o desenvolvimento do país. Para compreender melhor este período, sugerimos a leitura do livro: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

A editora FGV disponibiliza este livro para download no seguinte endereço eletrônico: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6839>>. Acesso em: 21 de jan. 2018.

Assim, pouco a pouco, anulava-se na prática a estratégia destinada a incentivar a formação do capitalismo nacional, como um sistema relativamente autônomo. A progressiva internacionalização do processo de reprodução e acumulação do capital forçou, sob várias formas, as fronteiras ideológicas e práticas do capitalismo que algumas forças políticas e econômicas representadas no Governo Vargas propunham para o Brasil (IANNI, 1986, p. 147).

## Sem medo de errar

A formação do capitalismo na Europa se deu com a passagem do trabalho servil para o trabalho livre, ou seja, de homens livres que exerciam suas atividades como servos de um senhor feudal ou de uma corporação de ofício para o trabalho livre e assalariado. No caso do Brasil não foi essa a passagem que ocorreu, pois o país não conheceu o trabalho servil, o que se praticou foi o trabalho escravo. O Brasil colônia se constituiu como uma grande empresa agroexportadora assentada sobre o trabalho escravo. Assim, se combinava uma determinada racionalidade da produção típica de uma empresa capitalista, com metas e padrões a serem atingidos, sobretudo nos engenhos de açúcar, com o trabalho escravo, ou seja, um tipo de trabalho que em nada se relaciona com o moderno capitalismo. A escravidão perdurou no Brasil por aproximadamente 350 anos, com diversas consequências para o mundo do trabalho, especialmente a degradação dos homens, mulheres e crianças que estavam escravizados e a desvalorização do trabalho manual.

No início do século XIX começam a ser instaladas no país as primeiras fábricas que combinavam força de trabalho escrava e livre. Os trabalhadores livres dessas primeiras fábricas eram imigrantes europeus e homens, mulheres e crianças que estavam relegadas a uma condição de extrema pobreza no meio urbano. Não obstante as primeiras fábricas terem se instalado nesse período no Brasil, a principal fonte de dividendos do país na balança comercial era agricultura, e se instalou na nação uma longa sociedade agrária. Na segunda metade do século XIX o Brasil era só café. Os barões do café se constituíram na elite financeira e política do país, fazendo com que todas as decisões político-econômicas se dirigissem para o benefício desse setor. Assim, as políticas de imigração subvencionadas, ou seja, com ajuda financeira do Estado brasileiro, que se

iniciaram no século XIX, tinham como principal objetivo fornecer mãos para as lavouras de café, pois após a proibição do tráfico de escravos imposto pela Inglaterra, tornada lei no Brasil a partir de 1837, houve uma defasagem no número de trabalhadores nesse setor. Assim se deu a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, com a substituição dos trabalhadores escravos por trabalhadores livres vindos da Europa.

O incipiente capitalismo brasileiro que começa a surgir após a abolição da escravatura havia resguardado as marcas da economia colonial. As antigas elites continuavam no poder e os comportamentos e hábitos relacionados ao trabalho e aos trabalhadores havia se mantido. O trabalho livre era bem visto quando os trabalhadores se comportavam de maneira a seguir a ordem, e aqueles que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho eram tratados como desordeiros e criminosos; tanto que os casos de greves eram tratados diretamente com a polícia. O Estado, nesse sentido, atuava em favor dos interesses das elites.

O Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX continuava a ser um país eminentemente agrário, e sua posição na divisão internacional do trabalho era a de suprir o mercado externo com produtos primários de baixo valor agregado. A necessidade de importações e de intervenção do Estado para a produção agrária fez com que o país chegasse a um ponto crítico em sua economia, cuja a única saída era a fuga para frente.

Assim, a década de 1930 é um marco na história do Brasil moderno, pois é nessa década que se intensifica o projeto de industrialização do país com o governo de Getúlio Vargas. A industrialização do país se deu sob a tutela de um Estado intervencionista e nacionalista, ou seja, o Estado orientava a forma de desenvolvimento capitalismo autônomo no país. A intervenção do Estado buscou regular o comércio exterior, a instalação de indústrias e a força de trabalho. Nesse período é que temos a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como uma tentativa do Estado em apresentar uma política de conciliação de classe, pois a CLT dava respostas para o aumento dos embates que poderiam ocorrer em uma sociedade que se tornava cada vez mais urbana e industrial. A CLT assegurava um conjunto mínimo de garantias aos trabalhadores. O governo também passou a exercer o controle sobre os sindicatos para

impedir que as greves por melhores condições acontecessem em todo o território nacional. Apesar das políticas de Vargas terem uma vertente social, ela não alcançou a maioria dos trabalhadores brasileiros que não conseguiam tirar a carteira de trabalho e, portanto, não tinham acesso ao emprego formal.

## Faça valer a pena

**1.** Antônio Barros de Castro (1980) afirma que a escravidão no Brasil mantém laços estreitos com o capitalismo europeu. O tipo de trabalho praticado nos engenhos de açúcar pelos escravos muito se assemelha com o tipo de trabalho praticado pelas fábricas inglesas do início do século XIX.

Sabendo disso, assinale a alternativa correta quanto a essa semelhança descrita por Antônio Barros de Castro.

a) A semelhança descrita por Antônio Barros de Castro se relaciona às exigências de produção de excedente dentro de um sistema racional que orienta o que, como e quando precisa ser produzido.

b) A semelhança descrita por Antônio Barros de Castro se relaciona ao status social que o escravo detinha dentro das grandes lavouras de açúcar, que era exatamente o mesmo de um trabalhador inglês do início do século XIX.

c) A semelhança descrita por Antônio Barros de Castro se relaciona às condições de trabalho nos engenhos de açúcar, que eram extremamente suaves e humanas, exatamente como as fábricas inglesas do início do século XIX.

d) A semelhança descrita por Antônio Barros de Castro se relaciona ao tipo de relacionamento entre trabalhadores e patrões; as fábricas inglesas apresentavam exatamente o mesmo tipo de dominação que os engenhos de açúcar brasileiro.

e) A semelhança descrita por Antônio Barros de Castro se relaciona ao tipo de recompensa gerada pelo trabalho, pois tanto na escravidão brasileira quanto nas primeiras fábricas inglesas as formas de pagamento eram idênticas.

**2.** As primeiras fábricas se instalaram no Brasil no início do século XIX, e nessas fábricas trabalhavam operários livres e trabalhadores escravos. Os operários livres eram em grande medida imigrantes, mas também há uma parcela desse operariado que é recrutada internamente. Sobre esse operariado nacional e livre nos anos anteriores à abolição da escravatura considere as seguintes afirmações:

I. Muitos operários nacionais foram recrutados entre os filhos das famílias ricas e tradicionais do país, que não queriam mais exercer as atividades ligadas à lavoura de café.

II. A partir de 1840, muitos menores de idades foram recrutados nos asilos de órfãos e nas instituições de caridades. Essas crianças não tinham mais de 10



anos e trabalhavam as mesmas horas diárias de um adulto.

III. Os operários nacionais, antes da abolição da escravatura, eram membros das famílias conservadoras e tradicionais, pois no Brasil dessa época o trabalho manual era muito valorizado.

Sobre os primeiros operários nacionais pode-se afirmar que:

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente a afirmação III está correta.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) As afirmações I, II e III estão corretas.

**3.** O governo de Getúlio Vargas é um marco importante na história da economia e do trabalho no Brasil. Na história econômica brasileira é o período de intensificação da industrialização do país, e no campo do trabalho é quando há a promulgação da Consolidação do Direito do Trabalho. O governo de Vargas também se caracterizou por uma forte intervenção na economia.

Sabendo disso, analise as seguintes asserções:

I. O governo Vargas teve como característica tentar fazer a conciliação entre a classe trabalhadora e o empresariado para o desenvolvimento do capitalismo nacional.

PORQUE

II. A conciliação de classes do governo Vargas beneficiou exclusivamente os trabalhadores, que obtiveram uma lei extremamente protecionista, e prejudicou a burguesia nacional que não contava com a ajuda do Estado.

Sobre o Governo Vargas e o desenvolvimento do capitalismo nacional é correto afirmar:

- a) As asserções I e II estão corretas, mas a asserção II não explica a asserção I.
- b) A asserções I e II estão corretas e a asserção II explica a asserção I.
- c) As asserções I e II estão erradas.
- d) A asserção I está correta e a asserção II está incorreta.
- e) A asserção I está incorreta e a asserção II está correta.

## Seção 4.2

### Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil contemporâneo

#### Diálogo aberto

Estamos nos aproximando da finalização dos nossos estudos nesta disciplina. Você percorreu um vasto caminho de aprendizagem, o que com certeza ampliou os seus conhecimentos sobre os assuntos que permeiam a Sociologia do Trabalho. Para esta seção de estudos, você verá que o Brasil é uma nação de capitalismo tardio, isso significa que, o ingresso do país na dinâmica capitalista mundial se deu tardiamente se comparada a outros países. De fato, pode-se afirmar que é a partir de 1930 que o país se integra ao capitalismo mundial de maneira mais efetiva com o processo de industrialização inaugurado na Era Vargas.

A partir da Era Vargas há diversas tentativas de desenvolver a indústria nacional e integrar o Brasil ao sistema capitalista mundial, e até o final da segunda metade da década de 1980 as orientações governamentais se dirigiam para essa finalidade. Nesse período, um grande contingente da população rural se mudou para os centros urbanos e se viu um aumento do número de postos de trabalho ligados ao setor industrial, no entanto, desde a segunda metade da década de 1980 se assistiu no país a um processo de desindustrialização, impactando diretamente o trabalho urbano. A adoção das políticas neoliberais nos anos 1990 asseveram ainda mais as mudanças que estavam ocorrendo no mercado de trabalho brasileiro. A década de 1990 é marcada pela superação da hiperinflação e pelo desenvolvimento macroeconômico do país, no entanto, essas melhoras não se refletiram sobre o trabalho, pois a década de 1990 foi marcada pelo aumento do desemprego, da informalidade e da pauperização dos trabalhadores.

Para que se possa discutir sobre esses pontos, lembre-se que você está se preparando para um debate sobre o passado, o

presente e o futuro do trabalho no Brasil. Depois de ter visto como se iniciou a industrialização do Brasil, é preciso pensar nas seguintes questões: como a industrialização se desenvolveu no Brasil durante o século XX?

O Brasil hoje é um país preponderantemente urbano, como se deu a passagem de um país rural para um país urbano? Como essa mudança afetou o trabalho no Brasil? Com a inserção cada vez maior do país no capitalismo mundial, qual era a situação dos trabalhadores no Brasil no final do século XX?

Transcreva para sua apresentação os argumentos e pontos que irão sustentar sua fala em relação a estes questionamentos.

## **Não pode faltar**

### **Desenvolvimento e capitalismo dependente**

O Brasil havia iniciado, nos anos 1930, um projeto de industrialização que previa o desenvolvimento de um capitalismo nacional. Nos anos 1950 esse projeto ainda continua, pois o país ainda era preponderantemente agrário, mas com algumas mudanças propostas pelo novo governo.

Essas mudanças estabelecem um acelerado processo de modernização do país com o apoio do capital estrangeiro, o que fará com que o Brasil desenvolva um capitalismo associado, ou dependente.

Em 1956, Juscelino Kubitschek assume o governo, e se inicia uma fase de profundas transformações do sistema econômico do Brasil. Essas modificações afetam profundamente a estrutura social do país. A partir da década de 1950 o Brasil começa uma transição para um país eminentemente urbano e aumenta a dependência econômica em relação aos países centrais do capitalismo.

Cardoso (2010) afirma que 24% da população rural do país deixou as atividades no campo para se dirigir às cidades em busca de melhores condições de vida e de trabalho, motivados também pelo lema do governo JK "50 anos em 5", ou seja, a pretensão do governo era que o país crescesse o equivalente a 50 anos em um período de cinco anos. Para que isso acontecesse, o governo estabeleceu um Plano de Metas.

O Plano de Metas do governo JK provocou uma mudança qualitativa na economia brasileira, como afirma Carlos Lessa (1975, p. 14):



Em fins de 1956, [...] formulou o governo um ambicioso conjunto de objetivos setoriais conhecidos por Planos de Metas, que constituiu a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país. Estes objetivos iriam servir durante os próximos cinco anos de norteio à política econômica e, em certos aspectos, ao longo de sua execução suas postulações iniciais foram superadas e seu caráter de política de desenvolvimento industrial foi confirmada.

É importante destacar que o Plano de Metas tinha como objetivo alavancar a produção industrial do país; o setor agropecuário e a má distribuição de renda no país ocuparam espaço muito pequeno neste plano. Assim, o plano previu a ampliação do setor de energia para dar suporte à expansão industrial, à ampliação da pavimentação das rodovias, aos investimentos na melhoria dos portos e modernização da frota comercial, investimento nas indústrias intermediárias, ou seja, aquelas que produzem insumos para outras indústrias, com maior destaque para a indústria siderúrgica e de cimento. Havia também um conjunto de metas que dizem respeito à produção de bens de capital como: indústria automobilística; indústria da construção naval; mecânica e de materiais elétricos pesados.

Lessa (1975) aponta para a importância da decisão de se investir na indústria automobilística, uma vez que esta indústria impulsiona uma série de outros setores.

O Plano de Metas foi, segundo Lessa (1975), extremamente favorável à entrada de capitais estrangeiros no país, por outro lado, o governo implementou uma política de crédito para os setores considerados estratégicos no plano que tinham prolongados períodos de carência e amortização a taxas negativas de juros, ou seja, alguns setores poderiam emprestar dinheiro, que começariam a pagar somente após um ano (carência) e com taxas de juros abaixo de zero, sendo assim, as empresas iriam devolver ao governo brasileiro, que emprestou dinheiro a elas, um valor menor do que o emprestado. Essa prática serve, em alguns casos, para estimular a economia.



O governo JK é conhecido por seu lema “50 anos em 5”: a proposta era desenvolver a economia brasileira de maneira acelerada. Sobre o governo, JK indicamos a leitura do seguinte artigo. MOURÃO, Rafael Pacheco. Desenvolvimento, industrialização e ordenamento político: uma discussão sobre os Estados em Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek – dois Estados, uma “Ordem”. **Revista História em Curso**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 1º sem. 2012. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/historiaemcurso/article/view/1866/pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

O plano de metas, com seus investimentos em setores estratégicos, fez com que o “subsistema econômico brasileiro” se orientasse pelas tendências do sistema capitalista mundial (IANNI, 1986):

**O que é essencial para compreensão deste governo e da sua política econômica, é que se adotou, então, uma estratégia política de desenvolvimento que acabou por consolidar e expandir o capitalismo dependente, ou associado, segundo a perspectiva do governo da época (IANNI, 1986, p. 159).**



Se durante o governo de Getúlio Vargas a preocupação era de criar um capitalismo nacional, as políticas econômicas adotadas sobre o governo de Juscelino Kubitschek indicavam o desenvolvimento econômico dependente do Brasil. Isto implica, segundo Ianni (1986), uma continuidade de intervenção estatal na economia, para produzir as condições favoráveis para o desenvolvimento do setor privado, sem, contudo, dar continuidade ao projeto de uma economia nacional autônoma e emancipada. A economia dependente, ou o capitalismo dependente, que se desenvolveu no Brasil se caracteriza pela subordinação dos interesses nacionais aos interesses internacionais. Segundo Ricardo Antunes (1998), o tipo de desenvolvimento proposto na era JK era atrofiado e subordinado, pois se desenvolveu uma indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc.), lucrativa e estrangeira, e uma indústria de bens de produção (produtos para alimentar a indústria de bens de consumo duráveis) nacional. Assim, se mantém a lógica em que o país oferece produtos de baixo valor agregado para os países industrializados, mas com a diferença de que a indústria desses países se encontravam

em solo brasileiro, assim se mantém a lógica da subordinação e uma industrialização atrofiada. Ricardo Antunes afirma que nesse período



Efetivou-se o inchamento de alguns setores e ramos produtivos – como o setor de bens de consumo duráveis – que se oligopolizaram e expandiram-se, graças ao incremento tecnológico com o consequente aumento da produtividade do trabalho e isso sem falar na existência de um contingente industrial de reserva que possibilitou manter extremamente baixos os níveis de reprodução da força de trabalho. O governo Juscelino Kubitschek retratou isto: enquanto os salários permanecerem constantes, houve um grande incremento na produtividade em vários setores, tornando-se esse diferencial um instrumento básico para o processo de acumulação. (ANTUNES, 1998, p. 105).

Ricardo Antunes chama a atenção para o fato de que o processo de industrialização e o aumento de produtividade dos setores mais dinâmicos da economia não resultou em melhoria para a classe trabalhadora; aliás, o aumento de ganhos dos oligopólios se deu, justamente, às custas da classe trabalhadora. Sabendo que o capitalista realiza o processo de extração da mais-valia comprando a força de trabalho como valor de uso e utilizando-a como valor de troca, quanto mais baixos os níveis de reprodução da força e trabalho, menor o valor de salários e maior a quantidade de mais-valia extraída. Por isso que a taxa de acumulação das empresas estrangeiras no Brasil foram, e continuam sendo, extraordinárias.



### Exemplificando

O desenvolvimento de um capitalismo dependente interfere diretamente nas possibilidades de crescimento e desenvolvimento do país, pois uma vez que as empresas multinacionais ou transnacionais, se instalam no país, elas buscam como único objetivo maximizar os lucros, assim, por exemplo, uma empresa do setor automobilístico ao incrementar sua produção com diversas novas tecnologias elas buscam, nos países dependentes, exclusivamente diminuir o número de postos de trabalho e não melhorar as condições para as atividades dos trabalhadores. Além disso, o aumento da produtividade estimulado por todos os aportes e financiamentos governamentais não resultam, necessariamente, em maior número de empregos. A produtividade nos países periféricos do capitalismo pode crescer vertiginosamente com a diminuição significativa do emprego.

No Brasil se percebe um fenômeno bastante característico das economias dependentes, que é o crescimento da participação da produção industrial no Produto Interno Bruto (PIB) do país, no entanto, esse crescimento não significou, na mesma medida, o aumento dos postos de trabalho nesse setor. O PIB é a soma de todas as riquezas produzidas em um país, nos estudos de Helga Hoffmann (1977), e mesmo com o crescimento da participação da indústria no PIB brasileiro, chegando em 1964 a representar 29,9% do PIB, a indústria empregava menos de 10% da população economicamente ativa. Nos anos 1950, o Brasil tem uma acelerada urbanização. A população urbana cresce consideravelmente, motivada, sobretudo, pelas tentativas de melhorias na qualidade de vida, no entanto, os empregos urbanos não cresceram na mesma proporção, gerando uma massa crescente de desempregados e subempregados.

Após o fim do governo JK, entre os anos de 1962 e 1967, há um declínio no ritmo de crescimento brasileiro em parte por fatores externos, em parte por fatores internos. Nesse texto, a preocupação será discutir somente as questões internas.

No plano econômico, os anos de 1961 e 1964 foram anos de crise, sobretudo em função do tipo de desenvolvimento que havia ocorrido no país. Neste período, reduziram-se os investimentos estatais na economia, a entrada de capital externo do país também sofreu uma dura queda, a taxa de lucro das empresas baixou e o problema da inflação se agravou. De fato, nos anos seguintes o controle da inflação seria o grande desafio da economia brasileira.

O desenvolvimento da economia brasileira vivia um dilema; em função da crise política as ações governamentais nessa área não apresentavam muita clareza. Já não era possível conciliar política nacionalista com economia internacionalizada, como fez Juscelino Kubitschek, e as opções que se tinham era: ou criava-se um capitalismo nacional ou internacionalizava-se a economia.

**Em síntese, a análise das políticas econômicas adotadas revela desde logo intensas flutuações e ambiguidades. Tanto no Governo Quadros como no Governo Goulart a política econômica não chegou a configurar-se como um sistema de diretrizes coerentes. A sucessão e multiplicidade de medidas adotadas revelavam que os problemas estavam se multiplicando numa escala tão acelerada que o poder público não era capaz de lhe fazer face; ou os acompanhava com atraso. (IANNI, 1986, p. 197).**

”

Os problemas acelerados diziam respeito às relações externas, à manutenção do desenvolvimento industrial e a um Estado com escassos recursos. A massa de trabalhadores urbanos havia crescido consideravelmente na década de 1950 e a inflação que recaía sobre os produtos consumidos por esta classe, bem como o congelamento dos salários como medida anti-inflacionária agravaram a crise econômica e política.

O governo João Goulart, que durou de 1961 a 1964, propôs o plano trienal para tentar controlar e orientar o desenvolvimento econômico, e depois propôs as reformas de base com planos de reformas administrativas bancárias, fiscais e agrárias. No entanto, o divórcio ente o Poder Executivo e o Poder Legislativo emperrou todos os debates acerca das reformas, e a execução dos planos não foi possível.

## Plano Nacional de Desenvolvimento I e II

A deposição de João Goulart pelo golpe militar implicou em um longo período de regime ditatorial em nosso país. Ianni (1986) aponta que as diretrizes econômicas adotadas no período de 1964 a 1985 são todas do mesmo gênero, e tinham os seguintes alvos:



**Reduzir a taxa de inflação; incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal; estimular, sob controle governamental, o mercado de capitais; criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais em todos os setores de produção; estimular a modernização das estruturas urbanas; executar o plano habitacional; criar a indústria petroquímica; criar novos meios de ocupação e dinamização da economia da Amazônia; ampliar os limites do mar territorial; defender e estimular a indústria do café solúvel; formular uma política brasileira de energia nuclear; modernizar as estruturas universitárias; retomar os estudos sobre reforma agrária; propor o plano de Integração Nacional. (IANNI, 1986, p. 229).**

No pós-1964, o governo interferiu em todos os setores do sistema econômico nacional, implicando em uma reforma institucional, das normas e técnicas e dos objetivos relacionados à força de



trabalho e aos mercados de capital. Neste sentido, cabe destacar os Planos de Desenvolvimento I e II (1972-1979).

O Plano Nacional de Desenvolvimento I, conhecido pela sigla PND I, (BRASIL, 1971) tinha como objetivo manter o país entre as dez maiores economias do mundo e elevar a renda per capita para mais de 500 dólares em 1974. Para realizar esse objetivo o plano propunha e integração entre o setor público e o setor privado e entre trabalhadores e empresários, e a ideia de conciliação de classes está mais uma vez presente nas orientações econômicas e políticas da nação. O fortalecimento da indústria nacional também fazia parte desse plano, bem como o investimento em bases tecnológicas e na formação da mão de obra incentivando a alfabetização dos adultos e a universalização progressiva do ensino básico e a reforma universitária. O intuito era a formação de uma força de trabalho capaz de lidar com as tecnologias da era industrial. Assim, o PND I queria evitar o que ocorreu na década de 1950: o aumento das atividades industriais sem o crescimento de emprego, conforme afirmado no próprio plano:

**A experiência dos anos 50 mostra o que pode acontecer quando, mesmo num período de crescimento rápido do PIB (que foi de 6,9% ao ano, naquela década), não existe política definida de expansão do emprego da mão-de-obra. A industrialização acelerada, sem considerar os efeitos da política econômica sobre o emprego, levou a uma absorção anormalmente baixa de mão-de-obra no setor secundário: aumento anual do emprego no setor, de apenas 2,3%, para um crescimento da produção industrial de 9%. Em consequência, acumulou-se mão-de-obra subempregada no setor terciário, cuja produtividade chegou a declinar ligeiramente. (BRASIL, 1971, p. 64).**

Buscava-se dessa forma estimular o pleno emprego com alta produtividade industrial, levando em conta as características de cada região do país. Nesse sentido, a intervenção governamental deveria ser ampliada para organizar política e economicamente os investimentos no país.

Em larga medida o PND I pôde se realizar, no entanto as distorções internas, ou seja, o desenvolvimento econômico desigual das regiões perduraria. A expansão da indústria de bens de consumo duráveis, sobretudo a automobilística, foi a grande responsável pelo crescimento

econômico do país, porém a crise do petróleo de 1973 e a pressão inflacionária ocorrida pelos altos investimentos governamentais representaram um impasse para o planejamento econômico. Para dar continuidade ao desenvolvimento nacional, o governo optou por uma política de financiamento externo que poderia manter os níveis inflacionários e estimular o crescimento. Então, no final de 1974, o governo de Ernesto Geisel lança o Plano Nacional de Desenvolvimento II (MATOS, 2002).

Segundo Celso Furtado:



**Os objetivos estratégicos, definidos no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que deveria reger a ação do governo no período 1974-1979, podem sintetizar-se em dois pontos: a) ampliar a base do sistema industrial e b) aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho. (FURTADO, 1981, p. 46).**

Mantinha-se ainda a política de educação para formação dos trabalhadores brasileiros e a ideia fundamental era um crescimento industrial de 12% ao ano. Os investimentos maciços na industrialização produziram uma mudança significativa na estrutura social brasileira; na segunda metade da década de 1970 o Brasil era um país preponderantemente urbano e a taxa de empregos formais havia crescido. Em 1976, 20% da força de trabalho brasileira não-agrícola estava na informalidade e o desemprego estava em torno de 2,8%. No entanto, as crises do final da década de 1970 fazem com que esse cenário mude um pouco, aumentando a informalidade para 22,5% e o desemprego para 4,1% (IPEA, 1989).

## 1980 – A década perdida



### Assimile

O termo “década perdida” é utilizado para caracterizar a década de 1980 em toda América Latina. Esse período é marcado pela estagnação econômica, ou seja, nesse período não houve nenhum crescimento econômico na região. No Brasil, além da estagnação, houve uma diminuição do emprego e do poder de compra dos trabalhadores. A década de 1980 prepara a antessala das políticas neoliberais, pois a possibilidade de crescimento só seria possível com a abertura econômica e a adoção de medidas de austeridade impostas ao país pelas economias centrais do capitalismo.

A década de 1980, segundo Adalberto Cardoso (2010), marcou o fim do crescimento industrial brasileiro e um período de longa estagnação e desemprego estrutural.

Segundo esse autor:

[...] o Brasil passou por dois grandes processos de mudança estrutural no período [1950 – 2000]. Primeiro, até 1980, tivemos a perda da centralidade da agricultura como carro-chefe da economia e sua substituição pelas atividades tipicamente urbanas, em especial a indústria. A partir de 1980, e muito profundamente nos anos 1990, foi a indústria que perdeu centralidade que vinha adquirindo pelo processo anterior. E essa perda decorreu não só do crescimento maior dos serviços, mas principalmente da desindustrialização que se seguiu à abertura comercial associada ao câmbio valorizado (a “âncora cambial” do Plano Real), que expôs os produtores nacionais, antes protegidos pelo fechamento da economia típico do desenvolvimentismo, a competição externa. Em consequência, o valor real da produção industrial em 2000 era 6% menor do que aquele de 1980. (CARDOSO, 2010, p. 240)

A década de 1980 começa com uma grave crise no Brasil, a inflação atinge índices alarmantes e uma preocupante crise cambial atinge diretamente a força de trabalho. Em 1981 havia uma recessão instalada no país e os níveis de emprego caíram rapidamente. Os postos de trabalhos cresciam a um ritmo muito inferior ao crescimento da população que ingressava no mercado de trabalho. Assistia-se ao aumento de emprego de baixa remuneração, ou seja, inferior a um salário mínimo por mês, bem como a informalidade e o aumento do número de desempregados. Em 1983 o emprego informal representava 35,5% do total de trabalhadores não-agrícolas no país e a taxa de desemprego urbano era de 6,9% (IPEA, 1989).

O crescimento do setor informal é um dos critérios de precarização da força de trabalho, pois nesse segmento encontram-se as piores remunerações. O IPEA (1989) estimou que mais de 79% dos trabalhos que pagavam menos que um salário mínimo se encontravam, em 1983, no setor informal.

Esses dados, no entanto, não indicam uma queda da produtividade industrial, pois a produtividade da indústria brasileira cresceu

a uma taxa de 5,5% ao ano. O que os dados indicam é que a oferta de emprego não cresceu nos mesmos patamares do aumento da produção: a taxa de crescimento de emprego na indústria cresceu a uma taxa de apenas 1,1% (IPEA, 1989).

Apesar do crescimento do emprego no final da década de 1980, o que se verificou foi um agravamento da distribuição de renda no Brasil, pois o aumento dos trabalhos com baixa remuneração foi uma característica marcante do período no Brasil, bem como a estagnação econômica e o aumento da inflação.

## Reestruturação produtiva da década de 1990

O desafio econômico brasileiro no início da década de 1990 era conter a inflação, no entanto, não se pode perder de vista que a economia mundial está cada vez mais integrada e seguindo orientações estipuladas para a reprodução do grande capital. O capitalismo mundial já vem passando por uma fase de reestruturação desde o final dos anos 1970, e essa reestruturação começa a ser sentida no Brasil apenas na segunda metade dos anos 1980, em função da conjuntura política que o país vivia e dos planos de desenvolvimento que, apesar de contar com os investimentos do capital estrangeiro, está voltada para políticas de cunho nacionalista. Na segunda metade dos anos 1980 começa-se uma lenta abertura econômica e a adesão às políticas neoliberais, fundamentais para a nova fase do capitalismo, foram introduzidas de maneira mais efetiva nos anos 1990. Assistiu-se, dessa forma, a um período de desindustrialização brasileira com graves consequências para o trabalho. Giovanni Alves, ao falar das políticas econômicas de cunho neoliberal, afirma:



O “ajuste neoliberal” é caracterizado, principalmente, por uma política industrial centrada na abertura comercial, e pelo novo impulso no processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público, reestruturação das políticas sociais etc. (ALVES, 1998, p.131)

O ajuste neoliberal é uma estratégia adotada pelo Estado brasileiro para enfrentar a crise dos anos 1980. Esse ajuste, iniciado durante

o governo Collor (1990 – 1992), é aprofundado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) e, como consequência, integrou o país às transformações produtivas do capitalismo internacional. No entanto, essa integração se dá de maneira subordinada em função da posição que o país ocupa na divisão internacional do trabalho. A partir de 1994, com a adoção do Plano Real, o país entra em um período de estabilidade financeira, controle da inflação, crescimento econômico e altos índices de desemprego. Os altos índices de desemprego ocorrem pela concorrência internacional a que as empresas nacionais estão sujeitas em função da abertura econômica. Assim, para enfrentar a concorrência internacional e se adaptar à nova realidade mundial as empresas, tanto privadas como públicas, promovem profundas reestruturações produtivas, afetando de sobremaneira a classe trabalhadora.

A reestruturação produtiva implica em uma nova forma de organização do trabalho com novas bases tecnológicas, fazendo com que a produtividade aumente com a diminuição da necessidade de trabalho vivo. Há um enxugamento de todo o processo produtivo a fim de que esse se torne o mais lucrativo possível, e nesse sentido entram em cena a flexibilização dos contratos de trabalho, as terceirizações e deslocalização dos processos produtivos e todo um arcabouço de medidas que tendem a reduzir salários e incrementar a produtividade do trabalho (ALVES, 1998).

Apesar da reestruturação produtiva se valer de um arcabouço tecnológico capaz de possibilitar as mudanças no processo produtivo para ampliação da produção, foi a organização e o controle do trabalho que se destacaram nos anos 1990. Assim, entram em cena os Circuitos de Controle de Qualidade (CCQ) que visam rotinizar e racionalizar as atividades produtivas para que se adequem ao novo modelo produtivo hegemônico, o toyotismo. As empresas, também impulsionadas pela recessão de 1991 e 1992, demitiram grande parte de seu pessoal e incentivaram muitos trabalhadores a se demitirem, com os Planos de Demissão Voluntária (PDV), para que eles pudessem criar suas próprias empresas e prestar serviços terceirizados para os antigos locais em que trabalhavam. Dessa forma se mantinha o trabalho com pessoal que havia se qualificado, mas abria-se mão do custo da força de trabalho, uma vez que os trabalhos

terceirizados eram contratos apenas quando havia demanda. Dessa forma, os empregos industriais diminuem e aumenta o setor de serviços. Giovanni Alves (1998) nos oferece alguns dados importantes para se compreender essa afirmação. Segundo esse autor, no início dos anos 1990 a indústria da região do ABC paulista era responsável pela contratação de 51% da força de trabalho empregada na região, ao passo que o comércio respondia a 12,5% e o setor de serviço a 36% dessa mesma população. Em 1995, no entanto, a composição muda, o setor de serviço é responsável por 49% da população empregada, o comércio 18,5% e a indústria 32%.

O setor de serviços é o mais sujeito ao trabalho informal, pois muitos serviços são prestados sem contratos e, em muitos casos, os trabalhadores não têm registro em carteira de trabalho, crescendo, dessa forma, o número de trabalhadores informais desprotegidos pela legislação trabalhista e sujeitos a todo tipo de precarização do trabalho. O setor de serviço que cresceu no país foi, segundo Claudio Salvadori Dedecca (2005), os setores ligados à subsistência dos trabalhadores, assim, as atividades exercidas nesse setor eram, em sua maioria, pouco qualificadas e com baixas remunerações, implicando na pauperização de uma grande camada da classe trabalhadora brasileira.

A década de 1990, apesar do sucesso macroeconômico do Plano Real, foi uma época de altos índices de desemprego, sobretudo porque nas metodologias de análise do desemprego somava-se os trabalhadores do setor informal. Para combater essa mácula no Plano Real, bem como para que este se torne atraente para o grande capital internacional, começa no país um debate sobre a necessidade de “modernizar” as leis trabalhistas. O termo “modernizar” deve ser entendido, nesse contexto, como flexibilização e desregulamentação das leis que regem o trabalho, para que vários tipos de trabalho informal possam ser considerados formais. Assim, em vez de perceber quais eram as causas estruturais do desemprego no Brasil, se adota uma postura de que o excesso de regulação trabalhista é que causaria distorções no mercado de trabalho brasileiro e apenas o fim dessas regulações conduziria o país ao crescimento do emprego e da renda. No entanto, essas projeções não se confirmaram, pois, segundo Dedecca:

A nova dinâmica econômica, estabelecida a partir do início dos anos 90, jogou sistematicamente contra o mercado de trabalho. A baixa capacidade de geração de novas oportunidades de emprego, em um contexto de restrita regulamentação social, induziu que tal problema se manifestasse principalmente pela proliferação de ocupações de baixos rendimento e qualificação. Nesse contexto, pode-se dizer que o problema de emprego continuou extrapolando a situação de desemprego. (DEDECCA, 2005, p. 109).



O problema ao fim dos anos 1990 não era simplesmente o desemprego, mas o tipo de emprego, trabalho e renda que havia se tornado preponderante no território nacional. Nos dizeres de Giovanni Alves (1998), a década de 1990 marca uma nova ofensiva do capital contra o trabalho, procurando novas formas de exploração e de extração de mais-valia no Brasil.



**Refleta**

O crescimento econômico de um país significa, necessariamente, melhores condições de vida para toda a população?

## Sem medo de errar

O Brasil passou durante o século XX por um intenso processo de industrialização. Os anos 1950 são emblemáticos nesse sentido. Na segunda metade dessa década, Juscelino Kubitschek inicia um governo sob o lema “50 anos em 5”, e o objetivo audacioso desse governo era fazer com que o país crescesse economicamente em cinco anos o equivalente a 50 anos. Para realizar tal objetivo, o governo JK optou pelo desenvolvimento de um capitalismo dependente. O capitalismo dependente se caracterizou pelo alto grau de investimentos externos para o desenvolvimento do país, bem como pela atração de empresas estrangeiras. O Plano de Metas previa investimentos maciços em obras de infraestrutura e o desenvolvimento industrial, sobretudo no setor automobilístico. A opção por se investir na indústria automobilística se mostrou acertada no plano macroeconômico, pois foi o principal setor industrial do século XX e

o desenvolvimento dessa indústria alcançava diversos outros setores da economia. No entanto, o Brasil desenvolveu uma industrialização atrofiada, pois as principais indústrias que produziam bens de consumos duráveis eram estrangeiras, assim, os maiores lucros produzidos no país não ficavam em solo brasileiro, mas se destinavam para as sedes dessas empresas. A indústria brasileira se desenvolveu no setor de insumos e bens não duráveis. Assiste-se, nesse período, a um intenso processo de urbanização do país, por essa razão o número de empregos criados pelo processo de industrialização era muito abaixo do número de trabalhadores que buscavam oportunidades nos centros urbanos.

A partir de 1961 o Brasil começa a enfrentar o grande vilão da segunda metade do século XX: a inflação. O tipo de desenvolvimento que ocorreu no país nos anos anteriores sofreu em virtude da diminuição dos investimentos estatais e da queda na entrada de capital estrangeiro. A crise instaurada no país se agrava com algumas medidas para conter a inflação, como o congelamento dos salários. A crise tinha tanto o componente econômico, a inflação e a falta de recursos para o investimento, quanto o componente político, uma celeuma entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

O ano de 1964 marca uma ruptura política no Brasil com o golpe militar e inaugura uma fase de tentativa de planificação da economia. São elaborados planos de desenvolvimento econômico com o objetivo de reduzir a inflação e imprimir altas taxas de crescimento. O Plano Nacional de Desenvolvimento I, lançado em 1972, tinha como objetivo manter o país entre as dez maiores economias do mundo, alavancar a produção industrial e estimular o emprego, entre outros fatores. Em relação ao emprego, o que se observou é que seu crescimento não se deu na mesma medida que o crescimento industrial, no entanto, o plano conseguiu alcançar vários objetivos propostos. A crise do petróleo em 1973 e a pressão inflacionária, decorrente dos altos investimentos governamentais, fizeram com que a continuidade do desenvolvimento do país tivesse que ser feita com o financiamento externo. Assim, se mantinha uma situação paradoxal: de um lado o poder executivo mantinha um forte controle interno e, de outro, os centros de decisão econômicas eram influenciados pelos setores externos. Com a ideia de continuar o ciclo de crescimento, é lançado em 1974 o Plano Nacional de Desenvolvimento II. Esse pla-



no conseguiu mudar a estrutura do emprego no Brasil: na segunda metade da década de 1970, 80% da força de trabalho urbana estava na formalidade. No entanto, a crise internacional do final dos anos 1970 faz com que a taxa de desemprego aumente e a carga inflacionária passa a ser um grande problema para o país.

A década 1980 é marcada pela inflação galopante, altas taxas de desemprego e um processo de desindustrialização que se assevera na segunda metade dessa década. Em um cenário de crise e desemprego, os governos que se sucederam nos anos 1990 optaram pela adoção das políticas neoliberais como forma de superação da crise. De fato, depois de passar por uma crise entre os anos de 1991 e 1993, o governo passa a controlar a inflação e o país volta a crescer economicamente. No entanto, esse crescimento econômico não significou uma melhora no mercado de trabalho. A concorrência internacional exigiu das empresas nacionais novas formas de gestão do trabalho, e a face mais evidente dessas novas formas de organização do trabalho foi a flexibilização. A reestruturação produtiva dos anos 1990 visava a aumentar a produtividade da força de trabalho. A ideia central era produzir mais com menos trabalhadores. Essa lógica fez com que o desemprego aumentasse, e a alternativa para a classe trabalhadora era encontrar formas diferenciadas de manutenção de suas vidas materiais. Grande parte da força de trabalho migra para o setor de serviços em que o trabalho é pouco qualificado, as remunerações são baixas e há um alto índice de informalidade. A década de 1990 é marcada pela crescente pauperização da classe trabalhadora e pelas investidas governamentais em desregular as leis trabalhistas.

## Faça valer a pena

**1.** O Plano Nacional de Desenvolvimento I, lançado em 1972, tinha por objetivo manter o Brasil entre as dez maiores economias do mundo e elevar a renda per capita.

Sabendo disso, analise as afirmações abaixo:

- I. O PND I estava fortemente ancorado na ideia de conciliação de classes.
- II. O PND I previa o investimento maciço na produção agrária para atender à vocação econômica brasileira, desconsiderando investimentos em tecnologia.
- III. A alfabetização dos adultos, a universalização progressiva do ensino bá-

sico e a reforma universitária eram parte constante de PND I.

Sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento I pode-se afirmar:

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas a afirmação III está correta.
- c) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- d) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- e) As afirmações I, II e III estão corretas.

**2.** Os diversos planos econômicos na história recente do Brasil tinham como objetivo estabilizar a inflação para promover o crescimento do país. Diversos planos foram construídos a partir da década de 1980 com esse intuito, e entre eles ganha destaque o Plano Real, que entrou em vigor em 1994, impactando de diferentes formas a estrutura econômica brasileira e a vida de todos os trabalhadores.

Sabendo disso, assinale a alternativa correta sobre os efeitos do Plano Real.

- a) O Plano Real produziu resultados positivos para o crescimento econômico do país, mas também marcou um período com a informalidade e a pauperização da classe trabalhadora.
- b) O Plano Real produziu resultados positivos para o crescimento econômico do país, bem como promoveu uma nova onda de industrialização que elevou o nível dos salários em geral.
- c) O Plano Real fracassou em estabilizar a inflação do país, e as políticas protecionistas adotadas durante o Governo FHC foram responsáveis pelo aumento do desemprego.
- d) O Plano Real marca o fim das políticas neoliberais no Brasil e o início de uma era chamada de “novo desenvolvimentismo”, com investimento na indústria nacional e na geração de emprego.
- e) O Plano Real imprimiu uma nova orientação ao mercado de trabalho. Nessa nova orientação assistiu-se ao aumento do emprego formal e dos salários e a melhoria da educação no Brasil.

**3.** Sobre o governo de Juscelino Kubitschek, Carlos Lessa afirma:

Em fins de 1956, [...] formulou o governo um ambicioso conjunto de objetivos setoriais conhecidos por Planos de Metas, que constituiu a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país. Estes objetivos iriam servir durante os próximos cinco anos de norteio à política econômica e, em certos aspectos, ao longo de sua execução suas postulações iniciais foram superadas e seu caráter de política de desenvolvimento industrial foi confirmada (LESSA, 1975, p. 14).

Analise as asserções a seguir:

I. O tipo de desenvolvimento capitalista proposto pelo governo Juscelino Kubitschek pode ser considerado atrofiado e subordinado;

II. Durante o governo JK se desenvolveu uma indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.) lucrativa e estrangeira e uma indústria de bens de produção (produtos para alimentar a indústria de bens de consumo duráveis) nacional subordinada aos interesses das empresas estrangeiras.

Assinale a alternativa correta sobre o desenvolvimento no governo de Juscelino Kubitschek:

- a) A asserção I e II estão corretas e asserção II explica a asserção I.
- b) A asserção I e II estão corretas, mas a asserção II não explica a asserção I.
- c) A asserção I está correta e asserção II está errada.
- d) A asserção I está errada e a asserção II está correta.
- e) As asserções I e II estão erradas.

## Seção 4.3

### Sociologia e direitos dos trabalhadores no Brasil

#### Diálogo aberto

A história do trabalho e do direito dos trabalhadores é a história de luta de uma classe por melhores condições de trabalho e, portanto, de vida. No caso brasileiro essa história não poderia ser diferente. Portanto, levando em conta o objetivo de discutir o direito dos trabalhadores e as consequências da reforma trabalhista no Brasil introduzida pela Lei nº 13.467/2017, será debatido nessa seção como se estruturaram os direitos dos trabalhadores no Brasil desde sua ausência completa, passando pela visão policialesca dos levantes operários, chegando à promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho. Será discutido como ao longo do século XX essa questão foi tratada e quais os desafios que se apresentam na atualidade.

Lembre-se que o objetivo desse estudo é prepará-lo para o debate sobre o passado, o presente e o futuro do trabalho no Brasil. Assim, a preocupação central, nesse momento, é tentar responder os seguintes questionamentos: como se constituiu o direito dos trabalhadores no Brasil? Qual o papel dos sindicatos nessa construção? Como as leis se ajustaram no decorrer dos anos? Quais as modificações que ocorreram nas formas de luta dos trabalhadores no Brasil? Com a Reforma trabalhista que entrou em vigor em 2017, quais as consequências para os trabalhadores? O que esperar dos estudos sobre o trabalho no futuro?

#### Não pode faltar

### A construção dos direitos dos trabalhadores no Brasil

A história do direito dos trabalhadores, em todo o mundo, é a história das lutas e das mobilizações dos trabalhadores. O caso brasileiro não é diferente, mesmo que, em alguns momentos, esses direitos tenham aparência de dádivas do Estado para os trabalhadores, ou

seja, um presente do Estado para os trabalhadores. Assim, é importante discutir o direito dos trabalhadores a partir de uma visão crítica do contexto político mais amplo que cercou o mundo do trabalho no Brasil.

A primeira parte da história do trabalho no Brasil é marcada pelo trabalho escravo, portanto, por um grupo de pessoas destituído de qualquer direito. O fim da escravidão, em 1888, não trouxe outros direitos para o liberto a não ser o fim do cativo (MARIGONI, 2013).

**No fim do Império, em 1889, existiam 55 mil operários – a maioria imigrantes – trabalhando em pequenas oficinas e poucas fábricas de grande porte. E havia cerca de um milhão de escravos recém-libertos. A abundância de mão de obra imigrante levou os ex-cativos a constituírem um imenso exército industrial de reserva, descartável e sem força política na jovem República. Num quadro desses, o nascente empresariado não via sentido em pagar salários decentes ou conceder qualquer tipo de direitos aos seus trabalhadores. (MARIGONI, 2013, s/p.).**



Entre o fim da escravidão e a década de 1930, período em que o Brasil tenta dinamizar a economia nacional com o incentivo à industrialização do país, poucas leis foram aprovadas em favor dos trabalhadores. Em 1903, o Decreto nº 979 concedia o direito aos trabalhadores rurais de se organizarem em sindicatos, e em 1907, o Decreto nº 1.637 garantiu aos trabalhadores urbanos o direito à sindicalização. No entanto, no ano de 1907, é aprovada a lei que autoriza a expulsão de estrangeiros envolvidos em protesto, e para uma classe operária formada, em grande parte, por estrangeiros, essa lei era a tentativa de evitar que os trabalhadores se manifestassem contra as péssimas condições de trabalho. Segundo Adalberto Cardoso (2010), as relações entre capitalistas e trabalhadores no Brasil da primeira República são cercadas pelo medo do outro, do diferente. Para as elites econômicas do país, o trabalhador brasileiro era pacífico e ordeiro “em oposição aos imigrantes portadores de ideologias alienígenas, como o anarquismo e o comunismo” (CARDOSO, 2010, p. 73). O autor ainda afirma que o imigrante era alguém considerado perigoso, pois o estrangeiro, portador de ideias estranhas à realidade social brasileira, poderia “contaminar corações e men-

tes com ideias corruptoras da estrutura tradicional de dominação” (CARDOSO, 2010, p. 75). Portanto, apesar da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre e de algumas leis que pareciam conceder direitos aos trabalhadores, o início do século XX é marcado pela manutenção da estrutura tradicional de dominação. Essa estrutura tradicional de dominação era baseada em uma rígida hierarquia, na dependência pessoal, na patronagem, no favor e no mandonismo.



### Assimile

O conceito de mandonismo pode ser entendido como uma característica da política tradicional no Brasil e se refere ao poder de mandar que um indivíduo exerce sobre a população em função da posse de recursos estratégicos, como terras ou controle econômico de determinado setor, que a impede de ter livre acesso à sociedade política e ao mercado. Na história do Brasil, o mandonismo, segundo José Murilo de Carvalho (1997), confunde-se com a própria história da cidadania, pois o acesso à cidadania plena passa pela superação do mandonismo.

Mesmo com as manifestações operárias sendo tratadas como caso de polícia, elas não deixaram de acontecer. De fato, entre 1910 e 1920 foram intensificadas as lutas e a organização dos trabalhadores. Em 1906 havia sido realizado no Rio de Janeiro o primeiro Congresso Operário do Brasil, e desse congresso saem duas decisões importantes: a luta pela jornada de oito horas e a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB). A COB propõe um sindicalismo revolucionário e exercerá grande influência entre os trabalhadores do Rio de Janeiro e de São Paulo até 1920. Em 1913, a COB realiza o segundo Congresso operário com a presença de representantes de 52 sindicatos diferentes. Entre as resoluções desse congresso está a reativação do jornal a Voz do Trabalhador, que havia sido fundado em 1906 como órgão de divulgação da COB, que passa a ter uma tiragem de 4 mil cópias. Em 1915 é criado em São Paulo o Comitê de Defesa Proletária, que tinha como objetivo organizar e unificar a luta dos trabalhadores. Entre 1915 e 1916 são registradas 144 greves em São Paulo (CUT, 2007).

A partir de 1917, o quadro social das cidades começa a se depreciar rapidamente. Hécio Luiz Adorno Júnior (2011, p. 20) afirma que “entre

1917 e 1920, o excesso de oferta de mão de obra na nascente indústria brasileira, decorrente da utilização em larga escala do trabalho infantil e das mulheres, gerou a insatisfação generalizada dos trabalhadores.” Em 1917 acontece primeira greve geral na cidade de São Paulo.

**A paralisação começou no Cotonifício Crespi, localizado no Bairro da Moóca, uma das maiores unidades fabris da capital paulista. Os grevistas reivindicavam 20% de aumento, regulamentação do trabalho feminino e abolição das multas. Rapidamente a greve se espalha pelas fábricas dos bairros vizinhos, chegando a atingir 54 fábricas, reunindo aproximadamente 20 mil trabalhadores em greve. Alarmadas com a dimensão do movimento, as autoridades ordenaram que a cidade fosse fortemente patrulhada pelas tropas de infantaria, que foram orientadas para dissolver as aglomerações. (CUT, 2007, p. 50).**



Entre 1917 e 1919 os levantes operários mantiveram um certo dinamismo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Diversas organizações operárias foram criadas e os levantes operários tinham como principal bandeira a jornada de trabalho de oito horas.

A partir de 1919, inicia-se o que Giannotti (s/d, p. 7) chamou de “um esboço de legislação social” no Brasil, e dessa forma é promulgada a lei sobre o acidente de trabalho em 1919, o direito a 15 dias de férias em 1925 e a lei sobre o trabalho do menor de 1926. A maioria dessas leis eram “letras mortas”, pois na realidade se continuava com as antigas práticas em relação aos trabalhadores.

Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2015) afirmam que a década de 1920 é marcada pela forte repressão policial contra os trabalhadores, assim, o que se percebe é uma diminuição das greves e uma desarticulação da capacidade de se organizar dos trabalhadores urbanos.

A partir de 1930, o Governo Vargas, segundo Ricardo Antunes (2006), trouxe a questão do trabalho para uma agenda social e tirou-a da agenda política. Até então, como vimos, os casos de agitação dos trabalhadores eram tratados como casos de polícia e, portanto, com repressão. No entanto, as motivações para essas mudanças não são somente a preocupação com o bem-estar dos trabalhadores, mas, sobretudo fazem parte do projeto político de Vargas para a sua manutenção no poder. Nesse sentido, Ricardo Antunes afirma que:



Vargas precisava da classe operária como força, suporte, âncora em sua relação com as classes que de fato ele representava, ou seja, as frações agrárias tradicionais e as forças industriais emergentes. Mas para representar os de cima, precisava do apoio dos de baixo.” (ANTUNES, 2006, p. 85).

Getúlio Vargas concedia, como dádiva do governo, as reivindicações sociais que há anos os trabalhadores exigiam, como férias, redução da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, etc. Além disso, estabeleceu o salário mínimo como forma de fortalecer o mercado interno e criar um mercado para os bens que iriam ser produzidos no país. No entanto, em troca dessas concessões, o Estado passou a exercer um forte controle sobre os sindicatos, sobretudo os de orientação anarquistas, comunistas ou trotskistas – é importante ressaltar que muitos sindicatos eram formados por imigrantes que tinham essas orientações em seus países de origem, logo o sindicato no Brasil apresenta algumas dessas características. Assim, a Lei da sindicalização, de 1931 não permitia que estrangeiros dirigissem os sindicatos e proibia atividades políticas e ideológicas; por essa razão os sindicatos tornaram-se órgãos assistencialistas, prestando serviços de saúde e serviços de advogados, sem promover as lutas de classes. “Com a criação do imposto sindical, consolidou-se o domínio do Ministério do trabalho sobre os sindicatos” (ANTUNES, 2006, p. 86). Ricardo Ismael (2011) afirma que esse tipo de sindicalismo desenvolvido na era Vargas é o sindicalismo corporativo que tem como características “poder regulador do Ministério do Trabalho, unicidade sindical, filiação sindical voluntária, contribuição sindical compulsória e poder normativo da Justiça do Trabalho” (ISMAEL, 2011, p. 84).

No dia 1º de maio de 1943 é decretada a Lei nº 5.452, sistematizando o conjunto de leis, decretos e normas existentes sob o título de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Basicamente, a CLT se voltaria para três questões, a saber: o direito dos trabalhadores, a organização dos sindicatos e a Justiça do Trabalho (MARIGONI, 2013). Segundo Márcia da Silva Costa (2005, p. 113) a “CLT assegurava vantagens trabalhistas e sociais mínimas por intermédio de uma política populista de incorporação estratégica e limitada da massa de trabalhadores”.



A Constituição de 1946 apresenta avanço no campo social para os trabalhadores, assegurando o direito de greve, proibindo o trabalho de menores de 14 anos e obrigando a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa (BRASIL, 1946). No entanto, sob o Governo Dutra (1946 – 1951) as greves são novamente proibidas e os sindicatos são fechados.

Com a volta de Vargas ao poder pelo voto popular, em 1950, o salário mínimo é reajustado e coloca-se fim aos atestados ideológicos para ocupação de cargos sindicais. Os atestados ideológicos eram atestados de “bons antecedentes” emitidos pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que garantia que o cidadão não pertencia a nenhum partido ou organização contrária ao governo.

O período de 1951 a 1953 é marcado por poucas greves, mas em 1953 há a Greve dos 300 mil em São Paulo, e sobre essa greve Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling afirmam:

A Greve dos Trezentos Mil durou quase um mês e foi coordenada pelos cinco maiores sindicatos de São Paulo: Têxtil, metalúrgico, gráfico, vidraceiro e marceneiro. Os grevistas conquistaram um aumento em média, de 32% no salário, e sua forma de mobilização serviu de modelo para o movimento operário em todo o país, pelo menos até 1964. A greve transbordou para a sociedade, recebeu o apoio dos estudantes e permitiu aos trabalhadores não apenas construir sua primeira intersindical – a união de sindicatos de diferentes categorias com o objetivo de atuarem politicamente, o que era proibido pela legislação – como avançar rapidamente para o formato de uma central sindical. No fim da greve, o recém-criado Pacto da Unidade Intersindical contava com mais de cem sindicatos filiados, só em São Paulo. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 441)



A Greve dos 300 mil marca um importante momento das lutas operárias no Brasil; os trabalhadores conseguiram algumas vitórias como o reajuste dos salários e a criação de uma estrutura sindical paralela ao Estado, que era o Pacto de Unidade Intersindical, mas ainda ligada ideologicamente ao populismo. Para José Alves Moisés (1978, p. 94):



A greve de 1953 que, em grande parte revelara a tendência da classe operária de ir à ação, resultava, assim, em uma experiência histórica que servia ao fortalecimento do populismo, isto é, uma forma específica de política de dominação de classes.

Em relação ao populismo, é preciso ter claro algumas considerações para que não se caia no discurso fácil de que todo populismo se vale da ignorância das classes subalternas e da demagogia dos dirigentes. Armando Boito Júnior (1991) afirma que no Brasil, o termo populismo tem sido usado de diversas formas e sob várias circunstâncias utilizando-se de uma definição alheia à realidade brasileira. Assim, para esse autor, o termo populismo deve ser entendido como a ideia do Estado protetor, um Estado responsável por agir em favor das classes fragilizadas contra os desmandos dos poderosos. Esse populismo no Brasil teve tanto representantes de esquerda quanto de direita. Os sindicatos, via de regra, estão impregnados dessa ideia de um Estado que deve intervir e regular sua conduta, tanto que, para Boito Júnior (1991), o sindicalismo brasileiro é dotado de um forte legalismo, ou seja, acredita que suas ações devem ser executadas em conformidade com as leis que regem o Estado e não com o rompimento dessas normas. Cria-se, dessa forma, um tipo de sindicalismo que é de vertente reformista, cuja a ideia nunca é romper com o Estado burguês, mas tentar reformar alguns elementos desse Estado para suavizar a vida dos trabalhadores.

Moises (1978) afirma que a criação de uma estrutura paralela de organização dos sindicatos poderia, após a morte de Vargas em 1954, ter sido a base para a criação de uma estrutura autônoma a partir da base do movimento operários, ou seja, da demanda dos próprios trabalhadores. No entanto, o que se percebeu foi a continuidade da subordinação dos sindicatos ao Estado e de suas funções assistencialistas. Essa estrutura paralela ainda subordinada ao Estado tendeu a apoiar os líderes populistas herdeiros dos projetos econômicos de Vargas. Esse apoio não pode ser detectado como falta de consciência, como um tipo de orientação ideológica presente nos sindicatos de que o Estado deve ser regido por alguém que possa utilizar o aparato burocrático em favor da classe trabalhadora.

A estrutura criada a partir de 1953 com Pacto da Unidade Sindical foi um dos pilares do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) du-

rante o governo João Goulart (1961 – 1964). Essa organização perdura até 1964, quando o golpe militar põe fim ao governo Jango e há uma nova investida contra a organização dos trabalhadores e, portanto, contra os direitos que esses possuem de lutar por seus direitos.

Mariany Gregório (2007, p. 114) afirma que no período da ditadura militar no Brasil as entidades não oficiais de sindicalismo foram dissolvidas, e o “Ministério do Trabalho passou a ter o controle das eleições sindicais, indicando para a chefia das direções membros de sua própria escolha”. Os atestados ideológicos voltam a ser solicitados para aqueles que querem se candidatar à direção dos sindicatos, e a CGT deixa de existir, pois era uma entidade não-oficial. Em 1964 é promulgada a Lei nº 4.330, que ficou conhecida como Lei Antigreve, que, entre outras coisas, estabelece:

**A greve será reputada ilegal: 1) se não atendidos os prazos e as condições estabelecidas nesta lei; 2) se tiver por objetivo reivindicações julgadas improcedentes pela Justiça do Trabalho em decisão definitiva, há menos de um ano; 3) se deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade sem nenhuma reivindicação que interesse direta e legitimamente a categoria profissional. 4) se tiver por fim alterar condições constantes de acordos sindicais, convenção coletiva de trabalho ou decisão normativa da Justiça do Trabalho em vigor, salvo se tiverem sido modificados substancialmente os fundamentos em que se apoiam. (MARTINS, 1989 apud GREGÓRIO, 2007, p. 115).**

Entra em vigor, a partir de 1964, o “arrocho salarial”. O “arrocho salarial” é uma política de reajuste dos salários abaixo da inflação. Com esse tipo de política, os trabalhadores perdem gradativamente seu poder de compra. Maria Helena Moreira Alves (1984) afirma que em 1976 o salário mínimo comprava apenas 31% daquilo que ele podia comprar em 1959, ou seja, houve uma depreciação de 69% do salário mínimo entre 1959 e 1976. A despeito da afirmação de que a responsável pela queda no poder de compra real do salário mínimo foi a inflação, Alves (1984) demonstra que a inflação baixou entre os anos de 1964 e 1969, e afirma que “a diminuição do valor real dos salários não pode ser considerada efeito da inflação; foi, antes, resultado da política de controle salarial do Estado”. (ALVES, 1984, p. 115)

Ainda no início do período de governo militar no Brasil, a lei que concedia indenização para trabalhadores demitidos sem justa causa foi extinta e a estabilidade para trabalhadores que estava a mais de 10 anos no serviço foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (GREGÓRIO, 2007).

Maria Helena Moreira Alves (1984) afirma que a política salarial adotada pelo Governo Federal, que resultou em um rebaixamento considerável da renda da classe trabalhadora, e a generalização da insegurança causada pela adoção do programa de FGTS, bem como a forte repressão aos protestos de ruas serviram de estímulo para uma onda oposicionista. Portanto, apesar da forte repressão exercida pelo Governo Federal contra as manifestações dos trabalhadores, essas não deixaram de acontecer, no entanto, em um cenário político policialesco, essas manifestações foram pontuais e sem grandes vitórias. O período conhecido como “milagre econômico” foi de aumento de produtividade no Brasil, mas com rebaixamento do valor real dos salários.

Com uma situação precária no que tange aos salários e diante da impossibilidade de manifestações abertas pela luta por seus direitos, os trabalhadores começam a usar, na década de 1970, novas formas de resistência. Ricardo Antunes (1992) afirma que:



Essa resistência era marcadamente defensiva, caracterizada pelas freagens e o “amarrar” da produção que refletiam, de um lado, a criatividade no plano da espontaneidade operária, e de outro, os limites imanentes a essa forma de luta. [...]. Implacavam, na maioria das vezes, a diminuição do ritmo da produção (operação tartaruga), a sabotagem ou fabricação de uma mercadoria propositadamente defeituosa (operação boicote), esquecimento dos crachás identificadores para ingresso nas fábricas (operação amnésia), não realização de trabalhos não previstos pela profissão (operação quebra-galho), etc., uma gama de recursos que denotavam o descontentamento e a rebeldia operária. (ANTUNES, 1992, p. 14).

Todas essas formas de resistência expressam o descontentamento dos trabalhadores com seus ganhos, com suas atividades e com a opressão e o controle que estão sujeitos nas fábricas. Em 1974 é realizado em São Bernardo do Campo o I Congresso Metalúrgico

de São Bernardo do Campo, definindo os pontos centrais das lutas dessa categoria, que eram: a liberdade sindical, lei que assegurasse os direitos básicos do trabalho e as negociações coletivas.

Em 12 de maio de 1978 tem início, de maneira tímida e espontânea, a greve da Scania. Espontânea porque, segundo relato de um dos grevistas, o pessoal do turno da manhã simplesmente não ligou as máquinas, entrou, passou os cartões mas não se produziu nada, não houve uma decisão do sindicato sobre isso, nem uma reunião anterior dos trabalhadores; eles decidiram espontaneamente não produzir. Tímida, porque essa greve tem início no interior da fábrica com a paralisação da produção. A paralisação pegou o patronato de surpresa, o sindicato foi chamado e algumas condições foram negociadas para o retorno ao trabalho. Com tudo acertado, os trabalhadores retornaram ao trabalho, no entanto, a empresa, pressionada pelas outras empresas do setor automobilístico, não cumpriu o acordo. Apesar do revés, as greves começaram a se espalhar para as outras fábricas do setor automobilístico do ABC paulista. A greve foi considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), no entanto, o movimento continuava a se expandir, chegando a ter mais de 150 mil operários do ramo metalúrgico em greve em 1978. (ANTUNES, 1992).

Assim, a partir de maio de 1978 tem-se um novo momento do movimento operário no Brasil. Se até 1964 o sindicalismo tinha como principal alvo as reivindicações ao Estado na produção de leis que protegessem o trabalhador, a partir de maio de 1978 o movimento operário brasileiro questiona:



**a autoridade do capital nos locais de trabalho, contrapondo-se à organização capitalista do processo de trabalho e exigindo a substituição da legislação que regula as relações de trabalho por uma nova institucionalidade que garanta a democratização das relações de trabalho país. (FLEURY; FISCHER, 1987, p.83).**

A partir das greves de 1978, surge no país aquilo que alguns autores chamam de “novo sindicalismo”. Esse novo sindicalismo apresenta algumas características importantes, a saber: é bastante crítico em relação à estrutura corporativa dos sindicatos e à intervenção do Estado nos sindicatos, não obstante sua estrutura tivesse sido herdada do sindicalismo corporativo instituído desde a era Vargas; o novo sin-

dicalismo voltou-se para dentro das fábricas, ou seja, a questão era organizar os trabalhadores a partir das plantas das fábricas, pois a luta era contra a organização capitalista do trabalho e não contra o Estado; ampliação da pauta de reivindicações e a busca por novos direitos do trabalhadores; distanciamento na relação com o partido político, elemento comumente encontrado no populismo (CARDOSO, 2002).

Os anos de 1978, 1979 e 1980 foram repletos de greve e reivindicações dos operários. O país atravessava uma forte crise econômica e o autoritarismo do regime implantado desde 1964 dava sinais de desgaste. As greves foram duramente reprimidas, mas os trabalhadores conseguiram vitórias significativas, como a reposição salarial e uma maior penetração dos sindicatos no interior das fábricas, atuando diretamente nas negociações coletivas. Costa (2005) afirma que:



Aspectos do trabalho até então de domínio exclusivo da gestão capitalista, como controle disciplinar, ritmos de produção, regras de promoção, estabilidade, distribuição de horas extras, condições de higiene e segurança no trabalho etc., passaram a ser confrontados, pelo menos nos setores mais fortemente organizados, mediante a militância dos trabalhadores e a reivindicação crescente de espaços de intervenção diretamente barganhados. (COSTA, 2005, p. 118)

Segundo Costa (2005), a Constituição de 1988 foi o coroamento das lutas operárias, pois várias reivindicações feitas durante a década de 1980 foram tornadas leis nessa constituição. Entre as principais conquistas destaca-se:



direito de greve, liberdade para a criação de sindicatos sem a tutela estatal, restauração do poder de negociar diretamente com os patrões, institucionalização dos delegados de base, entre outros –, como no âmbito da ampliação de direitos sociais e trabalhistas – redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas, seguro desemprego, licença gestante de 120 dias, licença paternidade. Contudo, deve-se assinalar que, se a Constituição eliminou vários princípios autoritários encontrados na CLT, ela manteve alguns dos seus principais traços corporativistas: a unicidade sindical e a contribuição sindical obrigatória, que o novo sindicalismo tanto combateu. (COSTA, 2005, p. 118)

Assim, a história do direito dos trabalhadores do Brasil se desenvolve conjuntamente com as lutas desses trabalhadores. Nesse campo é possível perceber diversas vitórias e algumas derrotas, mas como a história do trabalho em todo o mundo, no Brasil ela ainda está em construção, e em 2017 se escreve mais capítulo desses direitos.

## **A reforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho**

A década de 1990 no Brasil é marcada pela reestruturação produtiva, uma profunda crise do emprego e pela adoção das políticas neoliberais. Nesse período começa-se a se propor formas de desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas, pois para alguns teóricos como José Pastore (1994), a informalidade à qual grande parte da força de trabalho brasileira foi relegada nos anos 1990 não é decorrente da reestruturação produtiva que resultou em um grande número de desempregados, mas sim da rigidez das leis trabalhistas e da forte regulação que o mercado de trabalho brasileiro apresenta, dessa forma, para sanar o problema do desemprego e da informalidade, torna-se necessário flexibilizar e desregulamentar as leis trabalhistas no país.

A crítica à rigidez do mercado de trabalho no Brasil fez com que o Governo Federal, em consonância com os desejos do empresariado, promovesse algumas reformas institucionais que pudessem pôr fim a essa rigidez. Nesse sentido foram criadas, durante a década de 1990 e especialmente após 1994, diversas leis que tinham por interesse desregulamentar o mercado de trabalho e flexibilizar os direitos trabalhistas, entre as quais destacam-se: o contrato por tempo determinado, que estabelece que a empresa pode realizar um contrato com o trabalhador por um determinado tempo preestabelecido; a criação de cooperativas profissionais em que o trabalhador deixa de ser empregado pela empresa e torna-se um cooperado; trabalho em tempo parcial; suspensão do contrato de trabalho por período indeterminado; ampliação do contrato temporário; banco de horas como forma de flexibilização da jornada de trabalho; liberação do trabalho aos domingos no comércio; desindexação do salário, ou seja, os salários não são reajustados automaticamente quando há rea-

juste do salário mínimo, esse reajuste dependerá da livre negociação entre os trabalhadores e os empregadores; entre outras propostas construídas e regulamentadas pelo Governo Federal (KREIN, 2001).

As alterações nas leis trabalhistas experimentadas durante a década de 1990 afetaram a classe trabalhadora em seus direitos, em sua renda e em sua capacidade de se organizar. Giovanni Alves (2002) afirma que a década de 1990 foi marcada pelo pior crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) do país na história recente do país – conseguindo apresentar resultados piores do que a década de 1980, considerada a década perdida, pelo aumento significativo do abismo social entre os que ganham menos e os que ganham mais, pelo desemprego em massa, pela degradação dos salários e pela proliferação do trabalho temporário. O mundo do trabalho se tornou mais precário com o crescimento das terceirizações e a utilização de cooperativa de trabalhadores para burlar a legislação trabalhista em vigor (ALVES, 2002).



**No tocante à práxis sindical dos anos 1990, constatamos o predomínio de uma nova burocracia sindical, representada, no campo da esquerda social-democrata, pela CUT, e no campo da direita, pela Força Sindical, que passaram a incorporar práticas sindicais defensivistas de novo tipo, buscando resistir, de modo propositivo (ou de adesão sistemática, como é o caso da Força Sindical), à ofensiva neoliberal. (ALVES, 2002, p. 88).**

Os sindicatos, durante a década de 1990, assumem um caráter pragmático e corporativista, ou seja, passam a reagir de forma tímida aos avanços do capital sobre o trabalho, tentando buscar propostas de adequação para as categorias profissionais que eles representam. Esse sindicalismo também ficou conhecido como “sindicalismo propositivo”. As negociações dos sindicatos com as empresas, diante do esgotamento das greves realizadas nos anos 1980, passaram a ser realizadas com a intermediação da Justiça do Trabalho.

Os anos 2000 marcam uma retomada da formalização do trabalho. Entre 2004 e 2008 há uma melhoria significativa no mercado de trabalho, como afirma Paulo Eduardo de Andrade Baltar:



Nesse período marcado pela elevação das taxas médias de crescimento da economia brasileira, o mercado de trabalho apresentou mudanças significativas que, no conjunto, resultaram em importantes melhorias: redução das taxas médias de desemprego; expansão do emprego assalariado formal (protegido pela legislação trabalhista, social e previdenciária brasileira); crescimento do emprego nos setores mais organizados da economia (inclusive na grande empresa e no setor público); redução do peso do trabalho assalariado sem registro em carteira (ilegal) e do trabalho por conta própria na estrutura ocupacional; elevação substantiva do valor real do salário mínimo; recuperação do valor real dos salários negociados em convenções e acordos coletivos; importante redução do trabalho não remunerado; intensificação do combate ao trabalho forçado e redução expressiva do trabalho infantil. (BALTAR et al, 2010, p. 10)



Diversos fatores internos e externos atuaram para a melhoria das condições de trabalho no Brasil, entre esses fatores merecem destaque as políticas de distribuição de renda, que promoveram a inclusão de diversos brasileiros que não participavam do consumo, ampliando dessa forma o mercado consumidor interno; e a alta do preço das commodities no mercado externo ajudou a equilibrar a balança comercial.

Em 2017, no entanto, diante de um novo quadro recessivo que se amplia desde 2015 e de um desemprego crescente, chegando a 14% da população economicamente ativa em 2016, retorna o discurso sobre a necessidade de se “modernizar” as leis trabalhistas. Novamente há uma leitura de que a “culpa” pelo desemprego não é da produção ou das novas formas de gestão do capital, mas do excesso de regulação do mercado de trabalho. O discurso daqueles que apoiam as chamadas reformas trabalhistas é que a legislação do trabalho é muito atrasada, pois são leis que entraram em vigor na década de 1940. A novidade que aparece nesse contexto é a aprovação da Lei nº 13.467/2017, que altera a CLT. A lei foi aprovada em julho de 2017 e entrou em vigor em novembro desse mesmo ano.

O Grupo de Trabalho (GT) Reforma Trabalhista da Unicamp desenvolveu um dossiê para discutir os elementos essenciais da Lei nº 13.467/2017; esse o dossiê afirma que essa reforma “altera

substantivamente o sistema de regulação social do trabalho e de proteção, com efeitos bastante prejudiciais aos trabalhadores” (GT REFORMA TRABALHISTA CESIT/IE/UNICAMP, 2017, p. 4). Segundo o GT, o conjunto das medidas propostas por essa reforma tem por finalidade criar um ambiente favorável para o capital produtivo e para o “rentismo” –entendido como uma forma de ganhos ligados à renda que alguém obtém por investimento financeiros ou pelo arrendamento de alguma posse, como por exemplo a terra; o capital produtivo se beneficiará da reforma, pela redução dos gastos com os trabalhadores e ampliação da terceirização, ao passo que o capital rentista se beneficia com a medidas de austeridade adotadas pelo governo que, entre outras coisas, afeta diretamente a previdência social.

Para o GT Reforma Trabalhista CESIT/IE/UNICAMP (2017) a reforma trabalhista compreende seis aspectos básicos: 1. Formas de contratação mais precárias; 2. Flexibilização da jornada de trabalho; 3. Rebaixamento da remuneração; 4. Alteração das normas de saúde e segurança do trabalho; 5. Fragilização sindical e mudanças nas negociações coletivas; 6. Limitação ao acesso à Justiça do Trabalho.

As formas de contratação precárias envolvem terceirização, contrato intermitente, autônomo, temporário e negociação da dispensa. Esse conjunto de medidas é adotado para, segundo a justificativa oficial, dar segurança jurídica às empresas. No entanto, o que se percebe é que cada vez mais o trabalhador vai perdendo a frágil proteção social existente sobre sua atividade e vai se tornando responsável por garantir sua subsistência em uma realidade que, muitas vezes, ele não tem controle sobre a demanda dos serviços e nem sobre a sua remuneração.

A flexibilização da jornada de trabalho serve para a redução da porosidade na produção e para que a empresa tenha um trabalhador permanentemente disponível para o trabalho. Essa flexibilização envolve uma gama de ações como:



jornada in itinere, ampliação da compensação do banco de horas, redução do tempo computado como horas extras, extensão da jornada 12 por 36 para todos os setores de atividade, flexibilidade diária da jornada, redução do intervalo de almoço, parcelamento de férias, negociação individual do intervalo para amamentação. (GT REFORMA TRABALHISTA CESIT/IE/UNICAMP, 2017, p. 31).

Uma vez que as formas de contratação precárias e a flexibilização da jornada de trabalho implicam na utilização da força de trabalho somente quando a empresa deseja de maneira intermitente, ou ainda apenas algumas horas na semana, isso implica diretamente no rebaixamento da remuneração do trabalhador. Os trabalhadores poderão trabalhar em várias empresas, no caso de trabalho intermitente, tendo que se deslocar entre as diversas empresa, implicando em um número maior de horas dedicadas ao trabalho, mas ainda assim poderá receber uma remuneração mensal menor do que o salário mínimo, por exemplo.



### Exemplificando

Um trabalhador pode manter um contrato de trabalho intermitente com diversas empresas. Sempre que a empresa precisar desse trabalhador, ela o acionará e ele receberá pelas horas trabalhadas. Nesse caso, o trabalhador tem que estar totalmente disponível para o momento em que a empresa precisará de seus serviços; se estiver em uma empresa distante, prestando outro serviço, terá que se deslocar por sua conta para a outra empresa. Nesse caso, o trabalhador poderá ficar uma ou duas horas em cada empresa e, talvez, demore mais do que isso para se deslocar de um lugar para outro, de forma que ele estará envolvido com o trabalho por seis ou oito horas no dia e receberá por duas ou quatro horas somente.

A Lei nº 13.467/2017 é a concretização das tentativas de precarização do trabalho que estão em andamento desde os anos 1990, e sua aprovação é fruto de um cenário econômico de crise e de desemprego. O período de 2002 a 2015 foi marcado pela estabilidade e crescimento econômico, e por essa razão as leis não foram aprovadas nesse período, mas desde os meados dos anos 1990 há a discussão sobre essas reformas. A lei ainda é muito recente para conseguir analisar seus impactos na vida dos trabalhadores, mas os dados levantados pelo IBGE no último trimestre de 2017 mostram uma composição do trabalho no Brasil que pode indicar alguns pontos a serem discutidos.

O IBGE apontou que o final do ano de 2017 é marcado pela superação do trabalho sem carteira assinada sobre o trabalho com carteira assinada. O IBGE (2017) demonstra que em um universo de 104 milhões de brasileiros considerados como população economicamente ativa (PEA), 33 milhões trabalham com carteira assinada, ao passo que o número de pessoas que trabalham no

setor privado sem registro em carteira de trabalho chegou a 11,1 milhões, e o número de trabalhadores por conta própria passou de 23 milhões, ou seja, no final de 2017 havia 33 milhões de brasileiros com carteira assinada e mais de 34 milhões trabalhando sem registro em carteira. Somando os 12 milhões de brasileiros que são considerados desocupados, ou seja, estão sem nenhum tipo de trabalho, chega-se a cifra de 45 milhões de brasileiros em idade economicamente ativa que estão à margem das leis trabalhistas. O mercado de trabalho brasileiro apresentou nesse período o aumento do número de trabalhadores domésticos e o aumento de trabalho entre jovens de 18 a 24 anos com ensino médio concluído, ou seja, há um aumento do trabalho em que a precariedade é mais presente e as formas atípicas de contratação são recorrentes, com menor qualificação e, portanto, com menores rendas. Os últimos dados de 2017 apontam para a pauperização do trabalhador brasileiro e para a precarização das relações de trabalho. É evidente que essa precarização não pode ser atribuída, nesse momento, à reforma trabalhista, pois seus efeitos ainda não foram sentidos, mas apresenta um quadro de fragilidade do trabalhador frente a um tipo de regulação do mercado de trabalho que afirma que a negociação entre trabalhadores e patrões prevalece sobre o legislado. Ora, se os trabalhadores encontram-se em uma situação de precariedade financeira e de desarticulação de suas forças coletivas, qual é a condição de uma negociação justa para ele? Em diversos países há a prerrogativa do negociado sobre o legislado, mas nesses países há instâncias oficiais e estrutura sindical capaz de equilibrar as desigualdades na hora da negociação, o que não acontece no caso brasileiro. A novidade introduzida pela Lei nº 13.467/2017 é que as negociações coletivas prevalecem inclusive sobre as convenções coletivas, abrindo assim brecha para a descentralização dos acordos e para possibilidade de categorias profissionais realizarem o acordo diretamente com os empregadores e essa negociação prevalecer sobre as convenções coletivas feitas com os sindicatos. Novamente é preciso chamar a atenção para a fragilização das condições de negociação do trabalhador frente a um quadro incerto do mercado de trabalho. A reforma da CLT dá segurança jurídica às empresas ao mesmo tempo que retira as seguranças jurídicas dos trabalhadores que veem seus organismos de classes perdendo força diante da realidade que se mostra.

O efeito das reformas trabalhistas sobre a vida dos trabalhadores ainda será discutido; a mudança recente da lei não permite uma análise aprofundada, mas a Sociologia do Trabalho deverá se debruçar sobre ela para compreender seus efeitos e suas consequências. O fato é que a história dos direitos dos trabalhadores é uma história de luta, de ganhos e de perdas. Essa história continua ainda e é preciso verificar como os trabalhadores se comportarão diante dessa nova realidade.

## Sindicatos e partidos políticos

Os sindicatos, como associação dos trabalhadores em busca de seus direitos, são fundamentais para a conquista de condições dignas de trabalho. No entanto, para Antônio Gramsci (1999), os sindicatos, assim como outras organizações sociais, não conseguem romper com a dominação à qual os trabalhadores estão sujeitos. Os sindicatos são importantes formas de lutas, mas estão limitados à ordem capitalista, pois suas lutas são para melhorias dentro dessa ordem, assim, não há como romper com a dominação exercida pela burguesia sobre os trabalhadores. O único instrumento capaz de romper com essa dominação é o partido político. Por quê? Para Gramsci (1999), os sindicatos seriam capazes de mostrar os limites do capitalismo para os trabalhadores, mas não seriam capazes de promover as transformações sociais e nem a revolução, pois eles se ocupam de confrontos, geralmente, econômicos dentro do capitalismo e a busca pela melhor acomodação dos trabalhadores, mantendo os aspectos essenciais da dominação burguesa, mas o partido político seria capaz de organizar as vontades coletivas e realizar uma “forma superior e total de civilização moderna” (GRAMSCI, 2000, p. 18).



### Pesquise mais

Os escritos de Antônio Gramsci sobre partidos políticos e sindicatos são importantes para a Sociologia do Trabalho. Para um primeiro contato com o tema nesse autor, sugere-se o seguinte texto: CRUZ, César Albenes de Mendonça. Sindicato e Partido Político em Gramsci. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 50 – 62, jul/dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12/14>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

Na Europa os sindicatos ganharam, durante o século XX, uma capacidade relativa de pressão política diante dos empregadores, com a emergência de diversos partidos operários. No Brasil, especificamente, a não ser por um curto período entre 1945 e 1947 com a eleição de alguns membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), não houve a presença de um partido operário. Considerar o PCB como partido operário também traz alguns problemas, pois é certo que muitos dirigentes sindicais estavam filiados ao PCB, mas há dificuldade para classificá-lo como um partido das massas de trabalhadores (RODRIGUES, 2009).



Refleta

A emancipação dos trabalhadores pode ser alcançada pelos sindicatos ou somente o partido político é capaz de tal façanha?

Na história recente do Brasil, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) é o que se aproxima mais das relações entre partido político e sindicatos. O Partido dos Trabalhadores foi fundado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980, sustentado por lideranças sindicais, liderança de movimentos sociais, intelectuais e por membros da ala progressista da Igreja Católica pertencentes às Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral Operária, Comissão Pastoral da Terra, etc. Segundo Leôncio Martins Rodrigues (2009a).



No plano ideológico, resulta daí a mistura, nem sempre harmoniosa, de concepções socialista democráticas ao lado de outras leninistas e trotskistas, às quais cumpriria acrescentar a influência de um socialismo católico moderado e de um socialismo já não tão moderado da Teologia da Libertação. A tudo isso se deve acrescentar uma dose de nacionalismo terceiro-mundista, outra de antistalinismo e outra de pragmatismo sindical. (RODRIGUES, 2009a, p. 6).

Apesar de mais de 50% dos membros das comissões nacionais do PT pertencerem à base sindical, Rodrigues (2009a) ressalta que não há uma diferenciação entre aqueles que pertencem a sindicatos operários, trabalhadores manuais de maneira geral, e os que pertencem a sindicatos da classe média, como professores, bancários, etc. Nesse sentido, as primeiras eleições a que os candidatos do Parti-

do do Trabalhadores concorrem seus candidatos são, em maioria, pertencentes à classe média e não à massa de operários. Apesar da crítica e das questões ideológicas envolvidas, o PT articula, no Brasil, as características de relação entre partido político e sindicalismo.

## Sem medo de errar

A constituição dos direitos dos trabalhadores brasileiros muitas vezes tem aparência de dádiva dos governantes, no entanto, essa ideia não é totalmente verdadeira. Por mais que tenham aparecidos alguns governantes que se apresentaram como “pai dos pobres” ou ainda como “defensores dos trabalhadores”, esses direitos foram construídos também por meio da organização e das lutas da classe operária.

A classe operária urbana brasileira se constituiu tardiamente em razão da maneira como o país passou a integrar o sistema capitalista mundial. Depois de mais de 350 anos de escravidão e de ausência completa de direitos para os trabalhadores começa, partir do início do século XX, a aparecer dentro do conjunto de leis do Estado brasileiro alguns decretos que buscam regular o direito dos trabalhadores. As primeiras leis eram sobre o direito dos trabalhadores a se organizarem em sindicatos, no entanto, junto com essas leis também há a autorização para expulsão de trabalhadores estrangeiros envolvidos em protestos. Essa última lei surge da ideia de que os estrangeiros que vieram em busca de trabalho no Brasil traziam ideologias estranhas ao comportamento do trabalhador brasileiro. Para as elites econômicas do país, o trabalhador brasileiro era pacífico e ordeiro, e os imigrantes traziam ideias anarquistas e comunistas, e podiam contaminar os trabalhadores com essas ideias, portanto, o estrangeiro que se envolvesse em revoltas poderia ser expulso do país.

Via de regra, as manifestações de trabalhadores no Brasil foram tratadas, nas primeiras décadas do século XX, como caso de polícia, obra de baderneiros, e não como reivindicações justas de uma classe. A partir de 1919 começa um esboço de legislação social no Brasil, e em grande parte essa legislação é decorrente da greve geral de 1917 que chegou a reunir 20 mil trabalhadores de diversos setores da produção na cidade de São Paulo. No entanto, a maio-

ria das leis promulgadas não apresentava efetividade prática, pois não elas eram cumpridas.

A partir de 1930 o Brasil intensifica a sua industrialização e essa nova realidade precisava ser regulamentada. As questões do trabalho e as reivindicações dos trabalhadores deixaram de ser caso de polícia e passaram a fazer parte da agenda social do Governo Federal. Essa mudança de postura está muito mais relacionada a uma tática de manutenção do poder por parte do Governo Federal do que a uma preocupação com os trabalhadores. Diversas leis que garantiam direitos aos trabalhadores urbanos foram promulgadas, mas, por outro lado, foram aprovadas regras rígidas sobre os sindicatos que faziam com que esses se tornassem submissos ao Ministério do Trabalho. O auge das leis trabalhistas vem com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que sistematizava o conjunto de leis, decretos e normas que regulavam o trabalho.

Durante as décadas de 1940 e 1950 poucas greves foram registradas, mas com a queda do poder de compra dos trabalhadores registra-se uma grande greve em 1953, conhecida como a Greve dos 300 mil. Além de alcançar uma melhora na remuneração, a greve de 1953 criou uma estrutura sindical paralela ao Estado, com o Pacto de Unidade Intersindical.

A estrutura sindical paralela ao Estado perdura até 1964, ano do golpe militar, e entre as primeiras leis aprovadas pelo novo regime está a Lei Antigreve. Essa lei não proibia as greves propriamente ditas, mas condicionava a sua realização a alguns elementos; as greves que não cumprissem a regulamentação eram consideradas ilegais e reprimidas. Via de regra, as condições para a realização das greves faziam com que quase todas as greves fossem consideradas ilegais. O período dos governos militares foi marcado pelo aumento da produtividade do trabalhador e a diminuição de seu ganho; esse período também teve como características o "arrocho salarial", uma política que faz com que os salários não acompanhem a inflação e, dessa forma, o poder real de compra dos salários diminuía significativamente.

A década de 1970 é marcada por novas formas de resistência operária, como a diminuição do ritmo de produção, sabotagem dos produtos fabricados e o esquecimento de crachás para o ingresso nas fábricas.



A greve na indústria automobilística da grande São Paulo no ano de 1978 marca o ressurgimento do sindicalismo no Brasil. A paralisação inicia-se na fábrica da Scania e logo se espalha para as outras montadoras. A greve foi considerada ilegal, no entanto isso não fez com que ela acabasse. Os grevistas questionavam a autoridade do capital nos locais de trabalho, contrapondo-se à organização capitalista do processo de trabalho e exigindo a substituição da legislação que regula as relações de trabalho por uma nova institucionalidade que garanta a democratização das relações de trabalho no país. O movimento operário naquele momento tinha novas demandas e queria uma estrutura desarticulada com o Estado, assim, por conta dessas novas características, o ano de 1978 marca o surgimento daquilo que os autores chamarão de “novo sindicalismo”.

A década de 1980 é marcada pela desindustrialização do país, aumento do desemprego, pauperização da classe trabalhadora e por diversas greves.

O coroamento das lutas operárias vem com a Constituição de 1988, que garantiu uma série de direitos reivindicado pelos trabalhadores durante a década de 1980.

Na década de 1990 há uma investida para que o mercado de trabalho brasileiro seja desregulado e as leis trabalhistas sejam flexibilizadas. A crise econômica, a abertura comercial e o aumento do desemprego criaram um cenário que possibilitou a aprovação da lei de terceirização, do banco de horas, do contrato por tempo determinado e da criação de cooperativas de trabalhadores que, muitas vezes, eram usadas como formas disfarçadas de contratação.

A Lei nº 13.467/2017, aprovada em julho e que entrou em vigor em novembro, leva a cabo as intenções já presentes na década de 1990 de desregulamentar o mercado de trabalho e flexibilizar as leis trabalhistas no Brasil. O conjunto de leis que altera a CLT buscou maior segurança jurídica para as empresas, ao mesmo tempo que gerou uma série de inseguranças para o trabalhador.

As consequências da reforma trabalhista para a classe trabalhadora ainda carecem de estudos, por essa razão a Sociologia do Trabalho tem um campo fecundo de análise da realidade brasileira.

## Faça valer a pena

**1.** Em 1907, o Decreto nº 1.637 garantiu aos trabalhadores urbanos brasileiros o direito à sindicalização. A sindicalização é a principal forma de organização dos trabalhadores para assegurarem seus direitos. No entanto, nesse mesmo ano, é aprovada a lei que autoriza a expulsão de estrangeiros envolvidos em protesto

É possível afirmar que essa lei, na prática era:

- a) Uma tentativa de evitar as manifestações dos trabalhadores, pois a maior parte dos trabalhadores que estavam formando os sindicatos no Brasil eram de estrangeiros.
- b) Uma tentativa de incentivar os trabalhadores brasileiros a assumirem o controle dos sindicatos que eram controlados por estrangeiros, e assim impulsionar a democracia no país.
- c) Uma tentativa de incentivar a formação de uma classe operária consciente e combativa, desvincilhada das influências externas e da dependência de outros países.
- d) Uma tentativa de desenvolver a luta de classes no país, uma vez que os trabalhadores estrangeiros não tinham nenhuma tradição nos confrontos entre burgueses e proletários.
- e) Uma tentativa de incentivar a revolução proletária no país e a implantação de um modo de produção sem divisão de classes, como existia nos países da Europa.

**2.** Em 1917 ocorreu a primeira greve geral no Brasil. Essa greve acontece em decorrência da situação caótica que os trabalhadores urbanos viviam na época, entre as quais podemos destacar a utilização de mão de obra infantil e feminina em larga escala.

Sabendo disso, analise as afirmações a seguir:

- I. Entre as reivindicações da greve geral de 1917 estão o aumento de 20% nas remunerações e a abolição de multas aplicadas aos trabalhadores.
- II. A greve geral de 1917 não sofreu qualquer tipo de ofensiva policial e se desenvolveu pacificamente até que todas as reivindicações fossem atendidas.
- III. A greve geral de 1917 reuniu aproximadamente 20 mil trabalhadores e chegou a atingir 54 fábricas.

Sobre a greve geral de 1917 é correto afirmar:

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- c) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) I, II e III estão corretas.

**3.** No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 – 1937) os problemas relativos aos trabalhos deixaram de ser caso de polícia e passaram a fazer parte da agenda social do governo. Essa mudança não se deu exclusivamente pela preocupação de Vargas com o bem-estar dos trabalhadores.

Sabendo disso analise as asserções a seguir;

I. Ao trazer as questões operárias para a agenda social, Getúlio Vargas atendia sobretudo aos seus interesses políticos, pois ele precisava da classe operária como suporte para as suas relações com as elites econômicas.

II. A classe operária era a grande força política nos anos 1930 e a única capaz de sustentar os interesses do Governo, que era considerado inimigo das elites econômicas.

Assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II estão corretas e a asserção II explica a asserção I.
- b) As asserções I e II estão corretas, no entanto, a asserção II não explica a asserção I.
- c) A asserção I está incorreta e a asserção II está correta.
- d) A asserção I está correta e a asserção II está incorreta.
- e) As duas asserções estão incorretas.

# Referências

ADORNO JÚNIOR, Hécio Luiz. Apontamentos sobre a história do direito do trabalho e da justiça do trabalho, no mundo e no Brasil, entre os séculos XIX e XXI. **Universitas**, Santa Catarina, ano 4, nº 6, p. 11-30, jan./jun. 2011. Disponível em: <[http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/apontamentos\\_sobre\\_a\\_historia\\_do\\_direito.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/apontamentos_sobre_a_historia_do_direito.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2018.

ALVES, Giovanni. **Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa**. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs). Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 19, p. 71-94, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14624.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 1930 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1982.

\_\_\_\_\_. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980**. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980**. São Paulo/Campinas: Ensaio/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. De Vargas a Lula: caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil. **Revista Pegada**, [s.l.], vol. 7, n. 2, p. 83-88, nov. 2006. Disponível em: <<http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000233-efcf7f0c95/Antunes%2C%20Ricardo.%20De%20Vargas%20a%20Lula.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, et al. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. **Global Labour University Working Papers**, Berlim, n. 9, maio 2010. Disponível em: <[http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU\\_Working\\_Papers/GLU\\_WP\\_No.\\_9\\_portuguese.pdf](http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No._9_portuguese.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: HUCITEC, 1991. BRASIL. Constituição (1946). Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972-1974**. Brasília: Governo Federal, dez.1971.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular da desigualdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARDOSO, Adalberto Moreira. O sindicalismo no Brasil: breve excuroso sobre mudanças e permanências. Sindicalismo e relações trabalhistas. **Cadernos Adenauer**, Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, vol. 2, 2002. Rio

CARONE, Edgard. **O pensamento Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003)>. Acesso em: 16 fev. 2018.

CASTRO, Antônio Barros de. **A economia política**: O capitalismo e a escravidão. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modo de produção e realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **A luta dos trabalhadores no Brasil. Módulo 1 do Programa de Formação Sindical**: Organização Sindical e Desenvolvimento Local. São Paulo: Rede Estadual de Informação da CUT, 2007.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 20, n. 59, out. 2005.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 25, n. 1 (97), p. 94-111, jan./mar. 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes (O legado da "raça branca")**. V. 1, 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria (coord.). **Processo e Relações do trabalho no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global Editora, 1982.

FURTADO, Celso. **O Brasil "pós-milagre"**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.GIAN-NOTTI, Vito. **Cem anos de lutas da classe operária no Brasil 1880-1980**. São Paulo: Informar Cultura e Educação Popular, [s.d.].

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vol. 1**: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere, vol. 3: Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.GREGÓRIO, Mariany. Sindicalismo de Estado e Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985). **Revista Digital Em Debate**, Florianópolis, n. 3, p. 103-119, 2007. Disponível em: <<https://pe->

riodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/21328/19512>. Acesso em: 11 abr.2018.

GT REFORMA TRABALHISTA CESIT/IE/UNICAMP. **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista**. Campinas, [s.n.], 2017. Disponível em: <[http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie\\_FINAL.pdf](http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie_FINAL.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2018.

HOFFMANN, Helga. **Desemprego e Subemprego no Brasil**. São Paulo: Ática, 1977.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970**. 4. ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Quarto Trimestre de 2017**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Fasciculos\\_Indicadores\\_IBGE/2017/pnadc\\_201704\\_trimestre\\_caderno.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/2017/pnadc_201704_trimestre_caderno.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1989.

ISMAEL, Ricardo. Sobre a representação dos interesses dos trabalhadores brasileiros no capitalismo contemporâneo. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 25/26, 2011. Disponível em: <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/5\\_OSQ\\_25\\_26\\_Ismael.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/5_OSQ_25_26_Ismael.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2018.

KREIN, José Dari. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. 2001. 190 f. Dissertação (Mestrado no Instituto de Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. Campinas: Unicamp, 1975.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

MARINGONI, Gilberto. A longa Jornada dos direitos trabalhistas. **Desafios do Desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, ano 10, n. 76, 25 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnabr6023.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

MOISÉS, José Alvares. **Greve de Massa e crise política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953 a 1954**. São Paulo: Livraria Editora Polis Ltda, 1978.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos: escritos de Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009a.

PASTORE, José. **A flexibilidade do trabalho**. São Paulo: LTr Editora, 1994.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e perspectiva novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil** 12 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. V. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: M. Irene de Q. F. Smzrecsányi, Tomás J. M. K. Smzrecsányi. 5. Ed. São Paulo: Pioneiras, 1987.

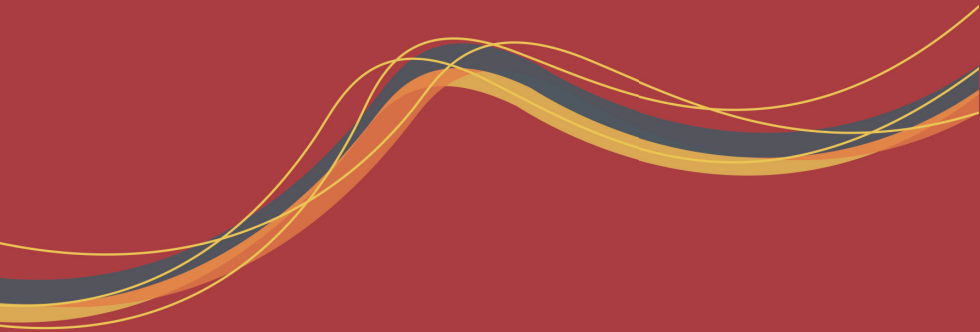




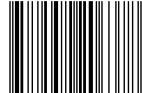








ISBN 978-85-522-0637-8



9 788552 206378 >